

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**NAVEGANTES EM GUERRA: CONFLITOS RELIGIOSOS PRESENTES NAS
AÇÕES CORSÁRIAS DO ATLÂNTICO SUL (1580-1640)**

JONATHAN ANDRÉ DA SILVA XAVIER

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**NAVEGANTES EM GUERRA: CONFLITOS RELIGIOSOS PRESENTES NAS
AÇÕES CORSÁRIAS DO ATLÂNTICO SUL (1580-1640)**

JONATHAN ANDRÉ DA SILVA XAVIER

Sob a orientação da Prof.^a Dr.^a

Luciana Mendes Gandelman

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós- Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ

Março de 2022.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

X3n Xavier, Jonathan André da Silva, 1994-
Navegantes em guerra: conflitos religiosos
presentes nas ações corsárias do Atlântico Sul (1580
1640) / Jonathan André da Silva Xavier. - Seropédica,
2022.
109 f.: il.

Orientador: Luciana Mendes Gandelman.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
História, 2022.

1. Corso. 2. Corsários. 3. Pirataria. 4. Conflitos
religiosos. 5. Império português. I. Gandelman,
Luciana Mendes, 1971-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 318 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.019452/2022-10

Seropédica-RJ, 29 de março de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JONATHAN ANDRÉ DA SILVA XAVIER

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28 de março de 2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professora Doutora LUCIANA MENDES GANDELMAN - Orientadora - UFRRJ

Professora Doutora CÉLIA CRISTINA DA SILVA TAVARES - UERJ

Professor Doutor YLLAN DE MATTOS OLIVEIRA - UFRRJ

(Assinado digitalmente em 30/03/2022 12:03)

LUCIANA MENDES GANDELMAN
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1718370

(Assinado digitalmente em 31/03/2022 16:41)

YLLAN DE MATTOS OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 2383316

(Assinado digitalmente em 30/03/2022 16:53)

CELIA CRISTINA DA SILVA TAVARES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 776.754.957-72

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **318**, ano:
2022, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/03/2022** e o código de verificação: **427816aa19**

RESUMO

XAVIER, Jonathan André da Silva. **Navegantes em guerra: conflitos religiosos presentes nas ações corsárias do Atlântico sul (1580-1640)**. 2022. 93 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

A pesquisa apresenta como temática as ações corsárias ocorridas no Atlântico Sul, especificamente na América portuguesa, na transição do século XVI para o século XVII. Buscaremos como problemática norteadora de nossa pesquisa a relação em alto mar dos conflitos religiosos que advieram da cristandade e com o Antigo Regime. A partir desse problema, analisaremos a produção de relatos de ações corsárias na América portuguesa, a saber: o ataque de Thomas Cavendish à vila de Santos, São Vicente e Vitória (1591-1592) e a ocupação de Recife em 1595 por James Lancaster. Para isso, teremos como fontes os relatos dos navegantes ingleses que pertenciam a estas frotas beligerantes. Para contrapor esta literatura, nós utilizaremos das fontes lusitanas produzidos pelos clérigos e agentes oficiais portugueses. Assim, empregaremos metodologicamente a análise de discurso em nosso corpo documental.

Palavras-chave: Império português; conflitos religiosos; pirataria; corso; corsários; século XVI.

ABSTRACT

XAVIER, Jonathan André da Silva. **Navigators at war: religious conflicts presents in the corsairs actions of the South Atlantic (1580-1640)**. 2022. 93 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

The research presents as a theme the corsair actions that took place in the South Atlantic, specifically in Portuguese America, in the transition from the 16th to the 17th century. We will seek as a guiding problem for our research the relationship on the high seas of religious conflicts that came from Christianity and with the Ancien Régime. Based on this problem, we will analyze the production of reports of corsair actions in Portuguese America, namely: Thomas Cavendish's attack on the village of Santos, São Vicente and Vitória (1591-1592) and the occupation of Recife in 1595 by James Lancaster. We will have as sources the reports of the English navigators who belonged to these belligerent fleets. To counter this literature, we will use the Lusitanian sources produced by Portuguese clerics and official agents. Thus, we will methodologically employ discourse analysis in our body of documents.

Keywords: Portuguese Empire; religious conflicts; piracy; corso; corsair; 16th century.

Dedico este trabalho às mulheres que me inspiraram a lutar todos os dias: D. Maria (mãe), Aline e Jaqueline (irmãs), Carol (esposa), Sophia (sobrinha) e D. Eulália e Cícera (avós – *in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ser sustento durante a realização deste trabalho. Agradeço à minha família que me apoiou em toda empreitada, mas em especial aos meus pais Dona Maria e Seu José e irmãs Jaqueline e Aline. Desde a infância e adolescência, sou muito grato por vocês lutarem por mim e fazerem de tudo para que pudesse estudar. Será sempre eu por vocês e vocês por mim. Minhas irmãs ainda me trouxeram meus filhos do coração, meus sobrinhos Thiago, Bernardo e Sophia. Vocês são as luzes que me direcionam. Não poderia também deixar de agradecer à minha tia Lourdes (“Lurdinha”) e às minhas primas Monick e Juliane, além de minhas afilhadas Ana Júlia e Joanna. Obrigado pelo tanto que fizeram e fazem por mim.

À minha companheira de vida e esposa, Caroline Cantilho. Obrigado por aceitar compartilhar a vida comigo, por seu ouvido e ombro amigo que me acompanha durante a última década. Por não me deixar desistir durante o caminho e por dividirmos sonhos e projetos. Você me fez acreditar que a jornada poderá ser bem melhor e caminharemos juntos em busca destes objetivos. Aos meus sogros Valéria e Sérgio, além de Gabriel Cantilho, agradeço pelo apoio e o carinho para a construção desse trabalho e por tantas outras vezes que me auxiliaram.

Ao corpo docente do Curso de História da UFRRJ. Desde a graduação até o Mestrado, seus ensinamentos modificaram a forma de observar as continuidades e rupturas do passado no presente. Porém, muito mais que os objetivos acadêmicos, me auxiliaram em muito na visão para uma sociedade mais empática para com os próximos. Meu mais profundo agradecimento e admiração às professoras e professores.

Agradeço à minha orientadora Luciana Gandelman. Por todos os conselhos, apoio, orientação e sua paciência. Obrigado por perdoar meus atrasos e me direcionar para que esta pesquisa pudesse tornar-se possível em todos os sentidos. À professora Fabiane Popinigis, que me orientou no PET-História/UFRRJ e também me trouxe apoio tanto na disciplina

obrigatória do PPHR que ela ministrou com a professora Adriana Barreto como também nesta reta final desta pesquisa dissertativa.

A todos(as) os meus amigos(as), principalmente os que acompanharam bem de perto o desenvolvimento deste trabalho. Seria injusto nomear individualmente cada um(a) que esteve presente, mas desde aqueles(as) que partilham o ombro desde a infância e mantemos longa amizade, os queridos e queridas da Rural (T-26/2012), os(as) que dividem o tablado na atividade do Magistério. Estejam certos(as) que todos e todas contribuíram muito para a conclusão.

Aos meus alunos(as). Todas as vezes que me perguntaram qual profissão eu exerceria se não fosse o Magistério, eu não sei responder. Pois, se desenvolvo a pesquisa acadêmica, também é uma forma de querer transpor didaticamente para a sala de aula e contribuir, nem que seja um pouco, para uma formação mais humana e justa para o cotidiano de todos(as) vocês.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História na UFRRJ. Em especial, ao secretário Paulo Cesar Longarini por todo apoio realizado durante o período do Mestrado. Sem os coordenadores(as) e professores(as), tenho a certeza que não haveria a reflexão e conclusão desta escrita dissertativa. Gratidão.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1: Entre os lucros ultramarinos e os imbróglios religiosos: contexto sociopolítico do ocidente europeu nos séculos XVI e XVII	14
1.1. A expansão portuguesa do atlântico ao índico	15
1.2. A expansão portuguesa no oriente.....	23
1.3. A crise sucessória no trono português e o estado de guerra anglo-espanhol.....	25
1.4. A confessionalização político-religiosa no período moderno	30
1.5. O Atlântico em disputa: navegação, circulação e conflitos.....	33
Capítulo 2: A representação e a circulação das ações corsárias na literatura do período moderno	36
2.1. A produção e a materialidade da cultura escrita na primeira modernidade.....	45
2.2. A literatura de viagem e a narrativa jesuítica na análise historiográfica	52
2.3. A hermenêutica da produção literária do período moderno	61
Capítulo 3: Conflitos e identidades religiosas nas atividades corsárias: entre o silenciamento e a confessionalização	64
3.1. O saque em alto mar e o estabelecimento da noção de corsário	64
3.2. O diálogo antropológico no cerne da teoria historiográfica	69
3.3. O prelúdio da guerra religiosa anglo-filipina em tinta e papel na América portuguesa (1580-1591)	75
3.4. Os ataques de Cavendish e Lancaster (1591-1595): ritualidade e religiosidade na guerra de Corso	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
ANEXO I – CRONOLOGIA E MAPA DOS ATAQUES DE THOMAS CAVENDISH E JAMES LANCASTER (1580-1595)	101
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

O saque marítimo desperta uma série de imagens no imaginário social, imputando quase que automaticamente aos saqueadores a categoria de piratas. Porém, desde a Antiguidade, na navegação mediterrânea, o ato de uma frota de marujos saquear outros era uma atividade habitual. Na idade moderna, um repertório intenso de saques, ampliado com a navegação interoceânica proporcionada pela Expansão Marítimo-Comercial da Europa, fizeram com que esta lendária figura ressurgisse.

Desse modo, o conceito de pirata na Primeira Modernidade foi alargado, sendo utilizado de diversas formas para atribuir ao saque marítimo. Na língua portuguesa, piratas, corsários, bucaneiros e flibusteiros, apesar de suas especificidades, foram tratados como conceitos sinônimos. No idioma inglês, *pirate*, *privateering*, *corsair*, *freebooter*, *buccanneer*, *filibuster*, também tiveram significações semelhantes. Por isto, a História dos Conceitos é importante, visto que os significados se alteram dependendo do contexto histórico aos quais estavam inseridos. No caso do corso, o trabalho de Leandro Domingues Duran historicizou bem o conceito de pirataria no início da Idade Moderna.¹

Esta pesquisa, no entanto, não objetivou realizar uma análise das continuidades e rupturas do conceito de pirataria. No período da graduação, procurei compreender alguns elementos inseridos na Expansão Marítima realizada pelos europeus e me deparei com as atividades de saque em alto mar. Logo, cheguei ao objeto de pesquisa da pirataria.

Um dos primeiros problemas enfrentados foi tentar nortear os indivíduos estudados que realizavam esse saque em alto mar, chegando assim a um dilema: estes atores históricos fizeram parte de qual categoria? Corsários ou Piratas? Para encontrar um termo, não que o defina totalmente, mas que fosse base para a identificação dos indivíduos saqueadores do mar, foi necessário, principalmente, historicizar estas práticas marítimas, bem como analisar o contexto histórico à época.

¹ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno**. São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011.

Após identificarmos quais ataques seriam possíveis para efetivarmos nossa pesquisa, ingressamos nos relatos produzidos pelos indivíduos beligerantes. Logo nos chamou atenção como nos relatos produzidos por tais indivíduos, ao quais em tanto se atribui a cobiça, o elemento religioso era constantemente presente. Poucos trabalhos se inseriram nesta temática de análise dessas atividades de saque no período moderno avaliando também a questão religiosa. Edward Kritzler buscou analisar a atividade de saque marítimo no Caribe centrando suas observações nas questões dos piratas judeus². Enquanto isso, Luis Estevam de Oliveira Fernandes publicou artigo analisando o corso à luz dos episódios de guerras de religião na Europa do século XVI³.

Sendo assim, definimos nosso objeto de pesquisa e problemática aos lermos as fontes históricas produzidas pelos redatores dos ataques de Thomas Cavendish às vilas de Santos, São Vicente e Espírito Santo entre 1591 e 1592, além da ação de James Lancaster em Pernambuco (Recife) no ano de 1595. O recorte temporal foi estabelecido cientes do estado de guerra entre a dinastia filipina e elizabetana e, por isso, o período da Monarquia Dual (1580-1640) nos mostrou um caminho explicativo para a intensificação dos ataques marítimos. Diante da apresentação das questões religiosas apresentadas nas fontes, procuramos analisar e compreender como a guerra de corso se relacionou aos episódios dos imbróglis religiosos entre católicos e protestantes durante o século XVI.

Desse modo, no primeiro capítulo, contextualizamos as questões político-econômicas entre a Inglaterra da dinastia de Elizabeth, de um lado e, de outro, Portugal governado pela Espanha no período que se convencionou chamar de União Ibérica (1580-1640). Além de tais questões, traçamos um panorama tanto nas disputas religiosas como em torno da navegação pelo Atlântico.

² KRITZLER, Edward. **Jewish pirates of the Caribbean: how a generation of swashbuckling jews carved out of Empire in the New World in their quest for treasure, religious freedom – and revenge**. London: Aurus Press, 2014, 338 p.

³ FERNANDES, Luiz Fernandes de Oliveira. Hereges no mar de Deus: a ação de corsários como episódio das guerras de religião no século XVI. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.- jun., p. 172-201, 2014.

Após focalizarmos o contexto dos ataques capitaneados por Thomas Cavendish e James Lancaster, no segundo capítulo versamos sobre os estudos da História do Livro e da Leitura. Assim sendo, procuramos trazer alguns aspectos que foram primordiais para a realização da crítica externa à fonte.

Por fim, o terceiro capítulo realizou a análise dos relatos produzidos pelos ataques acima mencionados. Para contrapormos a visão única, lançamos mão de *corpus* documental produzido por jesuítas e juristas para, assim, analisar a questão religiosa presente no ataque corsário. Desse modo, neste capítulo três procuramos responder às primeiras perguntas suscitadas no início deste trabalho de pesquisa como o motivo de denominarmos estes indivíduos como corsários, ao invés de piratas, o cerne da questão religiosa nestes ataques e como tais ações capitaneadas pelos ingleses na América portuguesa podem ser interpretadas por meio de ritos de violência.

Tais questões foram fulcrais e procuramos desenvolver para o leitor não uma resposta definitiva, mas uma análise que leve em conta os ataques corsários por uma ótica além da economicista, sem excluí-la por completo.

Capítulo 1: Entre os lucros ultramarinos e os imbróglios religiosos: contexto sociopolítico do ocidente europeu nos séculos XVI e XVII.

Era o fim do século XVI. Na vila portuária de Santos e São Vicente, antigos conhecidos da população deste local aportaram na noite de Natal do ano 1595. Uma frota liderada pelo navegador inglês Thomas Cavendish desembarcou e ocupou a vila entre dezembro de 1591 e fevereiro de 1592. Era a segunda viagem de circunavegação deste marujo. Na primeira, a empreitada foi muito bem-sucedida, realizando uma parada nas mesmas vilas da América portuguesa. Os navegantes, ao atravessarem o Estreito de Magalhães, alcançaram seus objetivos de travar comércio com os povos do oriente e retornaram à Inglaterra como heróis. Já nesta segunda viagem, documentada pelo capitão Thomas Cavendish e um dos seus tripulantes, Anthony Knivet, os barcos saíram do porto de Plymouth, na costa da Inglaterra sob o domínio da rainha Elizabeth, ocuparam por quase dois meses a vila de Santos e São Vicente. Ao tentar cumprir a mesma rota, não obtiveram o mesmo sucesso, buscando retornar para o litoral das terras do Brasil. Foram rechaçados pelos colonos, traçando sua volta ao território britânico.⁴

Em 1595, três anos depois da segunda chegada de Thomas Cavendish em território luso-americano, James Lancaster, outro navegador inglês, aportou no litoral nordeste desta região. Lancaster era um importante comerciante e navegador inglês que também objetivava os lucrativos navios que travavam comércio no oriente e suas ricas especiarias. De acordo com o relato anônimo do narrador da viagem liderada por Lancaster, acompanhado de indivíduos que faziam parte do cargo da câmara de vereadores de Londres, o mesmo montou uma frota e partiu pelo oceano Atlântico, assediando as ilhas atlânticas de propriedade dos espanhóis. Ao chegar ao capitão Lancaster a notícia de que havia um grande navio avariado e atracado na vila de Recife, na América portuguesa, rico em especiarias, o líder da esquadra

⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. São Paulo: Editora Globo, 2014, p. 17-53.

direcionou suas velas com o objetivo de pilhar os produtos presentes nesse navio danificado, meta esta que foi alcançada.⁵

Aparentemente, estes dois ataques à América portuguesa, então sob domínio espanhol, podem significar mais um dos diversos casos de marujos saqueadores, característicos do período de expansão comercial atlântica empreendida pela Europa ocidental a partir do século XV. O eixo econômico nos chama a atenção nessas atividades. Contudo, ao voltarmos nosso telescópio para tais práticas, as questões políticas, jurídicas e até mesmo religiosas perpassaram o tema do saque marítimo, presente no corso e da pirataria entre os séculos XVI e XVII.

Sendo assim, o objetivo geral desse trabalho é a abordagem da atividade corsária durante a Idade Moderna, focalizando a análise na religiosidade presente nos conveses e penas destes atores sociais. Abordaremos o contexto histórico das ações empreendidas na América portuguesa e analisaremos as fontes produzidas pelos agentes beligerantes e pelos indivíduos que sofreram o ataque. Neste primeiro capítulo, nosso foco é o cenário político-religioso na passagem dos séculos XVI para o XVII.

1.1 – A expansão portuguesa do Atlântico ao Índico

Antes de nos concentrarmos especificamente nos fatores das ações de saque lideradas por Thomas Cavendish e James Lancaster, devemos buscar os princípios da expansão comercial atlântica realizada pelo ocidente europeu. Para isso, a exploração portuguesa do norte africano pode ser considerada o marco inicial da referida expansão.

John Thornton destaca três razões pelas quais a Coroa portuguesa se lançou na exploração de uma área ultramarina a partir do século XV: a guerra contra os muçulmanos, iniciada no século XIII no que seria o território português e estendida ao território africano,

⁵ MARKHAM, Clements. R. **The Voyages of Sir James Lancaster, Kt., to the East Indies : with abstracts of journals of voyages to the East Indies during the seventeenth century, preserved in the India Office : and the voyage of Captain John Knight (1606), to seek the North-west Passage.** London: Printed of the Hakluyt Society, 1877, 314 p. Disponível em https://archive.org/stream/voyagesofsirjame00mark_0#page/n0/mode/2up> Acesso em 29/12/2018.

quando os portugueses ocuparam a cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415; a exploração das ilhas atlânticas por Portugal; e a busca pelo lendário Preste João, o qual seria um governante cristão em território africano, que através de uma aliança com os portugueses, auxiliaria na luta contra os muçulmanos no norte africano.⁶ Sob estas três frentes expansionistas apontadas por Thornton dissertaremos a seguir.

Primeiramente, estas três razões se inter cruzaram. Segundo Thornton, desde o século XI houve um esforço mobilizador dos reinos cristãos-ibéricos em expulsar os muçulmanos dessa localidade. Tal impulso fora muito semelhante nas cruzadas que se direcionaram a cidade de Jerusalém – considerada sagrada para muçulmanos, cristãos e judeus. Nesse movimento de conflitos contra as dinastias islâmicas, em 1306, houve a chegada na Europa de uma comitiva etíope com o objetivo de estabelecer contato com o “rei das Espanhas”. Ainda de acordo com Thornton, a tentativa de comunicação entre a Etiópia e os reinos cristãos-ibéricos fomentou a crença no encontro do Preste João. A partir disso, tentou-se estimular uma rota marítima que, além de explorar economicamente o “mar pequeno” – faixa atlântica entre os litorais ibérico e marroquino – encontrasse o Preste João.⁷ Percebe-se aqui os três fatores mencionados por John Thornton como os estabelecimentos iniciais da expansão e pioneirismo português.

Stuart Schwartz, ao estabelecer um retrato da economia do Império português entre os séculos XV e XVIII, enfatiza os fatores econômicos que motivaram a expansão desta monarquia para os continentes africano, asiático e americano. Primeiramente, destaca-se a formação de dois importantes subsistemas marítimos portugueses, visto que Portugal e suas possessões coloniais formaram um império vasto, fragmentado e pluricontinental. Desse modo, esses dois subsistemas marítimos ligavam portos e povoados ao Império português. Assim, temos o primeiro, localizado no oceano Índico, que interconectava rotas comerciais, cidades administrativas e fortalezas da África oriental até a China. Já o segundo subsistema do

⁶ THORNTON, John K. Os portugueses em África. In.: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (orgs.) **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 145.

⁷ Ibidem, p. 146-147.

império marítimo português localizava-se no oceano Atlântico, centrado no Brasil, mas conectado à África ocidental, central e às ilhas atlânticas localizadas no litoral africano.⁸

Antes de constituir estes dois sistemas que ligavam as mais distintas regiões do império português, a Coroa portuguesa iniciou sua expansão pelo denominado “mar pequeno”. Tal exploração tornou-se possível quando os portugueses se lançaram na conquista da cidade marroquina de Ceuta – considerado o marco inicial do expansionismo lusitano. Anthony Disney afirma que a conquista deste local pelos portugueses no norte da África tem sido alvo de inúmeros debates historiográficos. Entre os motivos que geraram a conquista de Ceuta, houve os objetivos geopolíticos, já que a partir da localização dessa cidade seria possível o controle do estreito de Gibraltar. Um segundo motivo estaria relacionado aos interesses econômicos, no que se refere a um possível contato comercial dos portugueses com as ricas rotas comerciais transaarianas, além da possibilidade desta cidade fornecer trigo a Portugal⁹. Por fim, uma última motivação para a conquista de Ceuta seria o prolongamento da tradição ibérica de luta contra os muçulmanos. A extensão desta tradição ficou conhecida como Neo-Reconquista.¹⁰ Além destes fatores, John Russell-Wood destacou o interesse da monarquia portuguesa de encontrar a fonte produtora de ouro na África.¹¹

Logo após a ocupação de Ceuta, os portugueses continuaram sua política expansionista no continente africano. Por terra, Portugal teria êxito em suas outras conquistas apenas em 1458, ao apossar de Alcácer-Ceguer.¹² Por mar, logo após a invasão de Ceuta, os portugueses foram ocupando progressivamente as ilhas atlânticas. Na década de 1420, houve início as chamadas viagens henriquinas, com a ocupação das ilhas Canárias e os Açores. Esta exploração do mar pequeno gerou um segundo objetivo: o encontro de uma rota marítima que ligasse a Coroa portuguesa à produção de ouro na África Ocidental, além do tão sonhado

⁸ SCHWARTZ, Stuart B. A economia do Império Português. In.: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (orgs.) **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 27.

⁹ Schwartz sublinhou justamente o interesse no excedente cerealífero para despertar o desejo da monarquia portuguesa em conquistar Ceuta. Cf. *Ibidem*, p. 24.

¹⁰ DISNEY, A. R. **História de Portugal e do Império Português**. Vol. 2. Lisboa: Guerra e Paz, 2009, p. 43-44.

¹¹ RUSSELL-WOOD, Anthony John R.; DOMINGUES, Ângela, MOURA, Denise Soares A. de (orgs.). **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 28.

¹² *Ibidem*, p. 29.

encontro com Preste João.¹³ Desse modo, a travessia do Cabo Bojador, por Gil Eanes, tornou-se um marco importante para as expansões portuguesas, visto que o encontro do denominado “Rio do Ouro” dos cartógrafos genoveses e marroquinos poderia trazer grandes lucros à coroa portuguesa.¹⁴

Após a travessia do Bojador, na década de 1430, as conquistas portuguesas na África se arrefeceram, mas a partir da década de 1440 elas retornaram. Em 1444, a expansão foi agressiva. De acordo com Thornton, a tradição de guerra no Norte da África entre os portugueses e os povos africanos foi transposta para a África Ocidental. Assim sendo, os navios de Portugal foram atacando e incursionando as regiões ocidental e central do continente africano. Ao perceberem a forte resistência dos povos locais aos ataques lusos, a estratégia se modificou, alcançando assim a diplomacia para a realização do comércio.¹⁵

A chegada dos portugueses na região da Guiné, na década de 1440, revelou que uma aliança militar, política e religiosa, com Preste João seria inviável. João Fernandes, um integrante da nobreza portuguesa, se ofereceu para incursionar na região do Rio do Ouro. Ao entrar em contato com os povos daquela região, não encontrou nenhum governante que pudesse ser semelhante ao Preste João.¹⁶ Contudo, sob o aspecto econômico, o comércio na região da Guiné revelou-se bastante lucrativo para a monarquia portuguesa.

Na Alta Guiné, os portugueses estabeleceram comércio com a rede de intercâmbio nessa localidade.¹⁷ No Golfo da Guiné e em São Tomé, houve o que Luiz Felipe de Alencastro denominou como laboratório da escravatura tropical, pois “as formas de escravatura portuguesas e luso-africanas e plantações de açúcar nos trópicos foram transferidos, em larga escala, para a América portuguesa”.¹⁸ Todavia, ao alcançar a região guineense e iniciar o comércio com esta região, os portugueses atingiram um dos objetivos

¹³ THORNTON, John K. Op. cit., p. 147.

¹⁴ DISNEY, A. R., Op. cit., p. 85.

¹⁵ THORNTON, John K. Op. cit., p. 147-148.

¹⁶ DISNEY, A. R. Op. cit., p. 87-88.

¹⁷ ., 2010, p.116.

¹⁸ Ibidem, p. 117.

que perseguiram desde a conquista de Ceuta: o comércio do ouro da Guiné, interrompendo o monopólio islâmico desse metal precioso. A construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em 1482, possibilitou o comércio de indivíduos escravizados e do ouro guineense para Lisboa.¹⁹

Com o falecimento de D. Henrique em 1460, considerado o precursor desta expansão portuguesa em África, o investimento nas navegações da África Atlântica se manteve, principalmente no governo de D. João II (1481-1495). Neste reinado, além do maior incentivo à navegação de longo curso, tivemos um avanço tecnológico náutico, com a maior utilização das caravelas latinas, mais leves e fáceis nas manobras náuticas se comparada a outras embarcações, além do uso do astrolábio, com o conhecimento empírico adquirido nas viagens anteriores.²⁰

No reinado de D. João II, as viagens de longo curso mais ao sul da linha do Equador, com o objetivo de exploração da costa africana, foram incentivadas. Além do comércio com os povos africanos no golfo da Guiné e a ocupação das ilhas atlânticas, um novo objetivo fora traçado pela Coroa portuguesa: a entrada no oceano Índico, contornando o Cabo da Boa Esperança e estabelecendo o trato comercial com oriente. Para este estabelecimento, os capitães Diogo Cão e Bartolomeu Dias foram incumbidos destes feitos.²¹

De acordo com Anthony Disney, há uma discussão entre alguns historiadores acerca da possibilidade de uma única expedição de Diogo Cão à foz do Rio Zaire. A versão mais recorrente aceita que este navegador tenha feito, no mínimo, duas viagens, encontrando o Zaire na primeira viagem e explorando e incursionando por essa região nas expedições posteriores. Em 1486, na provável última viagem de Diogo Cão, esse capitão junto com seus tripulantes adentrou o Rio Zaire, buscando, além de um novo contato com um possível Preste

¹⁹ Ibidem, p. 117.

²⁰ DISNEY, A.R. Op. cit., p. 96-100. Além disso, Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra-síntese sobre História do Brasil, abordou este aspecto da tecnologia náutica nas navegações de longo curso no Atlântico. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. As etapas do descobrimentos portugueses. In.: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, p. 36-38.

²¹ DISNEY, A. R. Op. cit., p. 91.

João, um caminho que ligasse a África ao mar Árabe. Essas duas metas não foram encontradas, contudo Diogo Cão chegou ao norte da Angola, numa região que futuramente seria nomeada pelos portugueses como São Salvador. Em seu retorno para Lisboa, provavelmente no ano de 1486, Diogo Cão faleceu.²²

Logo após o regresso da expedição liderada por Diogo Cão, D. João II manteve suas pretensões nas viagens de longo curso. Agora o objetivo era conseguir contornar o sul da África, e entrar finalmente no oceano Índico. Para essa missão, Bartolomeu Dias foi convocado como capitão. O mesmo saiu de Lisboa em agosto de 1487, percorreu parte do litoral ocidental africano que já fora explorado por navegadores anteriores a eles a mando da monarquia portuguesa e conseguiu contornar o Cabo da Boa Esperança. A importância desta viagem reside em sua longa duração, além das informações empíricas trazidas por Bartolomeu Dias. Ademais, agora os objetivos comerciais da Coroa portuguesa se encontram na Ásia marítima.²³

Evidentemente, o estabelecimento do comércio e exploração do continente africano suscitou o interesse de outras monarquias no processo de expansão ultramarina. Como destacado por Sérgio Buarque de Holanda, ao se lançar na navegação marítima, Portugal teve a colaboração de outros povos europeus nesta fase inicial no além-mar, como dos italianos.²⁴ Contudo, os espanhóis logo trataram de estabelecer concorrência com a Coroa portuguesa quando, interessados pelo mercado oriental, também se lançaram em um processo de longas viagens ultramarinas, anteriormente também circunscritas ao litoral africano. Em 1492, a Coroa de Castela encontrou novos territórios, que seriam mais adiante confirmados como um novo continente: a América.²⁵

A concorrência entre as monarquias castelhanas e portuguesas gerou uma intensa guerra monopolista no norte africano e, posteriormente, nos territórios e mares em disputa, devido ao comércio e a rotas marítimas exclusivas. Ainda no começo do século XV, em 1455,

²² Ibidem, p. 91-93.

²³ Ibidem, p. 93-96.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 35-36.

²⁵ Ibidem, p. 40-41.

o papado declarou a bula *Romanus Pontifex*, entregando o denominado senhorio dos mares à jurisdição portuguesa.²⁶

Os imbróglis pela região marroquina e ilhas Canárias estabeleceu uma disputa por essas regiões africanas e, conseqüentemente, aumentou a rivalidade entre Portugal e Castela. No seio dessa disputa, os castelhanos se lançaram nas Canárias, alegando direitos neste arquipélago. O conflito entre Castela e Portugal teve seu fim em 1479, com o Tratado de Alcáçovas. Nesse acordo, as Canárias ficaram sob posse castelhana enquanto Portugal teve reconhecido seu monopólio comercial europeu no reino de Fez e nas ilhas da Madeira e Açores.²⁷

John Elliot, ao analisar a importância da ocupação das Canárias para o reino dos reis católicos, afirmou que

A ocupação das Canárias por Castela foi um acontecimento de grande importância na história de sua expansão marítima. Sua situação geográfica ia fazer delas uma dispensável escala, de grande valor, na rota da América: as quatro expedições de Colombo se aprovisionaram no arquipélago canário. Porém haviam também de proporcionar um laboratório perfeito para os experimentos coloniais castelhanos e iam servir de vínculo natural entre a Reconquista espanhola e a conquista da América. (tradução nossa)²⁸

Desse modo, a conquista das Canárias por Castela marcou o início da expansão marítima a curta distância deste reino Ibérico. A partir deste arquipélago, o reino liderado por Fernando de Aragão e Isabel de Castela se lançaria no Atlântico. Todavia, as disputas e concorrência entre estes reinos suscitaram por meio da mediação do Papa a assinatura em 1494 de um novo tratado, o Tratado de Tordesilhas. O tratado dividia a navegação, exploração e comercialização no oceano Atlântico entre estas duas monarquias, constituindo assim um *Mare Clausum* (mar fechado) ibérico.²⁹ A discussão jurídica acerca do monopólio das rotas atlânticas marítimas é de suma importância para entendermos sobre as justificativas das esquadras lideradas por Thomas Cavendish e James Lancaster e abordaremos mais à frente.

²⁶ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um Império: Portugal e o seu mundo** (sécs. XV-XVII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 336.

²⁷ ELLIOT, John. **La España Imperial**. Barcelona: Vicens Vices, 1996, p.55.

²⁸ Idem.

²⁹ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Op. cit., 2014, p. 91-92.

A disputa entre os castelhanos e portugueses refletiu no campo da astronomia. De acordo com Heloisa Medeiros Gesteira, muito dos supostos erros de astrônomos nas cartas náuticas ocorreram de modo proposital, devido aos interesses geopolíticos entre estas monarquias, mais até mesmo que possíveis imprecisões causados por instrumentos utilizados à época, como a bússola.³⁰

Em suma, as disputas econômicas, territoriais e marítimas estavam em voga entre os reinos ibéricos ao final do século XV. A viagem de Bartolomeu Dias reuniu os recursos empíricos necessários para a conexão do reino de D. João II ao comércio asiático. Contudo, a saúde do monarca luso acabou o debilitando, não sendo possível alcançar seu objetivo. D. João II faleceu em 1495. Porém, seu monarca sucessor, D. Manuel, continuou a incentivar a expansão e patrocinou a expedição de Vasco da Gama, realizando sua partida no Rio Tejo em 1497, rumo ao oriente.³¹

A viagem de Vasco da Gama foi singular para a história do expansionismo atlântico europeu no período moderno. Ao partir de Portugal, aportar em Calicute em 1498 e retornar ao território luso em 1499, Vasco da Gama estabeleceu seu pioneirismo numa rota que ligava a Europa a Ásia e seu opulento comércio. Desse modo, determinou-se um padrão de viagens anuais entre Portugal e a Índia. Além do interesse comercial de D. Manuel, havia um objetivo religioso subjacente: a extensão da luta contra o Islã para o Oriente Médio.³²

A partir desta exploração atlântica portuguesa, como já dito anteriormente, tivemos a formação de dois subsistemas marítimos que ligavam e se interligavam ao império português: o Atlântico e o Índico. A chegada de Vasco da Gama às Índias foi apenas o início da formação de Portugal e seu Império na porção oriental. Deste modo, discutiremos a seguir o interesse português pelo Oriente, bem como sua crescente exploração atlântica.

³⁰ GESTEIRA, Heloisa Meireles. O astrolábio, o mar e o Império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul.-set. 2014, p. 1011-1027, p. 1015.

³¹ DISNEY, A. R. Op. cit., p. 205.

³² Ibidem, p. 214-215.

1.2. – A expansão portuguesa no Oriente

D. Manuel, com a formação desta nova rota marítima, lançou seus interesses comerciais e religiosos na Ásia. Nomeou Francisco de Almeida como responsável pela construção de uma rede de fortalezas mercantis na África Oriental e Ásia. Baseado na luta contra o Islã, Almeida foi apenas o primeiro a expandir os interesses lusos na região, iniciando uma longa presença portuguesa na região asiática. Porém, foi Afonso de Albuquerque, também em serviço a D. Manuel, quem defendeu e se lançou num projeto de expansão territorial arrojado. Albuquerque liderou as conquistas de Goa, Malaca e da ilha de Ormuz – regiões consideradas estratégicas para a realização do comércio asiático – e constituiu o esboço do que seria chamado de Estado da Índia.³³

Após a morte de Afonso de Albuquerque, em 1515, a política asiática de D. Manuel se alterou, com a preferência pelo estabelecimento da diplomacia no Oriente. Assim, houve a decisão de consolidar as regiões já ocupadas através da negociação com os povos que estavam estabelecidos antes da chegada dos portugueses. Desse modo, Portugal manteve-se no Oriente, conquistou algumas regiões estratégicas para o comércio, como Diu, e consolidou o seu Estado da Índia.³⁴

Como bem sintetizado por Schwartz, o Estado da Índia significou uma articulação da “Carreira das Índias” a diversos portos e cidades conectados economicamente. Sendo assim, os portugueses tentaram monopolizar as redes mercantis através de suas fortalezas e feitorias, bem como eliminar seus concorrentes comerciais como os turcos, guzerates e mamelucos. A monopolização do comércio desta região não foi viável para a Coroa portuguesa. Diante desta impossibilidade, ao invés de buscarem eliminar seus concorrentes, Portugal estabeleceu um sistema de cartazes, que consistia na permissão e respectiva taxaço de comerciantes privados, que gerou vultosos lucros para a monarquia portuguesa. Além disso, sabemos que o

³³ Ibidem, p. 215-226.

³⁴ Ibidem, p. 226-239.

produto no qual Portugal se especializou no comércio de diversos produtos orientais, mas foi a pimenta o mais rentável para essa monarquia durante todo o século XVI.³⁵

Para comunicar Lisboa e a Corte das atividades presentes na Ásia, era necessário um sistema de comunicação intercontinental, baseado no transporte regular de ida e volta de Portugal para estas regiões nas franjas do Império luso. Este sistema de comunicações ficou conhecido como “Carreira das Índias”. Nos primórdios do século XVI, D. Manuel estabeleceu o monopólio real para o funcionamento da “Carreira das Índias”. Contudo, conforme progressivamente os sucessores manuelinos foram se descompromissando com os monopólios, comerciantes privados se estabeleceram na formação desta “Carreira das Índias”.³⁶

Concomitantemente ao estabelecimento do Estado da Índia, iniciou-se, sem muito apoio régio, a ocupação do litoral brasileiro. Os moldes da colonização foram ditados pelo modelo implementado nas ilhas atlânticas, que serviu como “laboratório”, como já fora afirmado anteriormente. O pau-brasil era o produto mais rentável para os interesses econômicos do Império português. Porém, após a primeira viagem bem sucedida de Vasco de Gama ao Oriente, o oceano Índico e a Ásia se tornaram a joia da Coroa portuguesa.³⁷

Durante o século XVI, tivemos tanto Portugal quanto Castela sendo protagonistas da política econômica do continente europeu. A monarquia castelhana lucrou bastante com a colonização e conseqüente exploração do continente americano, cujo início se deu na viagem de Cristóvão Colombo em 1492. Contudo, as décadas de 1570 e 1580 foram importantes para a compreensão das ações corsárias de Thomas Cavendish e James Lancaster.

Portugal buscou manter no norte da África as conquistas territoriais das cidades de Ceuta (1415), Tânger (1437), Alcácer-Ceguer (1458) e Arzila (1471). Apesar dos custos, a manutenção destas cidades gerava importantes lucros, como por exemplo Ceuta, pois a partir do seu controle, Portugal tinha acesso ao ouro das caravanas saarianas. Além disso, a nobreza

³⁵ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., p. 29.

³⁶ DISNEY, A. R. Op. cit., p. 258.

³⁷ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., p. 27.

portuguesa esperava que a expansão no território marroquino pudesse gerar riquezas por meio do saque, bem como por meio da reivindicação de mercês pelos serviços militares prestados à Coroa portuguesa. Assim sendo, tornou-se uma tradição a participação real nas campanhas militares mais importantes na África.³⁸

1.3. – A crise sucessória no trono português e o estado de guerra anglo-espanhol

Segundo Anthony Disney, a subida de D. Sebastião ao trono português reavivou a “Neo-Reconquista”, conceito defendido por este historiador. Para ele, essa ideia se baseia na extensão da luta entre cristãos e muçulmanos da península ibérica para o norte da África, presente na monarquia portuguesa entre o reinado de D. João I e D. Manuel e estacionada no governo de D. João III.³⁹ Continuando a tradição de participar dos empreendimentos militares e também restabelecendo a Neo-Reconquista, D. Sebastião montou uma expedição direcionando-se ao norte da África.⁴⁰

Em 1576, ao ser deposto por seu tio, Abd al-Malik, o ex-sultão Muhammad al Mutawakkil atravessou o estreito de Gibraltar e pediu auxílio aos reinos católicos. Filipe II, rei da Espanha, negou ajuda e ainda tentou dissuadir D. Sebastião da empreitada. Contudo, este rei montou um exército ao longo de dois anos, estando à frente dos esforços lusitanos e com o objetivo de consolidar a cruzada portuguesa em terras marroquinas. Ao partir para o norte da África, o exército sob a liderança do rei de Portugal se pôs em marcha para Tânger, Arzila e depois rumou para Al-Arish. Decidiram seguir a rota terrestre, acreditando que Abd al-Malik estivesse longe. Um erro na estratégia de guerra. Quando estavam seguindo para encontrar as tropas inimigas, foram interceptados em Alcácer-Quibir, sendo derrotados. Esse episódio, que ficou conhecido como a Batalha de Alcácer-Quibir, ocasionou a morte de D. Sebastião, que faleceu sem deixar herdeiros diretos para a Coroa portuguesa, provocando uma

³⁸ DISNEY, A.R. Op. cit., p. 59-62.

³⁹ A ideia de Neo-Reconquista segundo Disney está delimitada na obra História de Portugal e do Atlântico português. Cf. DISNEY, A. R. Op. cit., p. 48-56.

⁴⁰ Ibidem, p. 65.

crise sucessória. Além disso, de acordo com Disney, a Neo-Reconquista teve seu ponto final a partir desta batalha.⁴¹

Com a morte de D. Sebastião, o tio-avô do rei português, o Cardeal D. Henrique, assumiu o trono de Portugal. Contudo, em 1580, dois anos após assumir a Coroa portuguesa, ele faleceu, iniciando uma crise política no que se refere a sucessão do trono luso. Afirmando serem legítimos herdeiros do trono de Portugal, surgiram dois candidatos e uma candidata: D. Antônio, prior do Crato; D. Catarina, duquesa de Bragança; e D. Filipe II, rei da Espanha, pertencente a dinastia dos Habsburgo.⁴²

De acordo com o historiador Abílio Pires Lousada, “o problema jurídico-ideológico da sucessão do trono [foi] resolvido pela via político-militar, onde prevaleceu o direito do mais forte, ou seja, o rei de Castela”.⁴³ A partir do convencimento de nobres, clérigos, aristocratas e burguesia portugueses, Filipe II da Espanha foi aclamado nas cortes de Tomar, iniciando o período em que a casa dos Habsburgo governaria os lusitanos. A aclamação nas Cortes foi uma forma de Filipe II legitimar-se como soberano, seguindo a tradição portuguesa.⁴⁴

Contudo, a entronização de Filipe II não ocorreu de forma pacífica, havendo resistência por parte da sociedade lusa, visto que D. Antônio – prior do Crato – possuía amplo apoio popular. O prior do Crato recorreu ao apoio de outros monarcas rivais de Filipe II, como a rainha Elizabeth da Inglaterra e o rei Henrique III da França e com o auxílio de uma porção da sociedade, organizou diversos empreendimentos militares com o objetivo de tomar o trono que reivindicava. As tentativas foram frustradas.⁴⁵

O último suspiro na tentativa de D. Antônio em ocupar o trono de Portugal foi cinco anos após a coroação de Filipe II, em 1585. Exilado na Inglaterra e apoiado pela rainha

⁴¹ Ibidem, p. 65-70.

⁴² SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)**. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 19.

⁴³ LOUSADA, Abílio Pires. **Portugal na monarquia dual: O Tempo dos Filipes (1580-1640)**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/1293>> Acesso em: 25 jun. 2018, p. 12.

⁴⁴ Ibidem, p. 13-14.

⁴⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. cit., p. 20.

Elizabeth, D. Antônio montou uma frota com o intuito de atacar Lisboa. De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, o prior do Crato planejava ocupar Lisboa com uma sublevação da população a partir do seu ataque. Contudo, o pretendente da Coroa portuguesa não aguardava por três fatores que abortaram a possível insurreição popular: a repressão de Filipe II à população, não ocorrendo a sublevação aguardada; o receio dos partidários de D. Antônio por ele estar sendo apoiado por uma anglicana e; um surto de peste que atingiu a tripulação de sua frota, frustrando seu último ataque.⁴⁶

A escalada de tensão entre a Espanha dos Habsburgo e a Inglaterra Elizabetana não se deu somente devido às disputas em torno do trono português. Com a Monarquia Dual (1580-1640) consolidada e o rei Filipe II governando toda a península Ibérica, a política externa de Portugal passou a ficar atrelada às decisões e aos interesses das Cortes dos Habsburgo, na Espanha.⁴⁷ De acordo com Carole Levin, as rivalidades se acirraram quando Filipe II anexou Portugal e aproximou mais ainda a religião no cerne de sua política externa. A Inglaterra sob a liderança do governo anglicano de Elizabeth ficou em uma posição desconfortável nas relações entre as monarquias da Europa continental.⁴⁸

Uma região, na qual a rivalidade entre Inglaterra e Espanha se evidenciou, foi na Holanda. Em 1572, Guilherme de Orange liderou um movimento de resistência à dominação espanhola. Diversas diferenças político-religiosas estavam presentes nesta região quando houve o saque de Antuérpia em 1576, liderado por soldados espanhóis. Este movimento foi o estopim para uma revolta das províncias católicas e protestantes na região holandesa, que gerou a divisão em dois grandes grupos: a União de Arras, que agregava os interesses católicos; e a União de Utrecht, identificada com as denominações protestantes. Relutantemente, Elizabeth auxiliou a União de Utrecht nos conflitos contra a União de Arras no interior da Holanda, com o objetivo de combater os espanhóis católicos, visto que Filipe II

⁴⁶ Ibidem, p. 22.

⁴⁷ LOUSADA, Abílio Pires. Op. cit., p. 15.

⁴⁸ LEVIN, Carole. **The reign of Elizabeth I**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2002, p. 57.

era aliado desta última União. Para Filipe II, o auxílio de Elizabeth nesta revolta holandesa foi encarado como um ato de guerra.⁴⁹

Diante desses conflitos envolvendo Filipe II e Elizabeth em território holandês, além do âmbito religioso presente na rivalidade da política externa entre essas duas monarquias, Filipe II da Espanha preparou um ataque com o objetivo de derrotar Elizabeth no interior do território inglês. Compondo uma frota marítima para atacar e derrotar as pretensões inglesas e a maior representante do protestantismo no contexto histórico, a monarquia espanhola liderada pela dinastia dos Habsburgo montou a *Invencível Armada*.⁵⁰ Em 1587, os corsários à serviço de Elizabeth agiam no suporte às causas internacionais da monarca, não apenas no enriquecimento próprio.⁵¹ Francis Drake, importante corsário partiu em direção a Lisboa e Cádiz, atacando e atrasando a partida da Armada.⁵²

Os ingleses estavam convencidos que os espanhóis atacariam com a *Invencível Armada* por meio do Canal da Mancha, recebendo posterior auxílio do Príncipe de Parma, líder da União de Arras na região dos Países Baixos. Houve uma grande mobilização, posicionando os soldados da rainha Elizabeth na região fronteiriça da ilha britânica, bem como seus navios no referido Canal. Havia a certeza de que o rei Filipe II iria conquistar a Inglaterra, fazendo o reino retomar a fé católica. Quando houve a partida dos espanhóis, os ingleses já estavam preparados para esse ataque, montando uma grande resistência. Uma tempestade, entretanto, dispersou parte dos navios da Espanha e a estratégia utilizada pelos combatentes da Inglaterra permitiu derrotar os navios de Filipe II, mesmo estando em inferioridade numérica. A derrota dos espanhóis, além de trazer uma desmoralização para o rei Filipe II, trouxe a promessa de novos ataques em território inglês na década de 1590, o que não se concretizou na dimensão comparável à *Invencível Armada*.⁵³

⁴⁹ Ibidem, p. 58-61.

⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. cit., p. 21.

⁵¹ LEVIN, Carole. Op. cit., p. 58

⁵² Ibidem, p. 68.

⁵³ Ibidem, p. 67-70.

Todavia, a guerra anglo-espanhola inflamou-se após a derrota da “Invencível”, mesmo com o governo de Filipe II dos Habsburgo desmoralizado. Os ataques nas carreiras da Índias e do Brasil, nas possessões coloniais espanholas na América, após o início da Monarquia Dual, além do incentivo ao corso inglês, se intensificaram após este episódio.⁵⁴ André Alexandre Martins Murteira, ao abordar o corso holandês na Carreira das Índias realizou um amplo levantamento historiográfico sobre a referida temática, concluindo que uma série de pesquisadores indicaram o declínio da Carreira das Índias a partir da virada da década de 1580 para 1590. Entre as hipóteses abordadas por Murteira, a guerra entre Filipe II e Elizabeth foi um dos fatores importantes para intensificar os ataques de corso nesta Carreira. De todo modo, as principais teses abordadas por Murteira destacaram os danos realizados pelo corso, seja de maneira direta ou indireta, como um fator primordial para o declínio da Carreira das Índias, tão importante e lucrativa para a economia ibérica.⁵⁵

Estas hostilidades entre as monarquias inglesa e espanhola duraram até por volta de 1604, quando foi assinado um tratado de paz entre Espanha e Inglaterra. Um ano antes, a rainha Elizabeth morreu. Jaime VI da Escócia sucedeu a rainha, tornando-se rei também da Inglaterra e iniciando o reinado da dinastia Stuart. A sucessão do trono foi realizada sem oposição, devido às negociações de Sir Robert Cecil, importante ministro da rainha Elizabeth.⁵⁶ Durante o reinado de Jaime I da Inglaterra (1603-1625) – VI da Escócia – a política externa empreendida foi totalmente oposta à de sua antecessora. Apesar do parlamento inglês clamar pela guerra contra a Espanha, o rei preferiu manter a paz com esta monarquia ibérica, encerrando a guerra anglo-espanhola iniciada nos reinados de Filipe II e Elizabeth. O cerne da política externa inglesa durante a dinastia Stuart foi a Guerra dos Trinta Anos, sendo simpático às causas espanholas da Contrarreforma.⁵⁷

⁵⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, Op. cit., p. 23.

⁵⁵ Entre os autores citados por Murteira, temos Vitorino Magalhães Godinho, Bentley Duncan, Rui Godinho, entre outros. Para detalhamento do debate historiográfico, cf. MURTEIRA, André Alexandre Martins. **A carreira das Índias e o corso neerlandês (1595-1625)**.2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006, p. 4-14.

⁵⁶ HILL, Christopher. **O século das revoluções (1603-1714)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 13.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 63-65.

Desse modo, o contexto político europeu presente durante o ataque de Thomas Cavendish (1591-1592) e James Lancaster (1595) à América portuguesa evidencia uma guerra entre o rei Filipe II, rei das monarquias espanhola e portuguesa, e a rainha Elizabeth. Percebemos a importância do Oriente para as economias dessas monarquias. As disputas políticas interferem também diretamente na economia e possuem forte caráter religioso. A seguir, analisaremos justamente como as relações entre Estado e religiosidades se inter cruzam neste período.

1.4. – A confessionalização político-religiosa no período moderno

Nas disputas territoriais e econômicas abordadas anteriormente entre as monarquias europeias e o norte africano durante o século XV, e também nos conflitos entre as próprias Coroas do continente europeu no decorrer do século XVI, um fator permeou estes embates: a religiosidade. Nesses períodos históricos, a religião e a política não possuíam esferas claramente definidas. José Pedro Paiva relembra os termos de Paolo Prodi, afirmando que o século XVI presenciou a “teologização da política” e a “politização da religião”. A tese defendida por Pedro Paiva se baseia na ideia de que houve uma profunda interpenetração do Estado nos assuntos eclesiásticos e vice-versa. Isso ocorreu principalmente devido à confessionalização, em específico da monarquia portuguesa e católica.⁵⁸

O conceito de confessionalização empregado por Pedro Paiva vai ao encontro dos estudos de Wolfgang Reinhard. Ao debater sobre os conceitos de “Reforma” e “Contrarreforma” nos Estados modernos, Reinhard destaca a tese, elaborada por Hubert Jedin, na qual havia uma longa reforma no catolicismo, desde o medievo, que pretendia profundas transformações na Igreja. Com os atritos e discordâncias provenientes dessas reformas, emergiram as denominações luteranas e calvinistas.⁵⁹

⁵⁸ PAIVA, José Pedro. El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado: contaminaciones, dependencias y disidencias entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640). *Manuscrits*, Barcelona, v. 1, n. 25, p. 45-57, 2007.

⁵⁹ REINHARD, Wolfgang. Reformation, Counter-Reformation, and the Early Modern State: a Reassessment. In.: LUEBKE, David M. (ed.). *The Counter-Reformation: the Essential Readings*. Malden: Blackwell Publishing, 1999, p. 107-113.

Sendo assim, de acordo com Reinhard, a construção dos Estados modernos nos séculos XVI ao XVIII, esteve intimamente ligada à colaboração entre os agentes e instituições estatais e das Igrejas, tanto a denominada Católica quanto as novas igrejas. Como as instituições do Estado e as novas igrejas estavam em um processo embrionário, houve a busca para reforçar seus ritos, liturgias, teologias e outras práticas eclesiais a fim de definir suas identidades confessionais. O mesmo processo também foi observado no seio da Igreja Católica, devido à reforma tridentina. Destaca-se aqui a importância da imprensa, do sistema de aprendizagem, da propaganda e também da censura e mecanismo de repressão em busca da ortodoxia religiosa, seja no Estado confessional católico ou “protestante”.⁶⁰

Desse modo, a confessionalização, ainda segundo Wolfgang Reinhard, contribuiu para a construção e crescimento dos Estados modernos por produzir três avanços: na execução da identidade política; extensão de um monopólio de poder; e disciplinamento dos súditos. Portanto, a conclusão do autor seria a impossibilidade de uma tolerância religiosa durante a construção dos Estados europeus entre os séculos XVI e XVIII.⁶¹ Reinhard recorreu ao diálogo com o historiador Heinz Schilling para evidenciar o emprego do conceito de confessionalização. Para este primeiro autor, citando este último, “o desenvolvimento do Estado moderno não poderia ocorrer sem levar em conta a ‘confissão’, mas apenas com base no ‘consentimento fundamental sobre religião, igreja e cultura, compartilhado com autoridades e súditos’ (Heinz Schilling)”.⁶²

Por fim, podemos sintetizar a confessionalização como a busca pela homogeneidade e ortodoxia religiosa destes Estados modernos recém-formados. Aos súditos que escapavam dessa confessionalidade, os agentes dos Estados e das igrejas, em colaboração, buscavam lançar mão de instrumentos para recorrer a unidade político-religiosa, como o fechamento das fronteiras, limitação da mobilidade ou até mesmo do casamento inter-religioso.⁶³ Poderíamos utilizar inúmeros exemplos, mas seremos sintéticos em arguir como o Estado e as Igrejas

⁶⁰ Ibidem, p. 114-119.

⁶¹ Ibidem, p. 120-121.

⁶² Ibidem, p. 122. (tradução nossa)

⁶³ Ibidem, p. 123.

agiram em parcerias na busca pela confessionalização das monarquias modernas europeias ocidentais.

Como afirmado por Pedro Paiva, sem a distinção clara entre as áreas de atuação das igrejas e da monarquia, estes Estados confessionais agiram em consonância, de acordo com os seus interesses, visto que não havia ainda a construção de uma coesão e identidades político-religiosa. Assim sendo, Paiva recorreu a diversos estudos de caso para confirmar sua hipótese da ingerência da Igreja no Estado e vice-versa. Em um desses exemplos, o autor citou a instituição do padroado, por meio da qual o rei dispunha de cargos eclesiásticos na rede paroquial portuguesa. Além do padroado, Pedro Paiva exemplificou a participação de clientes do rei nos benefícios eclesiásticos. Outro exemplo utilizado foi a colaboração de membros da alta hierarquia da Igreja em Portugal no campo militar, quando os bispos D. Aires da Silva e D. Manuel de Meneses participaram da batalha de Alcácer-Quibir, tendo o mesmo destino do rei de Portugal.⁶⁴

No caso da Coroa de Portugal, a fusão entre as esferas política e eclesiástica se deu antes mesmo da institucionalização da divisão da cristandade, ocasionada com a criação de novas igrejas. De acordo com Giuseppe Marcocci, houve uma instituição que representou a colaboração entre a estrutura político-religiosa no reino português: o tribunal da Mesa da Consciência. Esse tribunal influenciou os assuntos políticos da monarquia portuguesa, principalmente a partir de 1540, no reinado de D. João III. Diversos teólogos compuseram esse tribunal, atuando como conselheiros do monarca de Portugal e influenciando os assuntos políticos, além de administrarem as questões religiosas.⁶⁵

Contudo, a busca pela ortodoxia religiosa no interior das monarquias confessionais católicas motivou os braços da Igreja e do Estado a agirem cada vez mais em parceria. Nas monarquias ibéricas, o tribunal da Inquisição pode ser citado como a instituição que operou com o objetivo de obter a obediência dos súditos dentro de impérios católicos.

⁶⁴ PAIVA, José Pedro. Op. cit., p. 50-56.

⁶⁵ MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um império: Portugal e seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 133-143.

O tribunal inquisitorial sobrepujou-se em sua atuação a partir do contexto das reformas tridentinas e das igrejas denominadas como protestantes. De acordo com Adriano Prospero, este órgão teve atuação de destaque no objetivo da confessionalização de um Estado, ou seja, no controle de possíveis desvios da consciência dos súditos e fiéis a pretensa uniformidade religiosa. Assim sendo, segundo Prospero, houve três pilares na tentativa de alcançar a ortodoxia católica durante o século XVI: a inquisição, a confissão e a missionação. Este autor historiciza o ato da confissão no interior do catolicismo, resgatando seu caráter político e religioso na modernidade, visto que esse ato se constituiu como forma de controle social. Logo, o papa Paulo IV instituiu a confissão como obrigatória a partir do ano de 1559.⁶⁶

A partir da obrigatoriedade da confissão, a inquisição se tornou um órgão de passagem e controle social, pois nas sociedades ibéricas e, sobretudo italiana – objeto de pesquisa de Prospero –, era necessário ao cristão e súdito comparecer ao tribunal da Inquisição e realizar a admissão de suas culpas para obter o perdão divino. Contudo, politicamente, a confissão se moveu do foro íntimo para a esfera pública, pois os segredos individuais agora passavam pela investigação do tribunal inquisitorial, tornando-os de conhecimento geral.⁶⁷ De acordo com Prospero,

O caminho escolhido, então, foi o da confissão regulada por um sistema que não só restringia o acesso ao perdão com a multiplicação dos casos reservados (...) mas impunha a transferência dos segredos da consciência ao tribunal de foro externo da Inquisição. Assim, foi possível construir um sistema de poder que foi exercido principalmente sobre as consciências das classes populares e que pôde permitir à Igreja oferecer ao poder político um serviço essencial, o de ligar os corações à obediência, (...).⁶⁸

Com a confissão, as sedições consideradas contrárias à homogeneidade católica seriam julgadas pelo tribunal eclesiástico da Inquisição e punidas pelos braços do poder laico. Destaca-se aqui, mais uma vez, a parceria nas ações dos poderes religiosos e políticos. Novamente, retomamos a ideia anteriormente afirmada por Pedro Paiva na qual as esferas de atuação da Igreja e do Estado não estavam claramente definidas no século XVI. Prospero

⁶⁶ PROSPERO, Adriano. **Tribunais da consciência**: inquisidores, confessores, missionários. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 26.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 28-29.

afirma que a heresia era considerada o maior crime político, sendo punido como lesa-majestade. Divergir da religião do soberano era uma das formas de sedição, pois os monarcas buscavam implementar um disciplinamento social por meio do controle das consciências dos indivíduos. Desse modo, o meio pelo qual os soberanos buscaram alcançar o objetivo de controle das consciências e ortodoxia religiosa era um misto de repressão, em colaboração com a Inquisição, e de convencimento.⁶⁹

No reino de Castela, temos a tentativa de imposição da ortodoxia religiosa antes mesmo da chegada das novas religiões e do tribunal do Santo Ofício nesse território ibérico. John Elliott, ao abordar a construção do Império espanhol, também sublinhou a questão das profecias consideradas heréticas pelo reino. A descoberta de grupos luteranos no ano de 1558 aumentou a vigilância no interior do reino sobre o desvio da homogeneidade católica. Contudo, o aparecimento de associações não-católicas em Castela ocorrera até mesmo em fins do século XV, com as comunidades dos “iluminados” ou iluministas, que desviaram das correntes tradicionais. Após os desdobramentos dos cismas na cristandade ocidental, o erasmismo e o luteranismo cresceram dentro dos círculos nobres e cortesão, ampliando assim a atuação do tribunal do Santo Ofício dentro de Castela.⁷⁰

Como tentativa de imposição da ortodoxia religiosa católica, Elliott sublinhou dois instrumentos utilizados pelo rei Carlos V e seus sucessores na busca do seu objetivo político-religioso supracitado: o uso da inquisição e dos critérios de limpeza de sangue. No que se refere ao uso deste primeiro instrumento pela monarquia de Castela, o aumento do aparecimento de grupos dissidentes ao cristianismo romano gerou uma atuação mais contundente da Inquisição espanhola. Desse modo, as denúncias e delações, por meio das confissões, e também os casos de tortura foram os métodos utilizados pelo Santo Ofício para investigar e punir o desvio na ortodoxia católica dentro de Castela.⁷¹

⁶⁹ Ibidem, p. 45-47.

⁷⁰ ELLIOTT, John H. **La España Imperial (1469-1716)**. Barcelona: Ediciones Vicens Vives, 1996, p. 227-232.

⁷¹ Ibidem, p. 233-234.

Apenas o tribunal eclesiástico não foi o único recurso coercitivo utilizado pelo Estado espanhol para frear o surgimento do erasmismo, luteranismo e dos iluministas. Os critérios de limpeza de sangue foram amplamente utilizados como meio de repressão da ortodoxia religiosa.⁷² Segundo John Elliott,

(...) junto a preocupação obsessiva pela pureza da fé, floresceu uma não menos obsessiva preocupação pela pureza de sangue. Ambas as obsessões haviam chegado a seu grau mais extremo em meados do século XVI; ambas utilizavam os mesmos procedimentos de confidência e delações, e ambas tiveram como consequência a redução os âmbitos extraordinariamente amplos da vida espanhola e encaixotar pela força uma sociedade rica e cheia de vitalidade os estreitos canais da conformidade.⁷³

Portanto, Elliott conclui que a partir da segunda metade do século XVI, na Espanha, a profissão de uma fé e a ascendência estritamente ortodoxa eram almeçadas pela sociedade castelhana, mesmo sendo muito difícil de serem alcançadas. Não bastava ser católico, mas, pelos critérios de pureza de sangue, os súditos deveriam possuir uma ascendência católica, mesmo sendo possível burlar esta precedência. Para Filipe II, primeiro rei da monarquia dual, havia uma ligação entre a heresia e um passado não cristão.⁷⁴

Como discutido por Reinhard em diálogo com Schilling, a confessionalidade religiosa era orientada tanto pelo catolicismo quanto pelas outras correntes cristãs que surgiram no começo do século XVI, como o luteranismo e o calvinismo. Na Inglaterra, a reforma religiosa produziu o surgimento de uma Igreja oficial a partir do reinado de Henrique VIII. Christopher Hill afirma a importância da igreja oficial no século XVII, destacando também a atuação da mesma em fins do século XVI. Assim, a igreja e o Estado agiam intrinsecamente, com a também utilização dos tribunais eclesiásticos na Inglaterra. Além dos tribunais, o púlpito, a censura a livros, de fato uma verdadeira união de serviços estatais seculares e eclesiásticos agiam em colaboração na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII.⁷⁵ De acordo com citação de Hill, ““É a religião que mantém os súditos obedientes””.⁷⁶

⁷² Ibidem, p. 236.

⁷³ Ibidem, p. 236. (tradução nossa)

⁷⁴ Ibidem, p. 240.

⁷⁵ HILL, Christopher. Op. cit., p. 83-88.

⁷⁶ Ibidem, p. 85.

Procuramos trazer à luz o debate sobre a convergência dos interesses religiosos e políticos, antes mesmo da separação das esferas de atuação dessas duas áreas na primeira modernidade. O conceito de confessionalização exprime como os agentes estatais e eclesiásticos agiram em colaboração em busca da ortodoxia religiosa professada pelo rei ou rainha, com o objetivo de atingir o controle dos súditos-fieis. Contudo, alcançar a homogeneidade em uma sociedade foi extremamente improvável. Desse modo, não seria exagero também compreender os corsários como agentes em colaboração com a religiosidade professada pelo monarca.

Após discutirmos os fatores políticos-religiosos do século XVI, também é necessário suscitar o debate sobre o oceano Atlântico e sua importância e disputas num contexto de expansão europeia na navegação marítima e na exploração e invasão de outros continentes.

1.5 – O Atlântico em disputa: navegação, circulação e conflitos

Após a expansão marítima iniciada por Portugal, o oceano Atlântico foi se tornando o grande protagonista nas relações comerciais das Coroas europeias. Chegar ao Oriente e exercer cargos, conquistar terras, expandir o catolicismo e realizar negócios converteu-se em algo interessante para indivíduos que buscavam auferir lucros no ultramar. Devido à importância que os continentes africano, asiático e americano foram alcançando durante esse processo expansionista do Ocidente europeu, o mar oceano – como o Atlântico era conhecido à época – também se transformou em espaços de disputas entre as monarquias europeias. Serão as questões referentes a estas movimentações de indivíduos, mercadorias e ideias, além dos conflitos em torno do oceano Atlântico que abordaremos neste subitem.

Ao expormos sobre o avanço português no Atlântico, explorando o litoral ocidental africano e atingindo o Oriente e as rotas comerciais, observamos a concorrência das Coroas ibéricas pelo monopólio da exploração do Atlântico. Como já afirmamos anteriormente, essas disputas foram parcialmente resolvidas ainda no final do século XV, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas. Em 1494, as monarquias ibéricas assinaram um acordo no qual dividiam entre si a navegação, comercialização e exploração do Atlântico. Esta convenção

entre essas duas Coroas católicas inaugurou o princípio do *mare clausum* (mar fechado), dividindo, ainda no século XV, o comércio Atlântico entre Portugal e Espanha e excluindo as outras monarquias, o que causou problemas jurídicos durante os séculos XVI e XVII ao qual discutiremos mais adiante.⁷⁷

Estabelecido o princípio do *mare clausum* para as Coroas ibéricas, com Portugal chegando ao Oriente através da navegação marítima de Vasco da Gama em 1498, foram instituídas viagens regulares que ficaram conhecidas como carreiras. A Carreira das Índias realizava a travessia marítimo-comercial entre Portugal e o Oriente – genericamente chamado pelos lusitanos de índias –, enquanto a navegação entre o rio Tejo e a América portuguesa ficou conhecida como Carreira do Brasil. Em primeiro lugar, é importante destacarmos que a travessia nessas carreiras suscitava enormes dificuldades devido a altas taxas de mortalidade e doenças, soldos ínfimos e atrasados para os marinheiros(as), ocasionando uma aversão social e escassez à ocupação de marinheiros para a atuação nas Carreiras da Índia e do Brasil. Devido aos altos índices de deserção, a Coroa portuguesa procurou bloquear as escalas dos navios dessas carreiras.⁷⁸

Por conseguinte, devido ao comércio marítimo com o Oriente ter sido extremamente lucrativo para as monarquias ibéricas durante o século XVI, principalmente o mercado de pimenta, os navios da Carreira das Índias eram maiores e mais armados se comparados aos navios da carreira do Brasil. Como consequência, os navios da carreira do Brasil sofreram ataques piráticos e corsários em maior número, perpetrados por representantes de diversas monarquias ocidentais, como os holandeses, ingleses e franceses, além dos berberes. Essas ações corsárias somente reduziram com a instalação do sistema de frotas na Carreira do Brasil, no decorrer do século XVII.⁷⁹

Além das carreiras, o Atlântico sofreu um intenso movimento de pessoas, mercadorias, indivíduos e ideias abordado pelo historiador Anthony John Russell-Wood. Esse autor

⁷⁷ RUSSELL-WOOD, Anthony John R.; DOMINGUES, Ângela, MOURA, Denise Soares A. de (orgs.). **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 91-92.

⁷⁸ BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 209-216.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 217-218.

defende a hipótese de que justamente a movimentação pluriocênica de diversos componentes e atores históricos gerou a unificação de um Império português fragmentado e pluricontinental.⁸⁰

Russell-Wood abordou a movimentação de diversos indivíduos dentro do Império português. Houve emigrantes e colonizadores que, mesmo com o baixo contingente numérico da população metropolitana portuguesa, estiveram presentes em todas as possessões ultramarinas. Além destes, muitos indivíduos se deslocaram de Portugal com o objetivo de exercer cargos políticos, representando o rei no além-mar. Para isso, os requisitos exigidos eram os títulos de nobreza e a experiência militar. Por causa da importância comercial do Oriente para a Coroa lusa, os cargos políticos no Estado da Índia, até meados do século XVII, eram mais valorizados que na América portuguesa.⁸¹

Existiu dois interesses gerais entre esses emigrantes e diversos indivíduos que exerceram cargos no Estado da Índia. O primeiro era a participação na rede mercantil no interior do Oriente, apesar da expressa proibição da monarquia portuguesa em tal envolvimento. O outro interesse era de grupos mais abastados, que rumaram ao Oriente não com o objetivo de envolver-se nos grandes lucros orientais, mas sim em busca de notoriedade social no exercício de seus cargos.⁸²

Ainda segundo Russell-Wood, havia a movimentação de grupos considerados indesejáveis para a Coroa portuguesa, enviando-os às outras possessões ultramarinas. Mesmo sendo considerados indesejados pela monarquia de Portugal, havia um vasto território no qual era preciso utilizá-los como mão-de-obra e também como veículos de fixação portuguesa no Oriente, na África e na América. Assim, muitos desses indivíduos indesejáveis para a Coroa lusa eram punidos com o crime de degredo, seja por roubos, assassinatos ou desvio da ortodoxia católica. Desse modo, muitos cristãos-novos eram punidos e degredados, se

⁸⁰ RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um Mundo em movimento**: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: Editora Difel, 1992, p. 7-17.

⁸¹ *Ibidem*, p. 93-133.

⁸² *Ibidem*, p. 144-160.

envolvendo na vasta rede comercial na América portuguesa. Eles também exerceram cargos públicos, mesmo sendo proibidos.⁸³

A circulação de pessoas em busca de cargos políticos, lucros ou sua marginalização na sociedade portuguesa não foram os únicos motivos para a circulação de indivíduos. Houve também a migração em massa de grupos, mesmo sendo tal diáspora realizada à força, ou seja, o tráfico de escravizados na África realizada pelos portugueses e europeus. A América foi o local de recepção do maior número de indivíduos desses grupos. Para tal, a travessia pelo Atlântico era apenas uma das fases que se iniciava com a captura dos seres humanos que seriam escravizados e transportados do interior da África para o litoral, carregando o libambo, uma pesada corrente que prendia uns aos outros. Após a chegada aos portos africanos, os escravizados eram marcados, batizados e transportados em navios tumbeiros. Ao chegar na América portuguesa, os escravizados tinham que realizar outra migração, agora dos portos para os locais degradantes de trabalho.⁸⁴

Além da movimentação de atores históricos pelo Atlântico e Índico, houve também um intenso fluxo e refluxo de mercadorias para a monarquia e burguesia portuguesa. Antes mesmo da conquista de Ceuta em 1415, marco inicial da expansão marítimo-comercial lusitana, a burguesia lusitana explorava as margens do Atlântico na costa ocidental europeia. Contudo, a partir do século XVI, com um maior contato comercial da Europa com a África e a Ásia, era volumosa a chegada das mercadorias desses locais, sendo constantemente reexportadas dos portos lisboetas para o restante do continente europeu.⁸⁵

Diante do comércio entre Portugal e as outras regiões localizadas além-mar, é significativo destacarmos aqui como as mercadorias orientais despertaram o interesse e a ambição de diversos indivíduos desejosos por grandes lucros tanto quanto os que foram auferidos pela Coroa portuguesa. Entre as mercadorias provenientes da Ásia, negociadas principalmente pela Carreira das Índias, sublinham-se as especiarias, resinas perfumadas,

⁸³ Ibidem, p. 160-169.

⁸⁴ Ibidem, p. 175-185.

⁸⁵ Ibidem, p. 193-208.

madeiras aromáticas, gomas, entre outras mercadorias. Pela Carreira do Brasil, apesar dessa rota comercial despertar menos interesse dos mercadores no decorrer do século XVI, o açúcar, o pau-brasil e os animais silvestres eram alvos de lucro.⁸⁶ Não foi mera coincidência que, ao saber da informação de que uma carga proveniente da Ásia estava em um navio danificado em Pernambuco, James Lancaster posicionou suas velas e rumou em direção à América portuguesa.

As mercadorias e pessoas que circulavam pelo Atlântico chegavam aos portos da América portuguesa colonial. Esses portos eram locais de encontro do Ocidente com o Oriente, visto que transitavam mercadorias e indivíduos.⁸⁷ Os marujos que aportavam nesses locais tinham uma péssima imagem perante à sociedade, pois após longa travessia, seja na Carreira das Índias ou do Brasil, constantemente realizavam inúmeros delitos em terra firme. Além das práticas transgressoras desses marinheiros, a travessia nas Carreiras das Índias e do Brasil eram dificultosas. Assim sendo, muitos saíam dos navios e procuravam a Santa Casa de Misericórdia ou outros tipos de ajuda médica, além de provisões.⁸⁸

Estes portos coloniais possuíam um papel multifuncional. As mercadorias orientais chegavam à colônia por meio deles, além de serem os locais de exportação das mercadorias produzidas na América lusa. Fora o caráter comercial, os indivíduos escravizados, a entrada e saída de pessoas do Brasil e também a defesa territorial contra o assédio de diversos representantes de outras Coroas europeias – como as próprias frotas lideradas por Thomas Cavendish e James Lancaster - era realizada por meio destes portos.⁸⁹

Abordar a circulação de pessoas, grupos e mercadorias no Atlântico, principalmente com o foco no Império ultramarino português, teve como objetivo sublinhar a importância econômica, social e cultural das rotas realizadas por este oceano a partir do século XVI. Portanto, conforme o Atlântico foi atingindo relevância para as coroas ultramarinas europeias,

⁸⁶ BOXER, Charles R. Op. cit., p. 59-80

⁸⁷ RUSSELL-WOOD, Anthony John R.; DOMINGUES, Ângela, MOURA, Denise Soares A. de (orgs.). Op. cit., p. 146.

⁸⁸ Ibidem, p. 128-142.

⁸⁹ Ibidem, p. 147-155.

o mesmo virou alvo de disputas por sua navegabilidade, gerando conflitos que são fundamentais para entender o movimento corsário e pirático na primeira modernidade. Além disso, o Tratado de Tordesilhas torna-se ponto de partida para estes embates em torno do mar oceano, visto que instituiu o princípio do *Mare Clausum*.

O mar Mediterrâneo era o principal ambiente marítimo de navegação na Europa, tendo grande relevância até o século XV, aproximadamente. Do ponto de vista jurídico, os oceanos Pacífico e Atlântico eram vistos como um ambiente comum a todos (*res omnium*), sendo tal concepção derivada da visão dos juristas medievais.⁹⁰ Essa visão se prolongou até por volta de meados do século XVI, quando Diogo de Sá lançou a obra *De Navigatione*, ao se opor à ideia de *res omnium* e estabelecer dimensões do Império marítimo português. Logo após, no esteio destes debates, João de Barros publicou as *Décadas da Ásia*, estabelecendo assim uma discussão jurídica sobre o domínio na navegação dos oceanos e os incluindo na estrutura do Império.⁹¹

Com o avanço das relações comerciais, tendo como principal via os oceanos, e também da discussão jurídica, os embates pelo monopólio do Atlântico se acirraram. Lúcia Lopes destacou duas obras primordiais e emblemáticas para o debate legal, publicadas contemporaneamente à discussão supracitada. De um lado, o *Mare Liberum*, de autoria de Hugo Grotius, defendendo o princípio da livre navegação do Atlântico em oposição a determinação papal do Tratado de Tordesilhas. Do outro lado, temos a obra *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, cujo autor é o Frei Serafim de Freitas, atuando na defesa do catolicismo e das coroas confessionais católicas.⁹²

Para defender sua tese, Grotius argumentou que o mar era comum a todos – remetendo aqui ao argumento medieval do *res omnium* -, negando assim um possível monopólio pretendido pelas Coroas Ibéricas a partir do século XV, com a assinatura do Tratado de

⁹⁰ MARCOCCI, Giuseppe. Op. cit., p. 339-340.

⁹¹ Ibidem, p. 347-348.

⁹² LOPES, Lúcia Chueire. **Um novo Direito para uma nova Geografia**: Hugo Grotius, Serafim de Freitas e a liberdade dos mares. 2011. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 61.

Tordesilhas. Em contraposição aos argumentos de Hugo Grotius, Serafim de Freitas defendeu que Portugal deveria possuir o monopólio da navegação nos oceanos, pois foi o pioneiro no processo de constituição de um Império marítimo.⁹³

Leandro Domingues Duran, na obra *A construção da pirataria*, apresentou o debate jurídico que emergiu entre os séculos XVI e XVII acerca desta liberdade ou restrição na navegação dos mares. Analisando as obras Alberico Gentili, Balthazar Ayala e Hugo Grotius, Duran trouxe à luz o contexto da produção desses autores. Primeiramente, ele relembra que Gentili fora convidado a opinar sobre a questão pela monarquia inglesa, enquanto Grotius foi solicitado pela Companhia das Índias holandesa. Nessa conjectura, Duran destaca que os juristas definiram suas questões acerca da necessidade de se construir um novo direito internacional, pois o requerimento do monopólio sobre os mares gerou tensões e conflitos entre as monarquias ocidentais. Por fim, com a recusa do Papa como mediador universal, devido à cisão na cristandade no início do século XVI, se tornou necessário estruturar um conjunto de regras para os Estados modernos europeus.⁹⁴

Em suma, procuramos neste capítulo abordar, a partir do marco inicial de expansão marítima do Império português, o processo de exploração da África e da Ásia pelas monarquias ibéricas. Assim sendo, observamos os fatores comerciais e políticos no estabelecimento das rotas marítimas para a África, Ásia e América. Além disso, buscamos abordar a questão religiosa no século XVI, no momento em que política e religião não tinham suas áreas de atuação definidas. Por fim, abordamos a circulação de pessoas e mercadorias no Atlântico, bem como suas disputas jurídicas. Precisamos entender os conflitos entre a monarquia ibérica e as Coroas “protestantes”, além da importância do Atlântico e suas disputas, para se tornar compreensível os ataques de Thomas Cavendish e James Lancaster à América portuguesa.

⁹³ Ibidem, p. 57-101.

⁹⁴ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria**: o processo de formação do conceito de “pirata” no período moderno. São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 89-91.

Para refletir sobre os conflitos no Atlântico, analisaremos os relatos produzidos por estes atacantes e atacados. Assim sendo, o próximo capítulo abordará a produção, circularidade e materialidade dos materiais escritos na primeira modernidade.

Capítulo 2: A representação e a circulação das ações corsárias na literatura do período moderno.

Em uma visão panorâmica, abordamos no capítulo anterior os principais fatores sociopolíticos das monarquias envolvidas nas ações corsárias capitaneadas por Thomas Cavendish e James Lancaster, cujos relatos produzidos sobre esses ataques são nosso objeto de análise. Imersos neste contexto de finais dos séculos XVI e início do século XVII, cabe neste segundo capítulo deixarmos registrados os caminhos teóricos e metodológicos que percorremos para realizarmos nossa análise.

Antes de ingressar nas reflexões teórico-metodológicas, cabe sublinhar, brevemente, as primeiras questões ressaltadas em nossa pesquisa. Quando decidimos estudar as ações corsárias na primeira modernidade, nos saltou aos olhos como a questão religiosa apareceu numa leitura preliminar das fontes. Assim sendo, começamos a indagar sobre os conflitos entre o cristianismo católico contra as religiões reformadas no Ocidente que poderiam permear os ataques às vilas de Santos e São Vicente, além do saque ao litoral do Nordeste da América portuguesa.

Diante destes questionamentos, cabe aqui descrevermos brevemente as fontes que serão utilizadas em nossa análise. As narrativas produzidas pelos atores beligerantes dos saques corsários por nós estudados foram publicados em obras de coletânea de viagens. A epístola redigida a próprio punho por Thomas Cavendish e a narrativa redigida por John Jane, um dos marujos na nau comandada por John Davies que compunha a empreitada de Cavendish, foram publicadas em obra intitulada *The Principall Navigations, Voyages,*

*Traffiques, and Discoveries of the English Nation*⁹⁵, cuja organização da coletânea foi de Richard Hakluyt. Outra narrativa, composta por um marinheiro presente na viagem liderada por Cavendish, foi escrita por Anthony Knivet e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).⁹⁶ A única narrativa inglesa sobre o ataque a Recife capitaneado por James Lancaster - que se conservou com o passar dos séculos - foi o relato anônimo organizado por Clements Markham e impresso na Hakluyt Society no ano de 1877. Essa organização foi fundada no século XIX e recebeu este nome em homenagem justamente à publicação de Richard Hakluyt acima mencionada.⁹⁷

Como contraponto às narrativas dos agressores ao litoral da América lusa, temos uma série de relatos e também fontes jurídicas portuguesas que estão fragmentadas.⁹⁸ Estes *corpus* documentais estará presentes em nossa análise, dentre as quais destacamos as Ordenações Manuelinas⁹⁹ e Filipinas¹⁰⁰. Outras fontes que estarão presentes em nossa pesquisa são relatos produzidos por membros da Companhia de Jesus e que fazem menção aos ataques aqui

⁹⁵ HAKLUYT, Richard. **The third and last volume of the voyages, navigations, and discoveries of the English Nation.** Glasgow: James MacLehose, 1903[-]05. Disponível em: <<https://archive.org/details/principalnaviga1hakl>>. Acesso em: 26/08/2017. Sobre a narrativa de Thomas Cavendish traduzida para a língua portuguesa, Cf. CAVENDISH, Thomas. O manuscrito (versão bilíngüe inglês-português). In.: EDSON, Paulo. **O Corsário de Ilhabela: o manuscrito do corsário Thomas Cavendish que em 1591 se refugiou em Ilhabela e saqueou a vila de Santos.** Tradução do original. Paulo Edson e John Milton. Itui: Ottoni Editora, 2008, 127 páginas.

⁹⁶ KNIVET, Anthony. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XLI, vol. 1., p. 183-272, 1878.

⁹⁷ MARKHAM, Clements. R. **The Voyages of Sir James Lancaster, Kt., to the East Indies : with abstracts of journals of voyages to the East Indies during the seventeenth century, preserved in the India Office : and the voyage of Captain John Knight (1606), to seek the North-west Passage.** London: Printed of the Hakluyt Society, 1877, 314 p. Disponível em <https://archive.org/stream/voyagesofsirjame00mark_0#page/n0/mode/2up> Acesso em 29/09/2017.

⁹⁸ Iríamos analisar alguns regimentos coloniais, mas que não tivemos como acessá-las devido a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), impossibilitando nosso acesso a essas fontes. Esta fonte documental está disponível em: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da formação administrativa do Brasil.** v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, 929 páginas.

⁹⁹ ORDENAÇÕES MANUELINAS *ON-LINE*. (1512-1514). Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>. Acesso em: 06/07/2018.

¹⁰⁰ ORDENAÇÕES FILIPINAS *ON-LINE*. (1603). Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 16/05/2017.

estudados, como algumas cartas do Padre José de Anchieta¹⁰¹, uma epístola de Pero de Rodrigues para João Alvares¹⁰², trechos da crônica *Historia de la Compañía Jesus en la Provincia del Paraguay*¹⁰³ e também da relação anual dos padres jesuítas nas áreas coloniais do Império português.¹⁰⁴

Assim sendo, antes de abordarmos nossos corpos documentais, realizaremos os apontamentos referentes à cultura escrita no período moderno, assim como a produção, circulação e recepção das obras segundo a recente historiografia.

2.1 – A produção e a materialidade da cultura escrita na primeira modernidade.

A cultura escrita, seja qual for seu momento ou modo que foi produzido a cultura, pode expressar determinada realidade construída por um grupo ou indivíduo. De acordo com Roger Chartier, as representações são percepções do mundo social que podem ser dadas a ler, as quais podem ser tripartidas em três conceitos: os discursos, as práticas e as representações. Desta forma, a produção cultural na sociedade é construída, seja individual ou coletivamente, de tal forma que seus agentes realizaram uma representação de suas percepções do mundo social. Essas representações estão expressas em discursos que, independentemente se tais práticas sejam “verdade” ou não, possuem a importância precípua de demonstrar como

¹⁰¹ ANCHIETA, José. de **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, 567 p. Disponível em: <<http://purl.pt/155>> . Acesso em 20/09/2017.

¹⁰² RODRIGUES, Pero. **Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral**. Disponível em: <<http://spiritosancto.org/documentos/01-05-1597-copia-de-uma-carta-do-padre-pero-rodrigues-provincial-da-provincia-do-brazil-da-companhia-de-jesus-para-o-padre-joao-alvares-da-mesma-companhia-assistente-do-padre-geral/>> Acesso em 22/05/2017.

¹⁰³ LOZANO, Pedro. **Historia de La Compañía de Jesus em La Provincia del Paraguay**. Tomo I. Madrid: Imprenta de La Viuda de Manuel Fernandez. 1754-1755, 832 p. Disponível em <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000015602&page=1>>. Acesso em: 23/09/2017.

¹⁰⁴ GUERREIRO, Fernão. **Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da Índia Oriental, et no Brasil, Angola, Cabo verde, Guine, nos annos de seiscentos et dous et seiscentos et tres et do processo da conuersam et christandade daquellas partes**. Lisboa : per Iorge Rodrigues, 1605. Disponível em: < <https://gredos.usal.es/handle/10366/97805>>. Acesso em: 28/07/2019.

determinadas parcelas da sociedade compreendem a realidade. Dessa forma, é importante destacar também que tais representações envolvem os interesses de quem as produz.¹⁰⁵

Para realizarmos a análise dos relatos publicados, é necessário assinalar os aspectos sociológicos e culturais dos textos e suas publicações na primeira modernidade. David Filkelstein e Alistair McCleery, ao abordarem a história do livro, deram ênfase à mudança neste campo de estudos a partir do trabalho de Donald McKenzie. Este último pesquisador destacou, em sua trajetória acadêmica, que a produção e publicação de textos dependem das condições sociais e políticas do contexto. Desse modo, os métodos de análise do livro envolvem também a confecção do material em si, além da sua produção e circulação e não somente a análise do conteúdo do texto. Estes pressupostos abriram caminho para uma metodologia na historiografia que tem como expoentes Robert Darnton e Roger Chartier.¹⁰⁶

A partir destas propostas de análise de McKenzie, a História do livro e da leitura ampliou seu campo epistemológico, sendo assim aplicado em diversos trabalhos posteriores. Esse movimento gerou uma série de pesquisas com metodologias diversificadas, tendo Darnton se empenhando na construção de um modelo mais genérico de pesquisa sobre a História do Livro. Este modelo ficou intitulado de “circuito de comunicações” e buscou abarcar os agentes envolvidos na produção e recepção do artefato cultural como os autores, os editores, impressores, fornecedores, transportadores, livreiros, entre outros. Além disso, as conjunturas econômicas, políticas, sociais, bem como as influências intelectuais devem ser levadas em consideração na análise sobre a História do livro.¹⁰⁷

Diogo Ramada Curto destacou o conceito de *agência* (*agency*) para a produção da cultura escrita entre os séculos XV a XVIII. Apesar de ser difícil definir tal conceituação,

¹⁰⁵ CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In.: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: DIFEL, 1987, p. 13-28.

¹⁰⁶ FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. Aproximaciones teóricas a la historia del libro. In: **Una introducción a la historia del libro**. Buenos Aires: Paidós, 2014. p. 29-32.

¹⁰⁷ FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. Aproximaciones teóricas a la historia del libro. In: **Una introducción a la historia del libro**. Buenos Aires: Paidós, 2014. p. 34. Sobre o circuito de comunicações, Cf.: DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado’ **ArtCultura**, v. 10, n. 16, p. 155-169, Uberlândia, jan.-jun. 2008, p.164.

Curto relembrou que os casos particulares foram importantes para reconstruir estratégias, decisões e interpretações dos sistemas de comunicação. Desse modo, a ação dos agentes literários é importante para definir as ações individuais frente às estruturas, sendo possível analisar as estratégias de censores, impressores, autores e até mesmo leitores. Isto é, os agentes imersos no circuito de comunicações.¹⁰⁸

O “circuito de comunicações” de Darnton reverberou no campo da História do livro e da leitura, originando diversos trabalhos posteriores e ampliando até mesmo o quadro geral produzido por este historiador. Revisitando sua definição de História do Livro, Darnton destacou que três questões eram fundamentais para confrontar neste campo de estudo: primeiramente, quando houve o surgimento do livro; segundo, como chegou aos leitores; e por fim, o que os leitores faziam do livro.¹⁰⁹ Assim, diante da trajetória intelectual deste pesquisador estadunidense, das questões supracitadas e da ampliação das pesquisas no referido assunto, o “circuito de comunicações” de Darnton foi ampliado, principalmente por Thomas R. Adams e Nicholas Barker. Estes últimos procuraram relacionar não apenas o que os indivíduos fizeram com o livro, mas também o livro em si.¹¹⁰

Filkelstein e McCleery também abordaram este diálogo sobre a História do livro e da leitura entre Darnton, Adams e Barker. A ampliação do quadro teórico proposto inicialmente por Darnton proporcionou também o alargamento das pesquisas neste campo. Os diversos trabalhos focados nos textos e suas condições materiais, bem como no contexto no qual as publicações foram realizadas, geraram até mesmo uma discussão acerca do termo “História do livro”, surgindo conceitos como cultura impressa, história da publicação, sociologia dos textos, bibliografia textual, entre outros.¹¹¹

¹⁰⁸ CURTO, Diogo Ramada. Introdução. In.: **Cultura escrita (séculos XV a XVIII)**. Lisboa: ICS, 2007, p. 11-12.

¹⁰⁹ DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado’ **ArtCultura**, v. 10, n. 16, p. 155-169, Uberlândia, jan.-jun. 2008, p.156.

¹¹⁰ DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado’ **ArtCultura**, v. 10, n. 16, p. 155-169, Uberlândia, jan.-jun. 2008, p.164-165.

¹¹¹ FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. Aproximaciones teóricas a la historia del libro. In: **Una introducción a la historia del libro**. Buenos Aires: Paidós, 2014. p. 40-41.

No cerne da criação de revista especializada sobre a referida área de estudos há o anseio por estabelecer um norte na perspectiva de análise da História do Livro, pois

toda a história da comunicação escrita: a criação, difusão e usos da inscrição e impressão em qualquer meio, incluindo livros, diários, publicações periódicas, manuscritos e matéria efêmero. [...] A história social, cultural e econômica da autoria, a edição, a impressão, as artes do livro, os direitos do autor, a censura, a venda e distribuição dos livros, as bibliotecas, a alfabetização, a crítica literária, os hábitos de leitura e as respostas dos leitores.¹¹²

Desse modo, os organizadores da revista *Book History* enfatizaram como a cultura impressa pode ser estudada em diversos aspectos na produção, circulação, contexto e hermenêutica dos textos. Contudo, para o estudo desta história da comunicação – que está intrínseco à história do livro – e também sobre os modos da produção das obras, se faz importante situar o autor também no centro das análises.

Na história do livro, a questão da autoria não deixa de ser um elemento importante para a reflexão. Roland Barthes situou o fenômeno da autoria como algo moderno, iniciado com a valorização do indivíduo presente no Renascimento. Barthes buscou enfatizar o que ele denominou de “Império do Autor”, no qual a autoria dos textos e narrativas estariam centrados em uma figura individual que seria proprietária do texto. Esse filósofo, entretanto, discordou de tal tese que advoga que a centralidade da autoria seria fundamental para a construção do texto. Para ele, a linguagem seria primordial, pois a construção dos textos não seria alicerçada por seu autor, mas por uma dimensão múltipla onde os textos são fruto da linguagem e das enunciações que já foram construídas no passado e apenas reunidas no presente, não sendo de modo algum original. Assim sendo, a obra não é um produto de um autor, mas sim o resultado de construções literárias do passado que também se expressam no presente.¹¹³

No embate referente à questão da autoria, Michel Foucault posicionou-se em comunicação na Sociedade Francesa de Filosofia. Esse filósofo destacou questões importantes

¹¹²GREENSPAN, Ezra e Rose, Jonathan. An introduction to Book History. **Book History**, v.1., n. 1, 1998, p.ix. *Apud* .: FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. Aproximaciones teóricas a la historia del libro. In: **Una introducción a la historia del libro**. Buenos Aires: Paidós, 2014. p. 41. (tradução nossa).

¹¹³ BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 66-70.

para a análise histórico-sociológica da autoria das obras. Para isto, ele defendeu a tese de que o autor possuía uma função. Com a “morte do autor” ou o seu desaparecimento – aqui, Foucault dialoga com Barthes no sentido de ambos discordarem do “Império da autoria” – abriu-se uma lacuna cuja função-autor seria exercida em relação ao discurso externado. Além disto, no que se refere a autoria é atribuída uma relação de apropriação e de atribuição. No caso da apropriação, os autores não são proprietários do texto aos quais foram designados, mas sim aos quais foram atribuídos, ou seja, o autor foi direcionado ao que foi escrito ou dito. Por fim, é importante destacar que o autor ocupa uma posição tanto no texto quanto no contexto. Desse modo, o nome, suas relações de apropriação e atribuição e a posição do autor exercem essa função-autor identificada por Foucault.¹¹⁴ Como já mencionado anteriormente, a autoria para Barthes se iniciou no Renascimento enquanto que para Foucault tal emergência se deu apenas no século XIX.

Desse modo, a questão da autoria das culturas escritas é um fenômeno recente, iniciado por volta do século XIX, cuja centralidade perpassa pelo autor. Contudo, Roger Chartier destaca que na primeira modernidade, esta cultura escrita apresenta como centro a figura do editor. Foram os editores que possuíam uma agência e o processo central na produção e publicação dos livros e obras. Assim sendo, os editores escolhiam os textos, o formato e o público que os livros deveriam ser dirigidos.¹¹⁵

Até aqui, demos ênfase ao papel da cultura escrita e seus circuitos de comunicações, bem como o protagonismo exercido pelos agentes de editoração e autoria. Porém, Fernando Bouza Álvarez sublinhou as questões referentes à denominada consciência linguística e também à escrita. Entre os séculos XV a XVII, havia um grande número de línguas diferentes no interior do continente europeu¹¹⁶, mas isto não significou um elemento de coesão

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estética – literatura e pintura, música e cinema (volume III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.

¹¹⁵ CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, Literatura e História**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ART MED Editora, 2001, p. 50-51.

¹¹⁶ ÁLVAREZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 15 do PDF).

nacional.¹¹⁷ Diante de tal gama de idiomas, se estabeleceu uma ordem e hierarquia para essas línguas baseadas nos critérios do Renascimento e do Barroco, ou seja, não foi ordenado pelo critério de igualdade, mas sim pela hierarquização entre idiomas superiores e inferiores. Neste primeiro, o latim, grego e o hebreu foram consideradas línguas nobres, enquanto as línguas vulgares foram consideradas inferiores, sendo os principais tratados políticos escritos nos idiomas considerados superiores.¹¹⁸

Diante da pluralidade de idiomas sem expressar coesão nacional, Bouza Álvarez destacou sobre o lugar da escrita na consciência linguística, visto que tal diversidade não significou uma facilidade na comunicação. Ainda segundo este último historiador, mesmo com essa série de idiomas presentes no continente europeu, havia três formas predominantes de comunicação na primeira modernidade: a oral, a icônico-visual e a escrita. Dessa forma, cada modo de comunicação possuía sua especificidade em seu ensino e aprendizagem.¹¹⁹

As afirmações de Bouza Álvarez explicitam uma crítica ao *Homo Typograficus* de Marshall McLuhan. Este último autor abordou a importância do surgimento da prensa de Gutenberg para a sociedade europeia, valorizando a cultura escrita na primeira modernidade. McLuhan retornou à Antiguidade Clássica, dando ênfase à cultura oral na Grécia Antiga enquanto em Roma atribuiu-se um peso maior à cultura escrita. Desse modo, para McLuan, a invenção da tipografia foi a grande transformação no Ocidente europeu, visto que propagou a noção de indivíduo, bem como a coesão nacional por meio do idioma.¹²⁰

As taxas de analfabetismo na sociedade europeia entre os séculos XV a XVII eram altas, logo era pequena a parcela de indivíduos que dominavam a cultura escrita, o que Bouza Álvarez denominou de minoria letrada. Esses dominavam as formas de comunicação oral,

¹¹⁷ ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 19 do PDF).

¹¹⁸ ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 20-24 do PDF).

¹¹⁹ ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 24-25 do PDF).

¹²⁰ MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1972, 390p.

icônico-visual e escrita, enquanto a minoria iletrada tinha apenas a compreensão destes dois primeiros modos de comunicar-se. Essas últimas duas formas de comunicação na primeira modernidade foram predominantes na Europa. A invenção tipográfica e a maior produção de artefatos culturais não foram fatores preponderantes para a substituição da cultura escrita frente a outros modos de circulação de mensagens.¹²¹

Dessa maneira, houve uma evidente assimetria na comunicação na primeira modernidade europeia. Ao empregar os termos da cultura letrada e iletrada, Bouza Álvarez dialoga com Peter Burke e relaciona as formas de comunicação com as formas culturais. Isso significa que os grupos que possuíam o ensino e a aprendizagem das formas de comunicação oral e icônico-visual estavam relacionados à cultura popular enquanto aqueles que dominavam essas formas mais a comunicação escrita estavam localizadas na cultura das elites.¹²²

Esta dicotomia estabelecida nos estudos nas formas de comunicar-se foi importante, mas simplista ao buscar compreender a cultura escrita na primeira modernidade europeia. Isso ocorre porque indivíduos pertencentes à elite e aos estamentos privilegiados na sociedade de Antigo Regime muitas vezes eram iletrados e não dominavam a aprendizagem da forma de comunicação por escrito. Assim sendo, havia a mediação cultural, privilégio este possibilitado às minorias letradas, visto que conheciam as formas de comunicação atribuídas à cultura popular, além da vantagem de conhecer a cultura de elite. Desse modo, Bouza Álvarez denominou os grupos que dominavam as três formas de comunicação atribuída a minoria letrada como “anfíbio”, por transitar justamente entre as comunicações outrora citadas.¹²³

Por fim, esta minoria letrada “anfíbia” realizava este intercâmbio entre as formas culturais e de comunicação, sendo mediadores da cultura escrita para a maioria iletrada,

¹²¹ ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 28 do PDF).

¹²² ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 29-30 do PDF).

¹²³ ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 31-32 do PDF).

realizando a escrita por delegação ou até mesmo a leitura em voz alta. Em suma, longe de um domínio da cultura escrita sobre a sociedade europeia ou de sua restrição a uma maioria iletrada, a minoria letrada transitava e se colocava à disposição de maior parte da população europeia na primeira modernidade, fazendo com que as mensagens expressas por meio de obras escritas fossem transmitidas àqueles que não sabiam ler e/ou escrever.¹²⁴

Destacamos, portanto, um panorama geral da produção e da circulação da cultura impressa na primeira modernidade do continente europeu. Para a análise destas produções culturais, publicadas e postas a circular entre a minoria letrada (e também a maioria iletrada), se faz necessário conhecer, de modo geral, o contexto de produção dos documentos e cartas publicadas. Porém, cabe ainda tecer algumas observações sobre as fontes documentais que serão analisadas.

2.2 - A literatura de viagem e a narrativa jesuítica na análise historiográfica

Entre as fontes que são alvos de nossa análise, iremos lançar mão das narrativas de viagem e relatos ingleses relacionados às incursões corsárias na América portuguesa. Grégoire Holtz e Vincent Masse, em artigo cujo objetivo foi um balanço dos estudos que envolveram o gênero literário de relato de viagem, discorreram sobre sua importância da década na 1960 e 1970 na historiografia. Ambos os autores afirmam que a literatura de viagem se relaciona diretamente com o colonialismo do Antigo Regime e, por isso, houve um maior interesse na análise desse tipo de literatura quando os impérios coloniais europeus, fruto do Imperialismo do século XIX, estavam ruindo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso se deve, justamente, pelo tema do colonialismo estar tão em voga após 1945.¹²⁵

Após contextualizar as causas que levaram ao maior volume de análise da denominada literatura de viagem, Holtz e Masse procuraram evidenciar as dificuldades que existem na definição destas produções como gênero literário. Os autores do artigo discorrem sobre a

¹²⁴ ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018, não paginada (p. 32-33 do PDF).

¹²⁵ HOLTZ, G.; MASSE, V. Étudier les récits de Voyage: bilan, questionnements, enjeux. *Arborescences*, Toronto, v. 2, p. 1-30, 2012, p. 1-6.

elasticidade de conceituar os relatos produzidos pelos viajantes, podendo a análise metodológica ser cambiante, diante da entrada da literatura de viagem como campo da crítica literária.¹²⁶

Além destas questões, Mary Anne Junqueira abordou alguns elementos importantes quanto à metodologia de análise dos relatos de viagem. Em primeiro lugar, assim como Holtz e Masse, Junqueira também destaca as dificuldades de se definir o relato de viagem (ou memória de viagem, como esta última autora afirma) como gênero literário, sendo esse fator o menos significativo para o ofício historiográfico. Desse modo, justamente pela dificuldade na definição do relato sobre uma viagem como gênero, os historiadores e historiadoras devem aproximar-se de muitos aspectos destas fontes, como o universo ao qual o narrador pertencia. Dentre outros aspectos, é necessário pesquisar se houve uma publicação de imediato ou bem posterior ao registro, a forma da qual se registrou ou publicou, entre outras questões fulcrais. Em linhas gerais, a heterogeneidade deste *corpus* documental possibilita inúmeras abordagens metodológicas.¹²⁷

Após discorrer novamente sobre a heterogeneidade dos relatos de viagem, Junqueira destaca cinco pontos para a análise discursiva dessa literatura. Primeiramente, o fato de o relato de viagem operar com diversas noções de mudanças e transições, visto a possibilidade do autor se deslocar de espaço, seja de modo real ou imaginário, já pode ser considerado um relato. Em segundo lugar, a construção desta escrita pressupõe um público-alvo, um leitor. Em terceiro, o momento no qual o autor escreveu sobre a possível viagem, sendo logo após o deslocamento ou anos depois. Em quarto, compreender que um relato pode inspirar outras viagens – Junqueira menciona como exemplo o relato de Marco Polo sobre o Oriente. Por fim, a questão da “veracidade” do relato, visto que alguns muitas vezes não era nem escritos

¹²⁶ HOLTZ, G.; MASSE, V. Étudier les récits de Voyage: bilan, questionnements, enjeux. **Arborescences**, Toronto, v. 2, p. 1-30, 2012, p. 7-10.

¹²⁷ JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In.: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. V. 2. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011, p. 45-47.

pelo possível viajante, mas por um autor com o objetivo de captar a atenção de determinados leitores.¹²⁸

Além da heterogeneidade, devemos destacar aqui como este gênero narrativo é considerado híbrido em sua análise. Se Holtz e Masse destacam que a literatura de viagem foi reabilitada tanto como gênero literário quanto como gênero ditos canônicos¹²⁹, Junqueira sublinha a hibridização presente nesse tipo de relato. Desse modo, cada texto é diferente entre si, compreendendo diferentes naturezas, dentre as quais a abordagem interdisciplinar resulta em questões mais frutíferas para a pesquisa.¹³⁰

Sendo a produção do relato de viagem realizada após os eventos aqui analisados, cabe destacar a questão da memória, utilizada nos relatos ingleses, visto que seus autores escreverem posteriormente aos eventos ocorridos. Um importante interlocutor para a questão memorialística dos relatos escritos *a posteriori* é Tzvetan Todorov. Para este filósofo, a memória pode ser controlada pelas tensões políticas existentes em uma sociedade, deixando como legado dois indícios para os seres humanos. O primeiro seria o ato de lembrar em si, registrado na mente dos indivíduos. O segundo rastro é a transposição destas lembranças à fonte material, seja por meio de cartas, decretos, entre outros exemplos. Estes dois atos possuem características em comum, pois apenas uma menor parte seria resgatada pela memória, sendo a maior parte do evento descartada. Além disso, não há uma voluntariedade nas lembranças, mas sim espasmos inconscientes individuais. Para exemplificar bem esse movimento, Todorov aplica um ótimo exemplo:¹³¹

A erupção do Vesúvio, ao suprimir a vida em algumas cidades vizinhas ao vulcão, preservou-lhes os vestígios pela eternidade; mas poupou as outras

¹²⁸ JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In.: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. V. 2. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011, p. 47-54..

¹²⁹ Holtz, G.; Masse, V. Étudier les récits de Voyage: bilan, questionnements, enjeux. **Arborescences**, Toronto, v. 2, p. 1-30, 2012, p.8-10.

¹³⁰ JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In.: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. V. 2. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011, p. 54-55.

¹³¹ TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: Editora ARX, 2002, p. 142.

idades e aldeias, as quais, com isso, desapareceram da memória. O mesmo se dá com os indivíduos: quer lamentemos ou não, não podemos escolher entre lembrar e esquecer. Não adianta fazer tudo para repelir certas lembranças; elas voltam a assombrar nossas insônias.¹³²

No que concerne a estas lembranças, haveria três etapas no trabalho de rememoração do passado no presente. A primeira delas Todorov denominou como o estabelecimento dos fatos. Nesta fase, resgata-se os eventos e as personagens, buscando distinguir a fronteira do real e do irreal. Esse discernimento é primordial na separação entre o historiador, profissional comprometido com um resgate sério do passado, e os contadores de fábulas. O estabelecimento dessa divisa é importante, pois o passado não pode ser resgatado mecanicamente para o presente, devendo haver uma distinção do que se fez verídico das mentiras e falsificações, estabelecendo uma crítica séria aos fatos analisados.¹³³

Após o estabelecimento dos fatos, a segunda fase seria a construção de sentido. Nessa etapa, o trabalho consiste na construção da interpretação dos fatos, relacionando-os e formulando sentenças. Aqui, Todorov realiza considerações que são primordiais até hoje no ofício historiográfico, como por exemplo a ideia de “verdade”. Se no estabelecimento dos fatos há uma distinção sobre aquilo que é verdade ou não, na construção de sentido, o intelectual que realiza essa etapa não quer buscar uma verdade denominada por Todorov como verdade de adequação, ou seja, que corresponda exatamente aquilo que esteja presente no discurso. O interesse é por uma verdade de elucidação, com vias na apreensão de um sentido aos acontecimentos. Assim sendo, o objetivo nessa etapa é compreender o passado.¹³⁴

Por fim, a fase subsequente seria o aproveitamento. Nesse estágio, o passado já estabelecido e compreendido seria utilizado no presente, dependendo dos objetivos de quem o utiliza na atualidade. A realização dessas três fases ocorre de forma concomitante. Por exemplo, até mesmo na escolha dos fatos ocorre um projeto de aproveitamento.¹³⁵

¹³² Ibidem, p. 142.

¹³³ Ibidem, p. 142-143.

¹³⁴ Ibidem, p; 144-145.

¹³⁵ Ibidem, p. 149-150.

Ao falar sobre memória nos arriscamos igualmente a evocar algumas considerações do filósofo Paul Ricoeur. Em *A memória, a história e o esquecimento*, este autor abordou a questão de uma memória exercitada, na qual haveria o seu uso e seus abusos. Primeiramente, Ricoeur distingue a memorização da rememoração. Este último conceito consistiria no retorno a um acontecimento ocorrido anteriormente à sua percepção.¹³⁶

Em contraste com a rememoração, temos a memorização. Esta ideia se assenta nas maneiras de aprender através de técnicas de aquisição. Do ponto de vista institucional, a memorização pode se dar através do plano formal de educação, enquanto pelo viés da psicologia experimental, temos como exemplo a aprendizagem pela metodologia behaviorista.¹³⁷

No processo de aprendizagem de memorização, antes de discorrer sobre os usos e os abusos de uma memória natural, Ricoeur sublinha a técnica conhecida como *ars memoriae*. Este título foi inspirado na obra de Frances A. Yates, intitulada *The Art of Memory*, que se tornou um clássico sobre o tema da memorização. Sinteticamente, houve três fases nesse processo de técnicas de memorização. O primeiro foi recomendado pelos oradores latinos no período da Antiguidade. Na Baixa Idade Média, os escolásticos medievais transformaram a *ars memoriae* da oratória antiga. Por fim, a terceira grande reviravolta da arte da memória foi realizada por Giordano Bruno na modernidade, aliando técnicas de memorização com o segredo hermético. A memorização nesta última fase se tornou, na interpretação de Ricoeur, uma verdadeira arte, confiando a memória um “poder divino”. Assim, a *ars memoriae* tornou-se uma recusa exagerada ao esquecimento.¹³⁸

Desse modo, ao observar e analisar os relatos de viagem, bem como outras fontes documentais que relatam episódios ocorridos algum tempo depois, como no caso dos ataques corsários ingleses na América portuguesa, devemos estar conscientes que as observações sobre a memória podem ser fulcrais em nossos objetos de análise. Primeiramente, porque o

¹³⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 73.

¹³⁷ Ibidem, p. 73-74.

¹³⁸ Ibidem, p. 76-80.

ato de lembrar é individual ou coletivamente efêmero e frágil. Assim, deve ser levado em consideração alguns pressupostos como o contexto político-social dos acontecimentos narrados, bem como o processo do lembrar ou esquecer e a transposição destas “lembranças” para o objeto material.

Seja como for, o impacto da produção e circulação desta literatura entre os séculos XVI a XVIII ajudou na constituição da imagem do denominado Novo Mundo. Com a chegada da notícia de um novo continente encontrado pelos europeus, aos poucos uma onda de informações sobre esta região foi sendo absorvida tanto por homens e mulheres letrados quanto iletrados. A menção ao continente americano cresceu significativamente a partir do século XVII, sendo descrito em uma série de cânones literários. Contudo, sem dúvida, as narrativas de viagem foram fundamentais na divulgação das notícias e na construção de um ideário sobre a América para os europeus, com os narradores auxiliando na formação dessa imagem do Novo Mundo, ao afirmar que viveram as experiências relatadas.¹³⁹

No que se refere aos relatos de viagem produzidos e/ou publicados na Inglaterra, os mesmos cresceram e tornaram-se significativos justamente no momento da expansão dos negócios do ultramar da Inglaterra, conquistando um maior interesse tanto dos editores quanto dos leitores. Nesse sentido, na segunda metade do século XVI notou-se o crescimento no entusiasmo em publicar as narrativas de viagem, nas quais os protagonistas eram os súditos da Coroa britânica. Richard Hakluyt, assim, iniciou sua carreira no ramo de edição de livros no final do século XVI com a coletânea de relatos de viagem, principalmente das jornadas marítimas ocorridas durante o período elisabetano. Hakluyt chegou a trabalhar em colaboração com Theodore de Bry, outro importante compilador de relatos. O impacto da coletânea de Hakluyt foi imenso, ao ponto de seu seguidor, Samuel Purchas, dar continuidade ao trabalho de compilação de narrativas de viagem. As obras de Hakluyt e Purchas são

¹³⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012, p. 36-42.

importantes tanto em nosso trabalho aqui empreendido, como também na propagação do gênero das narrativas de viagem em terras inglesas.¹⁴⁰

Para a literatura de viagem, também cabe tecer observações acerca do que Andrea Doré denominou como “relatos de batalha”. Como abordado no capítulo anterior, os ataques corsários capitaneados por Thomas Cavendish e James Lancaster fazem parte do contexto de guerra resultante entre as disputas políticas ultramarinas na União Ibérica. Assim sendo, os relatos de batalha produzidos envolvem os enfrentamentos, as práticas que possibilitaram a vitória e as respectivas punições, podendo atingir os objetos materiais ou simbólicos.¹⁴¹

De acordo com Doré, uma das perspectivas presentes nos relatos de batalha foram os seus efeitos memorialísticos ou propagandísticos.¹⁴² Isto ocorre pois no contexto das disputas entre as Monarquias europeias no Atlântico e no Índico, a produção de tal literatura está ligada a concepção da historiografia do Renascimento no que se refere ao fato dos relatantes serem testemunhas oculares dos fatos.¹⁴³

Contudo, cabe salientar que a produção literária produzida por viajantes, fossem como relatos de guerra ou não, fogem da historiografia de gabinete escrita por homens ou mulheres letrados (as), sendo até mesmo enquadrado em uma literatura vulgar. Isso porque os relatos de viagem, conforme sublinhado por Doré, não foram escritos por indivíduos da cultura letrada da primeira modernidade, mas oferece algo tão importante para o contexto à época: a experiência.¹⁴⁴ Portanto, enquanto os relatos de viagem produzidos pelos indivíduos da cultura letrada podem até mesmo terem sido escritos a partir de outros gêneros que os

¹⁴⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591-1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012, p. 58-61.

¹⁴¹ DORE, A. C. . Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. **Talia dixit** , v. 6, p. 121-137, 2011, p. 121-122.

¹⁴² DORE, A. C. . Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. **Talia dixit** , v. 6, p. 121-137, 2011, p. 123-124.

¹⁴³ DORE, A. C. . Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. **Talia dixit** , v. 6, p. 121-137, 2011, p. 125.

¹⁴⁴ DORE, A. C. . Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. **Talia dixit** , v. 6, p. 121-137, 2011, p. 125-126.

inspiraram – conforme também afirmado por Jean Marcel Carvalho França -, a experiência empírica legitimou os relatos produzidos por militares e beligerantes.

Além das produções de relatos escritas pelos agentes ingleses, também temos as descrições documentais produzidas pelo campo opositor aos ataques ingleses, agentes religiosos e súditos do Estado português, principalmente a Companhia de Jesus. José Eisenberg defendeu a tese segundo a qual a missão jesuítica no continente americano foi importante para formar o pensamento político moderno europeu antes mesmo dos filósofos contratualistas como Thomas Hobbes.¹⁴⁵ Ao realizar sua análise, Eisenberg destacou a importância das missivas jesuíticas como importante objeto cultural para a compreensão da organização da Companhia de Jesus e sua atuação no Brasil quinhentista.¹⁴⁶

Assim sendo, aos poucos as narrativas jesuíticas sobre o Novo Mundo foram obtendo um caráter informativo, principalmente para enunciar a Santa Sé e ao Estado português os feitos e realizações da Companhia de Jesus na América portuguesa. José Eisenberg enumera os possíveis fatores do aumento da redação epistolar na Europa como, por exemplo, o aumento da atividade comercial decorrente da Expansão Marítimo-Comercial europeia no período moderno. Contudo, destaca também a importância destas cartas e correspondências escritas para informar a atividade missionária da Companhia de Jesus na América portuguesa, principalmente o cuidado para a sua redação e a euforia ao receber notícias nos espaços jesuíticos na Europa, onde muitas vezes as cartas eram lidas em voz alta.¹⁴⁷

Outrossim, segundo Eisenberg, a produção das cartas jesuíticas era o fator principal do empreendimento das missões jesuíticas no continente americano no século XVI. Estas narrativas foram consideradas de suma importância para as referidas missões por três fatores principais. Primeiramente, para o bem interno dos membros da Companhia de Jesus, com o intuito de manter a união destes membros. Segundo, pelo bem externo à Companhia, cujo

¹⁴⁵ EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 13-25.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 46.

¹⁴⁷ EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 47-49.

objetivo era a atração de novos membros e a contribuição de outros membros da sociedade ao trabalho jesuítico. Por fim, para o bem daqueles que produziam estas correspondências, para assim reafirmar a vocação religiosa.¹⁴⁸

Ciente da importância da redação regular das epístolas para o trabalho das missões jesuíticas, Eisenberg realizou uma tipologia destas narrativas, classificando-as em duas categorias: as *hijuelas* e os relatos edificantes. Submetidos a uma censura institucional, as *hijuelas* eram relatos escritos com periodicidade e destinadas aos respectivos superiores dos jesuítas atuantes nas missões da América portuguesa no período quinhentista. O objetivo destas *hijuelas* era relatar os possíveis problemas enfrentados nas missões enquanto os relatos edificantes eram escritos para o público amplo, apresentando os aspectos positivos e bem sucedido das missões.¹⁴⁹

Por último, cabe destacar que tanto as *hijuelas* quanto os relatos edificantes estão submetidos a uma rígida tradição no que se refere a sua redação, ou seja, baseados em uma retórica epistolar conhecida como *ars epistolandi*. Há uma importante diferenciação no que se refere a escrita destas narrativas, pois enquanto as *hijuelas* eram escritas de forma bastante personalista, em um diálogo entre amigos, as cartas edificantes estavam envoltas em uma eloquência, publicidade e formalidade retórica.¹⁵⁰

Portanto, ao abordar as literaturas de viagem, é importante analisar em nossos estudos suas características de lembranças e silenciamentos, o espaço e o tempo no qual foram produzidos e com que objetivos foram produzidos. Por seu turno, as narrativas jesuíticas realizadas no Brasil quinhentista estão submetidas a uma série de cânones e artefatos retóricos aos quais foram sujeitadas tais escritas.

2.3. A hermenêutica da produção literária do período moderno

Remetemos tais características de cada forma dos relatos a serem analisados para assim poder destacar que nossa metodologia abarca o contexto da produção e da circulação da

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 50.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 51-52.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 53.

literatura de viagem e dos relatos jesuíticos empregados, cientes que não apenas uma minoria letrada pode ter acesso às ideias e imagens construídas acerca do Novo Mundo, mas também uma maioria analfabeta por meio de seus intermediadores(as). Contudo, além do que já foi exposto acima, a hermenêutica dos *corpus* documental suscitados também deve ser abordada neste capítulo ao qual estamos destacando nosso referencial teórico-metodológico.

Inicialmente, ao efetuarmos a análise das fontes documentais, levamos em consideração o que alguns teóricos propuseram dentro da corrente denominada de Novo Historicismo. Stephen Greenblatt buscou delimitar algumas observações sobre este movimento intelectual, respondendo três críticas recorrentes: (I) “A crença de que na história atual processos para cuja alteração pouco pode o homem contribuir”; (II) “A teoria de que o historiador deve evitar todos os juízos de valor em seu estudo de períodos passados e de culturas anteriores”; (III) “Veneração do passado ou da tradição”.¹⁵¹

Desse modo, Greenblatt determinou respostas de acordo com sua experiência em textos renascentistas. Sendo assim, compreendeu o Novo Historicismo não como uma análise que entenda o abstrato universal (e estruturalista), mas sim a abordagem que privilegie os casos particulares para que assim se possa observar mudanças gerais condicionadas pelo gênero, pela classe, raça, sexo, religião e entre outros aspectos.¹⁵² Em segundo lugar, a recusa por uma suposta neutralidade na análise do passado, cientes que o contexto do presente pode e deve influenciar as escolhas dos objetos de estudo.¹⁵³ Por fim, a crítica na qual a possível neutralidade com o alvo do estudo gerou uma veneração disfarçado de objetivismo.¹⁵⁴

Após uma resposta cujo eixo central girou em torno das práticas de pesquisas de Greenblatt, este autor procurou definir a base metodológica do Novo Historicismo por meio de dois conceitos: ressonância e encantamento. O primeiro, entendido como o poder de um

¹⁵¹ GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

¹⁵² GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991, p. 246.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 248.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 249.

objeto exposto alcançar um mundo maior do que os seus limites e evocar forças culturais maiores do que observada pelo espectador. Enquanto isso, o encantamento significa trazer uma atenção exaltada ao observador, pregando-o em seu lugar.¹⁵⁵

Assim, a ressonância das obras literárias e não-literárias, aqui entendida pela corrente dos Novos Historicistas, compreende que o contexto de produção textual se coloca em relação a outras obras literárias dentro de práticas que são representações do real e de seus grupos, não sendo um mero “pano de fundo” estático. Como citado por Greenblatt, o objetivo dos Novos Historicistas é buscar a textualidade da história e a historicidade dos textos.¹⁵⁶ Desse modo, o Novo Historicismo procurou examinar seus textos revelando realidades econômicas e sociais e como estas obras literárias expressam a representação de poder, autoridade e/ou subversão.¹⁵⁷

Conforme destacado anteriormente por Andrea Doré, abordaremos uma literatura de viagem considerada vulgar, pois não fora escrita por letrados e homem ou mulheres de gabinetes, mas por agentes belicosos que foram ao ultramar. Assim sendo, devemos situar nosso leitor sobre como as narrativas produzidas por estes atores históricos se relacionam aos ditames da escrita do século XVI. A característica principal do fazer historiográfico renascentista se aproxima daquela produzida pela Antiguidade Clássica. Sendo assim, a convergência entre a historiografia Antiga e a historiografia do renascimento ocorreu quando o historiador se tornou a testemunha dos eventos, de modo que sua história sirva como um exemplo, uma verdadeira lição.¹⁵⁸

Além do mais, as narrativas epistolares produzidas pelos membros da Companhia de Jesus estão inseridas em uma longa tradição retórica de escrita, conforme destacado por Eisenberg. Desse modo, esta produção relaciona-se com a referida historiografia

¹⁵⁵ *Ibidem* p. 250.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 250-251.

¹⁵⁷ COHEN, Gustavo Vargas. O novo historicismo e o materialismo cultural: definições e aplicações práticas. In.: **Revista Temática**, v. 7, n. 5, MAI. 2011, p. 5. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/30215/15977>>. Acesso em 17/06/2021.

¹⁵⁸ DORE, A. C. . Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. **Talia dixit** , v. 6, p. 121-137, 2011, p. 126-127.

renascentista. De acordo com Victoria Pineda, os discursos históricos na primeira modernidade procuravam aproximar esta narrativa em “verdade”, formando uma afinidade entre a retórica e os discursos históricos. Isto ocorria para estabelecer uma forma de raciocínio que buscava a persuasão do leitor. Assim, o conceito de verossímil foi evocado por Pineda, para indicar o meio-termo entre algo que não é nem verdadeiro nem falso.¹⁵⁹

Essa retomada da historiografia renascentista do século XVI, realizada por Pineda, relaciona-se ao que Reinhart Koselleck abordou em seus trabalhos. De modo genérico, Koselleck aborda como entre a Antiguidade e o século XVIII a história está ligada a exemplos para a vida, com poucas variações em seu *topos*.¹⁶⁰ De acordo com este historiador,

Cícero, referindo-se a modelos helenísticos, cunhou o emprego da expressão *historia magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, neste caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência.¹⁶¹

Em síntese, as narrativas epistolares e, também, os escritos sobre os ataques corsários, se aproximaram da noção de verossímil destacada por Pineda, A estratégia de escrita baseada na retórica e na oratória tal como evocada por Koselleck buscou servir como uma lição na Modernidade.

Por fim, ao observar as fontes para efetuar nossa análise sobre as ações corsárias lideradas por Thomas Cavendish e James Lancaster, nossa análise não se voltará apenas para o texto propriamente em si, mas levará em consideração o contexto de sua produção, para qual público estes relatos objetivaram ser publicados, se foram publicados sob a égide de algum órgão característico por sua censura, entre os outros aspectos de produção e circulação proposto pela “história do livro e da leitura”.

¹⁵⁹ PINEDA, Victoria. La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos. **Talia dixit**, v. 2, p. 95-219, 2007, p. 95-98.

¹⁶⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae* – sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In.: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 43.

Capítulo 3: Conflitos e identidades religiosas nas atividades corsárias: entre o silenciamento e a confessionalização.

3.1.: O saque em alto mar e o estabelecimento da noção de corsário

Disputas ultramarinas entre as monarquias confessionais europeias. Lucro proveniente do comércio e da exploração da Ásia, África e, também, do continente americano. Imbróglis territoriais que resultaram em tratados unilaterais ou bilaterais, além da movimentação de pessoas, mercadorias e ideias entre os continentes de forma interoceânica.¹⁶² Justamente o Ultramar torna-se um recorte dos referidos conflitos entre as potências europeias. A atividade do saque em alto mar ganhou então novos contornos no período moderno.

A atividade de saque marítimo, no entanto, não foi exclusividade na modernidade. Jean Marcel Carvalho França e Sheila Hue destacam que na Antiguidade a atividade da pilhagem em mar era realizada pelos helenos e também por rivais do Império Romano. Durante a Idade Média europeia, os muçulmanos, ao ocuparem a península Ibérica, tornaram a atacar pelo mar Mediterrâneo, enquanto os povos nórdicos atuavam na região do mar Báltico e do Canal da Mancha.¹⁶³

Assim sendo, diversos trabalhos historiográficos atribuíram ao saque marítimo a característica de atividade pirata. Contudo, na Idade Moderna houve também o surgimento da atividade que ficou conhecido como o corso. Os corsários eram indivíduos que possuíam uma autorização real para a realização da atividade de pilhagem: a *carta de corso*.¹⁶⁴ Desse modo, cabe salientar como Leandro Domingues Duran realizou a diferenciação entre estes dois conceitos.

Duran, em sua dissertação de Mestrado, destacou que o conceito de pirata, por

¹⁶² RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um Mundo em movimento**: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: Editora Difel, 1992.

¹⁶³ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. São Paulo: Editora Globo, 2014, p. 9-10.

¹⁶⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. São Paulo: Editora Globo, 2014, p. 12-13.

muitas vezes, é interpretado como universal e a-histórico, com muitos historiadores associando toda e qualquer pilhagem marítima, independentemente do período em que ocorra, como atividade pirática. Isso pode acarretar no risco de anacronismo. Por isso, o objetivo de Duran em seu trabalho foi historicizar o conceito de pirata na primeira modernidade, relacionando esta noção ao contexto histórico.¹⁶⁵

Relacionando às afirmativas estabelecidas por França e Hue, Leandro Duran afirma que o termo “pirata” era utilizado na Antiguidade, pelos romanos, para designar o saque marítimo. Gradualmente, após a derrocada do Império Romano, houve também o declínio do uso deste conceito, retornando gradualmente na modernidade. O denominado movimento renascentista, ao resgatar os autores da cultura clássica greco-romana, retomou também a utilização do conceito de pirata para designar as atividades de furto realizado em mar.¹⁶⁶

Desse modo, foi necessário o surgimento de um fator central para a ascensão da pirataria na primeira modernidade. Esta causa principal seria a emergência do Estado Moderno e suas instituições oficiais. Isso se deve, pois o monopólio do uso da força, bem como a jurisprudência para o entendimento do que seria o aspecto criminal, ou seja, à margem da lei do Estado Moderno, são importantes para imputar ao saque marítimo à criminalidade e, assim, enquadrá-lo como pirataria. No medievo, como a guerra era compreendida como atividade particular, característica das ações guerreiras individuais, a pilhagem marítima era vista mais como um risco natural, semelhante a possibilidade de um naufrágio.¹⁶⁷

Sob este ponto de vista, Duran destacou a emergência do Direito internacional no Estado Moderno. Para isto, resgatou a individualidade das atividades marítimas no período medieval. Com isso, destacou como, a partir da formação dos Estados Modernos, essas instituições buscaram afastar a operação individual no mar. Com a expansão marítimo-comercial europeia, a disputa pelo domínio e exploração dos oceanos se acirrou, legalizando

¹⁶⁵ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno.** São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 10-14.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 21-22.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 24-28.

ou não as ações de comércio e também de saque marítimo.¹⁶⁸ Sendo assim, o domínio das atividades marítimas ficou sob posse das monarquias de Antigo Regime enquanto que aqueles que afetaram tal domínio marítimo tornaram-se criminosos perante a este emergente Direito Internacional, ganhando a alcunha de corsário ou pirata.¹⁶⁹

Conforme destacado anteriormente, houve uma judicialização da questão marítima, com os Estados Modernos Ibéricos durante o século XVI buscando monopolizar o comércio e a navegação interoceânica (*ver subitem 1.5 no capítulo 1*). Analogamente, Kris Lane destacou de modo mais sucinto, não historicizando, mas delimitando o conceito de pirataria. Primeiramente, para a língua inglesa, há uma diferença terminológica entre o que é considerado como pirataria, distinguindo-as entre *pirates* e *privateering*. Os primeiros buscavam apenas o saque em alto mar, localizando seus possíveis lucros. Isto significa que outros termos como *buccaneers* (bucaneiros) ou *freebooter* (algo semelhante a flibusteiro) tornaram-se sinônimos de pirataria. Enquanto o conceito de *privateering* assemelha-se ao corsário, sendo esses os indivíduos que possuíam uma licença do monarca para atuação marítima no período de guerras entre os Estados Ultramarinos.¹⁷⁰

Estas distinções nominais também foram previamente destacadas por Jean França e Sheila Hue, sendo a diferença entre piratas e corsários paralelo ao que fora afirmado por Lane. Já a distinção entre bucaneiros e flibusteiros, tudo indica que se assemelha ao tempo e espaço de atuação destes marinheiros. Os flibusteiros atuaram contra os espanhóis e seus navios e territórios de modo semelhante ao pirata, ou seja, objetivando os lucros ultramarinos, na região do Caribe e no oceano Atlântico na porção sul¹⁷¹. Enquanto isto, os bucaneiros atuaram na região antilhana e tal denominação foi predominante nos documentos ultramarinos a partir

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 49-53.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 58.

¹⁷⁰ LANE, Kris E. **Pillaging the Empire: Global piracy on the High Seas, 1500-1750**. New York: Routledge, 2. ed., 2016, p. 2.

¹⁷¹ Geralmente nos documentos dos séculos XVI e XVII, o sul do oceano Atlântico era nomeado de Mar do Sul.

de finais do século XVII. Tanto os flibusteiros quanto os bucaneiros realizavam atividades semelhantes a pirataria.¹⁷²

Ainda retornando sobre a questão do surgimento do Direito Internacional na primeira modernidade, Duran aborda o processo no qual o saque em alto mar passou de atividade cotidiana para um crime cabível de punição. Este autor analisa a obra de três juristas que escreveram suas teses entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII, a saber: Balthazar Ayala, Alberico Gentili e Hugo Grotius. Havendo a necessidade de discussão sobre as contendas entre as monarquias ibéricas, a Inglaterra e a Holanda, estes três autores foram convidados a opinar principalmente sobre um tema que estava no centro da discussão entre estes Estados: o monopólio do comércio.¹⁷³

Após a Reforma Protestante na Europa, houve uma negação do Papa como mediador das relações entre as monarquias modernas tal como ocorria nos assuntos internacionais no final da Idade Média. Apropriando-se de códigos do Direito romano, Ayala, Grotius e Gentili buscaram regras gerais para regular as relações entre os Estados no ambiente marítimo. Tomando como base a legislação romana *jus gentium* - a qual estava relacionada no momento de sua formulação à aplicação da lei do Império romano a não cidadãos estrangeiros - estes juristas o manipularam para assim adequá-la a realidade histórica que estavam vivenciando. Para chegar as suas respectivas conclusões, cada qual defendendo ou questionando o monopólio do comércio marítimo, agregaram o *jus gentium* ao *jus civile*, sendo este último aplicado aos cidadãos romanos, para assim chegar a uma concepção de Direito Internacional sobre os mares.¹⁷⁴

¹⁷² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral**. São Paulo: Editora Globo, 2014, p. 12-13

¹⁷³ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno**. São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 89-91.

¹⁷⁴ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno**. São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 90-95.

De acordo com as afirmações de Duran, portanto, a manipulação do *jus gentium* e do *jus civile* por Ayala, Grotius e Gentili, teve como principal contribuição para a emergência do Direito Internacional no contexto da Modernidade, o rearranjo de uma legislação que antes fora de caráter privado durante o período do Império Romano para ser aplicado em um caráter público, de domínio Estatal.¹⁷⁵

De modo comparativo, Duran analisou os três juristas anteriormente citados, chegando à conclusão de que, ao delimitarem a guerra como ação exclusiva do confronto entre as forças oficiais do Estado, os indivíduos que a realizassem em alto mar, saqueando outros navios, poderiam receber a alcunha de pirata, sendo criminalizados.¹⁷⁶

Segundo o próprio Leandro Domingues Duran,

Neste momento, cria-se o espaço necessário para a qualificação criminal do elemento pirata, que passa a ser representado por aquele indivíduo que não se ajusta às novas normas e atua ainda conforme as antigas estruturas, ou seja, aquele que insiste no uso cotidiano da violência como forma natural de relação social e como um direito seu.¹⁷⁷

Diante de tantas definições, como delimitaríamos a atividade de saques marítimos capitaneados por Thomas Cavendish (1591-1592) e James Lancaster (1595)? Ainda de acordo com Duran, os intelectuais Grotius, Ayala e Gentili estabeleceram a diferenciação entre piratas e corsários, principalmente, através de uma autorização real. Para Gentili e Ayala, os corsários possuíam uma *carta de corso* que autorizava o saque contra nações inimigas. As definições destes juristas encontram consonância com as afirmações de Kris Lane. Haveria, ainda, a situação do curso de guerra, em que o respaldo dos saques marítimos entre os

¹⁷⁵ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno.** São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 95.

¹⁷⁶ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno.** São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 99-101.

¹⁷⁷ DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno.** São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011, p. 101.

navegadores se dava pela situação conjuntural de duas monarquias que estavam em guerra uma contra a outra.¹⁷⁸

Assim sendo, definimos os indivíduos aqui analisados neste trabalho como corsários. Este conceito não se extrai exclusivamente das fontes que pretendemos examinar, visto que na documentação analisada as denominações são muito fluídas, ora sendo empregado o termo *pirata*, ora *corsário*. Diante do que foi exposto, a situação de guerra entre as coroas ibéricas e a Inglaterra foram o respaldo para que os atores históricos aqui estudados aportassem na América portuguesa como armadas corsárias. Como já afirmado por Duran, estes indivíduos também foram utilizados como células estatais da atividade comercial no oceano Atlântico.

Delimitado assim para nosso(a) leitor(a) o motivo de considerarmos estes marinheiros como corsários, se faz necessário resgatar os conceitos metodológicos estabelecidos pela história do livro e da leitura e dialogar sobre a forma como analisaremos nossas fontes.

3.2.: O diálogo antropológico no cerne da teoria historiográfica

A descrição das fontes neste trabalho dissertativo faz parte de nossa metodologia. Precisamos contextualizar tanto as fontes como o campo teórico-metodológico ao qual iremos realizar nossa análise. Para isso, o ponto central das questões teóricas levantadas nessa pesquisa está contido na discussão antropológica que se fez presente no campo historiográfico a partir da década de 1970, com as chamadas “virada linguística” e, também, a “virada cultural”. Neste período e na década posterior, as ciências humanas começaram a centrar suas análises não apenas nos dados quantitativos e no estruturalismo, mas também na linguagem e na cultura, apresentando dados qualitativos que foram empregados empiricamente para a compreensão histórica.¹⁷⁹

No cerne desta discussão epistemológica na área das ciências humanas, Clifford Geertz publicou a obra *a interpretação das culturas*¹⁸⁰. Fundamental para as viradas cultural e linguística, este antropólogo buscou investigar como os símbolos culturais podem ter

¹⁷⁸ Ibidem, p. 117-122.

¹⁷⁹ IGGERS, Georg. “Desafios do século XXI à historiografia”. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, março, 2010, p. 108-110.

¹⁸⁰ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

significados que foram construídos pelos indivíduos. Para ele, a cultura é como se fosse uma teia de significado que caberia ao antropólogo interpretá-la.¹⁸¹

Assim sendo, Geertz refletiu sobre o trabalho etnográfico do antropólogo(a), o qual foi denominado como descrição densa, que teria primeiramente como base a observação dos fenômenos humanos para, depois, realizar a apreensão. Desse modo, as ações humanas podem apenas fazer sentido em determinado local, no interior de um contexto. O conhecido exemplo da piscadela foi utilizado por Geertz para melhor exemplificar esta etnografia. Para os behavioristas, o piscar pode apenas ser uma ação determinada por um indivíduo como o ato de contrair as pálpebras. Porém, para este pesquisador estadunidense, cabe ao antropólogo(a) observar a ação em um determinado local e, assim, interpretar a ação de acordo com o universo que está sendo etnografado. Desse modo, a piscadela pode ter diversos significados para aquele que esteja piscando.¹⁸²

O eco desta obra de Geertz ressoou no campo das Ciências Humanas, principalmente na possibilidade de se acessar a experiência humana através da cultura. Atraído por esta possibilidade de Geertz, o historiador Robert Darnton analisou um massacre de gatos ocorrido numa gráfica na Rua Saint-Séverin em Paris da década de 1730. Esta chacina possui um único relato, sendo narrado pelo aprendiz chamado Nicolas Contat. De acordo com sua narrativa, Jerome - personagem ficcional do próprio Contat - e Léveillé, ambos aprendizes de uma gráfica, possuíam uma vida difícil, morando e dormindo nesta gráfica, com sua rotina de trabalho pesada. Enquanto isso, seus patrões, chamados de burgueses pelos mestres e aprendizes, possuíam uma paixão, que eram os gatos, chegando a contabilizar vinte e cinco. A mulher do patrão de Jerome e Léveillé amava uma gata em especial, cujo nome era *la grise* (a cinzenta). Os funcionários das gráficas viviam com os gatos. Os felinos, por sua vez, viviam

¹⁸¹ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 4.

¹⁸² GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 5-6.

desfrutando de enormes privilégios dados pelo patrão e sua esposa, como uma boa alimentação.¹⁸³

Em uma noite, Léveillé começou a imitar perfeitamente os gatos, de modo que o patrão e sua esposa não dormiram. Isso ocorreu em sucessivas noites. A patroa da gráfica e seu esposo concluíram que estavam sendo enfeitados e, com isso, ordenou a execução dos gatos, exceto *la grise*. O massacre foi feito à gargalhadas pelos aprendizes. Segundo Darnton, os assassinatos dos gatos foram encenados como uma espécie de *charivari* com os felinos, enforcando-os e também assassinando a gata favorita do casal de patrões. Durante dias, Léveillé imitava por mímica o julgamento e massacre dos gatos, que geravam gargalhadas dos demais trabalhadores.¹⁸⁴

Darnton analisou este relato com o objetivo de tentar interpretar o significado do riso para os funcionários ao cometer e lembrar o assassinato dos gatos. Darnton observa que essa matança não deve ser encarada somente como um ataque indireto dos subordinados aos seus patrões, mas também o desejo de um retorno a um passado mítico em que aprendizes, mestres e burgueses trabalhavam em associação, sendo menor a diferença entre estes trabalhadores.¹⁸⁵ Para chegar a tal hipótese, o autor resgatou o contexto do repertório cultural da sociedade francesa para destacar o simbolismo que os gatos possuíam durante a Idade Moderna, figurando diversos rituais. Isso fez com que os funcionários da gráfica atacassem indiretamente seus patrões sem que eles percebam, o que provoca o riso.¹⁸⁶

Esta tentativa de interpretar a cultura baseando-se na teoria de Clifford Geertz, porém, gerou tanto frutos quanto discordâncias epistemológicas. Segundo Chartier, o autor do *grande massacre de gatos* deveria considerar sua principal fonte como um texto. Desse modo, além

¹⁸³ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural**. São Paulo: Graal, 2011, p. 105-106.

¹⁸⁴ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural**. São Paulo: Graal, 2011, p. 106-108.

¹⁸⁵ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural**. São Paulo: Graal, 2011, p. 108-114.

¹⁸⁶DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural**. São Paulo: Graal, 2011, p. 114-138.

da interpretação cristalina do texto, o(a) pesquisador(a) deve criticá-lo no que se refere às escolhas do(a) autor(a) em suas estratégias discursivas, intenções e os efeitos produzidos pelo discurso. Ainda como recurso metodológico, deve-se contextualizar o vocabulário presente no relato de Contat, e também definir o comportamento presente nesse texto com base no que foi produzido no original. Em suma, para Chartier, Darnton deveria considerar o relato de Contat como um documento textual ao invés de apenas buscar semelhanças na cultura popular do Ocidente.¹⁸⁷

Esta discussão da presença da antropologia no campo historiográfico esteve inserida na crise que as Ciências Humanas atravessaram durante a década de 1960 e foi importante para a virada linguística na década posterior. Esta profícua discussão, teve como êxito um importante campo historiográfico, por vezes determinado como “História Cultural”. Contudo, a teoria geertziana foi alvo de profundas críticas, principalmente por sua aplicação mecânica na historiografia, como foi realizada no *grande massacre de gatos* de Darnton. Um exemplo foi Giovanni Levi, que estabeleceu o que denominou dos perigos do geertzismo. Após discorrer sobre a corrente filosófica da hermenêutica que o antropólogo estadunidense se baseou, Levi destaca o imobilismo do contexto histórico em que o massacre de gatos na rua Saint-Séverin foi analisado, com a transposição dos elementos culturais dos trabalhadores da França do Antigo Regime para os operários da referida gráfica na Paris de 1730.¹⁸⁸

O referencial antropológico para as Ciências Humanas - em geral - e para a historiografia - em particular - foi importantíssimo para as diversas análises posteriores à publicação do *grande massacre de gatos* de Robert Darnton. Carlo Ginzburg destacou o diálogo entre estes dois campos, ao refletir sobre seus trabalhos na década de 1980. Comparando o trabalho dos processos inquisitoriais da Idade Moderna pesquisados por ele com a etnografia dos antropólogos, Ginzburg sublinha que nenhum texto é neutro e, por isso, destaca que há uma perspectiva dialógica que o estrutura. Assim, há uma estrutura de poder

¹⁸⁷ CHARTIER, Roger. Textos, símbolos e o espírito francês. In.: **História, questões e debates**. Curitiba, vol. 24, n. 13, jul./dez. 1996, p. 05-27.

¹⁸⁸ LEVI, Giovanni. Os perigos do Geertzismo. In. **História Social**. Campinas, n. 6, 1999, p. 137-146.

presente nestes processos inquisitoriais cujo o relato do inquisidor ficou evidente enquanto havia poucos momentos de respostas do inquirido. Para Ginzburg, nesse dialogismo é perceptível que há culturas diferentes nestes processos sendo possível ao historiador interpretá-las e contextualizá-las devido a estas culturas estarem em movimento constante.¹⁸⁹

Ainda sobre esta inserção da antropologia na História, outro importante nome que utilizou vastamente estes métodos na historiografia foi Edward Thompson. Entre os diversos trabalhos deste historiador britânico, além do clássico *formação da classe operária inglesa*¹⁹⁰, podemos citar a ideia de economia moral defendida por ele ao tratar dos motins de fome na Inglaterra do século XVIII.¹⁹¹ Em seus estudos, Thompson contextualizou as culturas para evidenciar como os costumes eram móveis e construídos de acordo com a ação dos próprios indivíduos. Desse modo, a fonte deve ser criticada, tanto de modo interno quanto externamente metodologicamente.¹⁹² Diante da mobilidade da cultura, Thompson afirmou que

a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas. Como observou Marc Bloch, “para o grande desespero dos historiadores, os homens deixam de mudar seu vocabulário toda vez que mudam seus costumes” (...)¹⁹³

Desse modo, a antropologia e o maior diálogo entre as diversas áreas das Ciências Humanas que formou a referida “virada linguística” da década de 1970 contribuiu para diversas metodologias de análise na historiografia, principalmente no que se refere a

¹⁸⁹ GINZBURG, Carlo. El inquisidor como antropólogo. In. **El hilo y las huellas: lo verdadero, lo falso, lo ficticio**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 395-411.

¹⁹⁰ Sobre os três volumes desta obra da formação da Classe Operária Inglesa, Cf. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**, v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**, v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a forma dos trabalhadores**, v. III., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁹¹ Cf. THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In.: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.; THOMPSON, E.P. A economia moral revisitada. In.: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 203-266

¹⁹² THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: São Paulo, Ed. Da UNICAMP, 2001, p. 227-269.

¹⁹³ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: São Paulo, Ed. Da UNICAMP, 2001, p. 243.

hermenêutica e às fontes qualitativas, construindo assim o campo denominado de “História Cultural”. As contribuições de Natalie Zemon Davis, tanto quanto Edward Thompson, também se tornaram muito importante para a formação da História Cultural na década de 1970 e posteriormente. Um dos artigos de Davis que estabeleceu o diálogo com a antropologia foi os *ritos de violência*¹⁹⁴, publicado aqui no Brasil no livro *Culturas do Povo*¹⁹⁵. Neste trabalho, os conflitos entre católicos e protestantes nas cidades francesas do século XVI foram interpretadas à luz da antropologia. Para Davis, os atos de violência religiosa entre estas duas comunidades foram entendidas entre si como legítimos, através de um respaldo presente na Bíblia e na liturgia religiosa.¹⁹⁶

Em *the sacred and the body social in sixteenth-century Lyon*, Davis continua a compreender os aspectos simbólicos na interação entre os cidadãos da cidade francesa de Lyon por volta de 1550, período de emergência do calvinismo. Entendendo o catolicismo e o calvinismo como uma linguagem, Natalie Davis defendeu uma relação entre o social e o espiritual no interior da cidade, cujas duas religiões – reformadas ou não – foram sendo estruturadas de acordo com as experiências sociais e mercantis dos seus respectivos membros em Lyon. Além disso, as religiões católica e calvinista funcionaram em Lyon como um recurso de solidariedade entre seus componentes.¹⁹⁷

O debate teórico aqui abordado demonstra a importância não apenas da interdisciplinaridade no campo das Ciências Humanas mas também a questão da opacidade nas fontes históricas, pensada inicialmente por Geertz na etnografia. Como podemos observar, esta opacidade - presente no que este antropólogo denominou de ‘descrição densa’ - influenciou diretamente Darnton, que buscou também interpretar tal opacidade através da tentativa de acessar a cultura operária na França da primeira metade do século XVIII. Logo, a

¹⁹⁴ DAVIS, Natalie Z. Ritos de Violência. In.: **Culturas dos povos: economia e cultura no início da França moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 129-156.

¹⁹⁵ DAVIS, Natalie Z. **Culturas dos povos: economia e cultura no início da França moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁹⁶ DAVIS, Natalie Z. Ritos de Violência. In.: **Culturas dos povos: economia e cultura no início da França moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 129-156.

¹⁹⁷ DAVIS, Natalie Z. The sacred and the body social in Sixteen-Century Lyon. In.: **Past & Present**. Oxford University Press, n. 90, fev. 1981, p. 40-70.

partir dos autores aqui citados cujos seus trabalhos estão em estreito diálogo com a antropologia, podemos compreender as ações e os contextos que motivaram tais atividades sociais. Neste trabalho, buscaremos acessar a religiosidade e as ações religiosas através dos relatos produzidos nas atividades corsárias.

3.3.: O prelúdio da guerra religiosa anglo-filipina em tinta e papel na América portuguesa (1580-1591)

Era a noite de Natal de 1591 em São Vicente quando ingleses liderados por Thomas Cavendish aportaram e interromperam a celebração da missa na região, tomando a localidade. Após se estabelecer por dois meses, partiram na tentativa de atravessar o Estreito de Magalhães e chegar ao Oriente. Semelhantemente, mas na sexta-feira da semana que antecede a Páscoa de 1595, denominada de sexta-feira da paixão de Cristo, as frotas lideradas por ingleses e capitaneadas por James Lancaster, com o auxílio de holandeses e franceses, saquearam Pernambuco (sobre a cronologia das ações corsárias de Cavendish e Lancaster, ver Anexo D).

Inicialmente, percebemos que houveram dois ataques aos quais os redatores sobre os mesmos puseram em destaque duas datas importantes para o calendário cristão, sendo uma ação no Natal e outra no decorrer da Páscoa. Contudo, nos relatos produzidos pelos escritores de tais investidas no litoral da América portuguesa, o fator religioso também esteve presente além das datas mencionadas.

Contudo, antes de abordamos a religiosidade presente nas referidas guerras de curso aqui analisadas, é necessário trazer à tona o prelúdio dos ataques em São Vicente e Pernambuco. Assim, enfatizamos o contexto da produção de tais relatos bem como dos ataques em si.

A trajetória de Thomas Cavendish, capitão da empreitada e corsário escritor da jornada inglesa que esteve em Santos e São Vicente entre 1591 e 1592, iniciou-se na

Inglaterra do início da primeira modernidade¹⁹⁸. Nascido em Trimley, no sudoeste da ilha britânica, este partiu para Londres depois de receber a herança referente à morte de seu pai, William Cavendish. Aos quinze anos de idade, Thomas Cavendish ingressou em Cambridge para estudar, abandonando, entretanto, a carreira intelectual. Esteve no seio da corte da rainha Elizabeth pois sua irmã, Anne Cavendish, foi uma das damas de companhia da soberana inglesa.¹⁹⁹

Após gastar sua herança, Thomas Cavendish se lançou na busca de riquezas através das expedições ultramarinas. Em 1585, mesmo sem muito conhecimento marítimo, armou a pinaça *Elizabeth* e foi o segundo homem em importância na frota liderada por Walter Raleigh. A armada composta por Cavendish e Raleigh tinha como destino a América do Norte, cujo objetivo era realizar a colonização de tal região, compondo assim a colônia da Virgínia. A expedição não teve o retorno econômico esperado, mas sim uma ampla rede de contatos com indivíduos ligados à navegação ultramarina de caráter exploratório.²⁰⁰

Após seu retorno à Inglaterra, Cavendish montou uma frota composta pelo galeão *Desire* e pela pinaça²⁰¹ *Hugh Gallant*. Em 1586, saíram da Inglaterra rumo a circunavegação, tendo autorização da rainha Elizabeth de pilhar os maiores recursos possíveis de navios e regiões consideradas rivais. Tendo como um dos investidores o próprio Walter Raleigh, que havia realizado viagem no ano anterior em direção ao litoral do continente americano, a expedição partiu do litoral elizabetano, aportou em São Sebastião, atual Ilhabela. Ao

¹⁹⁸ Sobre os ataques corsários de Thomas Cavendish e James Lancaster e sua respectiva cronologia, ver o Anexo 1.

¹⁹⁹ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. Op. cit., 2014, p. 21. Ver também EDSON, Paulo. Thomas Cavendish, um dos corsários da rainha virgem. In.: _____. **O Corsário de Ilhabela: o manuscrito do corsário Thomas Cavendish que em 1591 se refugiou em Ilhabela e saqueou a vila de Santos.** Tradução do original. Paulo Edson e John Milton. Itu: Ottoni Editora, 2008, 127 páginas. p. 21.

²⁰⁰ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. Op. cit., 2014, p. 21-22.

²⁰¹ Embarcação pequena, estreita, de vela e remos, que vai descobrir o mar ou serve para o desembarque de tropas. In.: Silva, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2, p. 451.

atravessar o Estreito de Magalhães, a frota de Cavendish alcançou o “Mar do Sul”, como era conhecido o oceano Pacífico.²⁰²

Antes de chegar ao Oriente, Cavendish e sua frota saquearam o galeão da Espanha nomeado como *Santa Ana*. Durante muito tempo, esta pilhagem foi considerada a maior realizada por um inglês. Após visitarem outras paragens na região asiática, esses corsários ingleses retornaram a sua terra natal, sendo Thomas Cavendish considerado um herói, pois tornou-se o terceiro navegador a conseguir contornar o globo terrestre por meio da navegação. Anteriormente a ele, apenas Fernão de Magalhães e Francis Drake conseguiram almejar tal êxito. A viagem, do ponto de vista financeiro, foi considerada bem sucedida, mas logo Thomas Cavendish se preparou para se lançar em nova viagem de circunavegação, realizando parada no litoral da América portuguesa, sendo essa segunda viagem o alvo de nossa análise.²⁰³

Em 1595, a frota capitaneada por James Lancaster aportou em *Fernambuck*, a capitania de Pernambuco tal como estes ingleses chamavam esta região no nordeste da América portuguesa. Composta também por franceses e holandeses, o ataque em Pernambuco ocasionou em uma ótima oportunidade de aferir lucros, sendo considerado para os beligerantes um enorme sucesso do ponto de vista econômico. Contudo, James Lancaster não foi tão conhecido por essa pilhagem em Pernambuco, mas sim por ser personagem central na formação do Império Britânico no Oriente, bem como se associar aos futuros fundadores da Companhia das Índias Orientais inglesa.²⁰⁴

As empreitadas ultramarinas de longa jornada de James Lancaster, entretanto, não iniciaram com o saque em Pernambuco. De acordo com Jean Marcel Carvalho França e Sheila Hue, o corsário que atacou Pernambuco em 1595, foi soldado e comerciante, atuando em Portugal em entrepostos asiáticos, tornando-se um dos diretores da Companhia das Índias Orientais inglesas. A narrativa sobre o ataque a Pernambuco afirma que Lancaster destacou

²⁰² FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. Op. cit., 2014, p. 22-23.

²⁰³ Ibidem, p. 23.

²⁰⁴ Ibidem, p. 57-59.

um período de vivência entre os portugueses, provavelmente na cidade de Lisboa. Com o agravamento da guerra entre ingleses e espanhóis durante o período da monarquia dual (1580-1640), Lancaster retornou à metrópole elizabetana, iniciando suas viagens marítimas com destino ao Índico.²⁰⁵

Sua primeira expedição, ocorrida entre 1591 e 1594, foi um desastre do ponto de vista econômico. Porém, serviu como forma de adquirir conhecimento para a navegação e o estabelecimento de entrepostos mercantis ingleses no Oriente, o que ocorreu em viagens posteriores à Pernambuco. Ainda em 1594, logo após retornar da expedição acima mencionada às Índias Orientais, Lancaster buscou realizar sua segunda expedição ultramarina. Porém, devido ao seu enorme insucesso e constantes naufrágios, a tripulação se amotinou e abandonou o próprio capitão na ilha de Mona, no Caribe. Um navio cujo capitão era francês resgatou Lancaster e estes mesmos franceses o encontraram em alto-mar, juntando-se assim ao saque em Pernambuco no ano de 1595.²⁰⁶

Antes de aprofundarmos a análise documental, jogaremos luz às trilhas anteriores percorridas pelos capitães que atacaram o litoral da América portuguesa entre 1591 e 1595. O objetivo desse prelúdio é justamente perceber os fatores religiosos intrínsecos nessas viagens ligados ao ultramar.

A presença inglesa no litoral da América portuguesa não era algo raro, tampouco uma novidade empreendida por Cavendish ou Lancaster. Além do mais, a busca pelo estabelecimento comercial em paragens distantes nas Índias Orientais e, também, Ocidentais, era uma constante para estes navegadores de longo trato. Na primeira viagem de circunavegação de Cavendish, ao aportar na Ilha de São Sebastião, o mesmo tentou estabelecer contato comercial com um colono inglês que vivia na América portuguesa, mais especificamente na vila de São Vicente, cujo nome era John Whithall.²⁰⁷ Isto se deu devido a presença do *Minion of London* no Brasil, em 1581.

²⁰⁵ Ibidem, p. 63-64.

²⁰⁶ Ibidem, p. 58-60.

²⁰⁷ Ibidem, p. 29.

John Winter, navegante da frota de Francis Drake que conseguiu realizar a navegação no globo terrestre em 1579, ao afastar-se da armada a qual pertencia devido às más condições de tempo na travessia do Estreito de Magalhães, aportou no litoral da América portuguesa. Após sua chegada em águas e terras lusas no continente americano, estabeleceu contato com o John Whithall, inglês morador da região de São Vicente. Em seu retorno para a Inglaterra, devido a este contato, Winter levou diversas informações sobre São Vicente. Assim, em 1581, o navio *Minion of London*, saiu da ilha britânica com o objetivo de estabelecer contato comercial na área vicentina.²⁰⁸

Desse modo, a viagem do *Minion of London* tinha como uma de suas metas o estabelecimento de uma linha comercial entre os mercadores londrinos e São Vicente, o que pode ter gerado o interesse de Cavendish e de mercadores ingleses no litoral da América portuguesa. O planejamento desta viagem se iniciou a partir do contato entre Winter e Whithall no litoral da América lusa, quando este último escreveu uma carta contendo as referidas informações para os mercadores da empresa mercantil Spanish Company. A partir destes dados e valendo-se do acordo comercial de 1576 assinado entre Portugal e Inglaterra, o *Minion of London* zarpou com destino ao litoral sudeste da América portuguesa. Além do desejo comercial, havia o enorme interesse nos metais preciosos que despontavam no continente americano naquele momento. Com o conhecimento cartográfico e científico do século XVI, acreditava-se que Santos e São Vicente eram próximos ao Peru, facilitando o acesso inglês às minas de Potosí. Esta crença ainda foi alimentada quando houve o encontro das minas do Jaraguá.²⁰⁹

Contudo, o universo das viagens ultramarinas era extremamente instável, envolvendo conflitos por diversas especificidades. Um destes tipos de confrontos, alvo de nossa análise, são os de características religiosa. Inclusive, a saída do *Minion of London* do litoral de São Vicente e Santos se deu devido a problemas desta ordem. Com a morte de um dos tripulantes

²⁰⁸ HUE, Sheila Moura. “Esta viagem é tão boa quanto qualquer viagem ao Peru”. O *Minion of London* no Brasil (1581). *História*. V. 32, n. 1, p. 31-52, 2013, p. 31-35.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 35-40.

deste navio comercial, os companheiros de jornada o acompanharam em seu funeral na igreja de Santos. Ao tomar conhecimento deste episódio, o “administrador” eclesiástico do Rio de Janeiro exigiu que os ingleses não fossem mais admitidos à igreja, pois a Inglaterra não cumpria mais as ordens do papado. Devido ao receio de repreensão portuguesa, a frota partiu em retirada.²¹⁰

O episódio acima envolveu a cisão religiosa no Cristianismo na primeira modernidade, conhecida como Reforma Protestante, relacionando as tratativas comerciais e questões religiosas entre ingleses e os colonos do reino de Portugal. Contudo, estes atritos tornaram-se corriqueiros ao longo do século XVI, fossem eles incidentes cotidianos ou de maior monta como a Invencível Armada. Thomas Cavendish protagonizou alguns destes eventos em suas aventuras ultramarinas. Um deles foi, muito provavelmente, em sua primeira viagem de circunavegação no globo e envolveu diretamente os padres jesuítas enviados para o atual Paraguai pelo provincial do Brasil à época, José de Anchieta. Os membros da Companhia de Jesus que foram para as missões jesuíticas foram interceptados pela frota de Cavendish. Os mesmos foram raptados, agredidos e abandonados no porto de Buenos Aires, o que quase resultou na morte do jesuíta José Ortega.²¹¹

Contudo, este não foi apenas o único capítulo envolvendo a questão religiosa nas expedições capitaneadas por Cavendish. De acordo com Kris Lane, ainda durante a primeira viagem de circunavegação deste marinheiro, na costa oeste da América, margeando o Pacífico, Thomas Cavendish liderou sua tripulação no ataque em Guatulco. Após roubar uma carga de cacau presente em um navio espanhol, a tripulação de Cavendish destruiu a igreja da referida cidade e tentou derrubar uma cruz de madeira, não conseguindo realizar este feito. Observando a impossibilidade da queda do símbolo religioso, a população de Guatulco compreendeu tal atitude como um milagre contra os navegantes protestantes.²¹²

²¹⁰ Ibidem, p. 42-44.

²¹¹ HISTORIA de La Fvndacion del collegio de la capitania de Pernanbuco. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 49, p. 7-54, 1927, p. 49.

²¹² LANE, Kris E. **Pillaging the Empire: Global piracy on the High Seas, 1500-1750**. New York: Routledge, 2. ed., 2016, p. 47.

Além desse episódio, o conhecido saque ao galeão *Santa Ana* na primeira viagem de circunavegação também teve a confessionalidade religiosa presente nas ações de Cavendish. Após o sequestro do referido navio e sua carga, o capitão de *Santa Ana*, um mercador e cinco jovens foram desembarcados na Baía de São Lucas. O mesmo destino não obteve um frade espanhol, que foi enforcado por Cavendish. Segundo Kris Lane, não houve um motivo plausível para o assassinato do frade, que não seja a divergência religiosa entre Cavendish e os espanhóis.²¹³

Nas ações capitaneadas por Cavendish, o fator religioso ficou mais evidente se comparado a James Lancaster. Contudo, apesar de poucas referências religiosas no relato do ataque de Lancaster, tanto na ação em Pernambuco quanto em outras viagens, isto não significa que as produções textuais dos atos deste último capitão no nordeste colonial não deixassem de destacar a questão da religiosidade. Afinal, o contexto tanto da produção quanto do texto era envolto em um momento de animosidade entre católicos e protestantes. Logo, na análise empreendida sobre estas ações no litoral da América portuguesa entre 1591 e 1595, deve se considerar a guerra discursiva, ou seja, o conflito religioso transpostos na feitura dos textos.

Ao estudarmos os relatos legados pelo movimento corsário na América portuguesa, estamos ao mesmo tempo analisando a formação de impérios ultramarinos e da expansão desses entre os séculos XVI e XVII. Ronald Raminelli ao investigar a formação do governo à distância do Império português, destacou que a governança se baseava numa relação entre o monarca e os súditos. Nas realizações dos vassallos, esses almejavam o reconhecimento de seus feitos no ultramar pelo rei, através de privilégios que o aproximavam do trono. Inicialmente, os membros que estavam à frente desse projeto imperial se voltavam à espada para receber o devido reconhecimento por meio de recompensas, tais como os títulos honoríficos ou cargos administrativos. Gradativamente, o conhecimento sobre as franjas do império ultramarino português através das viagens ganhou relativa importância. A partir desse

²¹³ LANE, Kris E. **Pillaging the Empire: Global piracy on the High Seas, 1500-1750**. New York: Routledge, 2. ed., 2016, p. 47-48.

momento, o peso da pena e da tinta aumentaram consideravelmente, com a escrita tornando-se um serviço extremamente valioso para o monarca.²¹⁴

No que se refere aos escritos relatando as características dos novos territórios na América lusa, os súditos informavam aos monarcas as potencialidades desses locais, fossem esses dos períodos manuelino ou filipino. Os reis tomavam conhecimento por meio desses papéis para assim definir os objetivos colonizadores. Por este motivo, o destinatário dos escritos eram os monarcas e os súditos assim o faziam com o objetivo de receberem o reconhecimento por meio da tinta e do papel.²¹⁵

Analogamente, Andrea Doré também analisou os relatos produzidos pelos súditos do império português. Contudo, ao invés da referência a informações e viagens, o foco esteve nos escritos relacionados à espada, mais especificamente aquilo que abordamos no capítulo anterior como relatos de batalhas. Em capítulo intitulado *Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII*, essa historiadora continua debruçando-se sobre os relatos produzidos logo após os momentos de batalha. Desse modo, Doré afirma que é pouco numerosa as produções dos chamados de relatos de “vencidos” da expansão portuguesa. A hipótese para tal questão se deve a concepção de história na produção da literatura da expansão portuguesa, a qual buscava escrever uma possível verdade sobre os feitos.²¹⁶

Desse modo, Doré procurou analisar os conflitos entre portugueses e holandeses durante o período da Monarquia Dual para assim expor as características dos relatos de batalhas que abordam os vencedores e vencidos. De acordo com esta autora,

A leitura das fontes que abordam os conflitos armados entre portugueses e holandeses nos espaços ibéricos indica que tanto os soldados quanto

²¹⁴ RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 8-9.

²¹⁵ RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 19-22.

²¹⁶ DORÉ, Andrea. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In.: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 200-201.

religiosos expressavam a oposição em termos políticos e em termos de fé. Num contexto de União Ibérica, os holandeses eram vistos como traidores do rei – de Espanha – e infiéis à verdadeira Igreja, como claramente se percebe nos discursos de homens de armas e de missionários. Destacaria três momentos: o que antecede o conflito ou assalto propriamente; o saque; e, finalmente, o tratamento dado aos vencidos.²¹⁷

Sendo dessa forma e diante do que já foi exposto anteriormente, os ataques anteriores as investidas de Cavendish e Lancaster em São Vicente e Pernambuco, respectivamente, destacam o contexto de conflitos entre a cristandade expostos nos relatos ultramarinos. Assim, após adentrar tal prelúdio, analisaremos tanto as narrativas dos atacantes quanto a produção textual dos atacados observando os momentos dos conflitos mencionados, o contexto das obras e epístolas, bem como o referencial teórico-metodológico debatido.

3.4.: Os ataques de Cavendish e Lancaster (1591-1595): ritualidade e religiosidade na guerra de Corso.

Navegava Alexandre [Magno] em uma poderosa armada pelo Mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício; porém, ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim. – Basta, senhor, que eu porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres. Mas Sêneca, que sabia bem distinguir as qualidades e interpretar as significações, a uns e outros definiu com o mesmo nome: (...) Se o Rei da Macedônia, ou qualquer outro, fizer o que faz o ladrão e o pirata, o ladrão, o pirata e o rei, todos têm o mesmo lugar, e merecem o mesmo nome. (Sermão do bom ladrão, Antônio Vieira)²¹⁸

O sermão do bom ladrão, proferido pelo jesuíta Antônio Vieira em 1655, possui um tom crítico devido à oposição realizada contra aqueles que estavam enriquecendo e utilizando o poder estatal para tal fim. Durante sua explanação, o padre Vieira utilizou a figura do corsário e do pirata para objetivos comparativos. Desse modo, logo após gramaticalmente empregar vários tempos verbais para discorrer sobre furto, ele continua

²¹⁷ DORÉ, Andrea. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In.: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 203.

²¹⁸ VIEIRA, Antônio. **Sermão do bom ladrão**. Domínio Público. 1655, p. 4. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em: 07. Out. 2018.

É certo que os reis não querem isto [o furto], antes mandam em seus regimentos tudo o contrário; mas como as patentes se dão aos gramáticos destas conjugações, tão peritos e tão cadimos nelas, que outros efeitos se podem dos seus governos? Cada patentes destas, em própria significação, vem a ser uma licença geral in scripts, ou um passaporte para furtar. Em Holanda, onde há tantos armadores de corsários, repartem-se as costas da África, da Ásia e da América com tempo limitado, e nenhum pode sair a roubar sem passaporte, a que chamam carta de marca. Isto mesmo valem as provisões, quando se dão aos que eram mais dignos da marca que da carta. Por mar padecem os moradores das conquistas a pirataria dos corsários estrangeiros, que é contingente; na terra suportam a dos naturais, que é certa e infalível. E se alguém duvida qual seja maior, note a diferença de uns a outros. O pirata do mar rouba os da sua república: os da terra roubam os vassallos do mesmo rei, em cujas mãos juraram homenagem; do corsário do mar posso me defender: aos da terra não posso resistir; do corsário do mar posso fugir: dos da terra não me posso esconder; o corsário do mar depende dos ventos; os da terra sempre têm por si a monção; enfim, o corsário do mar pode o que pode: os da terra podem o que querem, e por isso nenhuma presa lhes escapa. Se houvesse um ladrão onipotente, que vos parece que faria a cobiça junta com a onipotência? Pois isso é o que fazem estes corsários.²¹⁹

A partir deste fragmento, temos um retrato muito importante do imaginário sobre a atividade corsária e o saque marítimo. A dicotomia utilizada por Vieira entre o corsário do mar e o corsário por terra – leia-se funcionário real o qual se aproveitava do Estado Moderno para benesses próprias – demonstra o quanto pernicioso poderia ser considerado a tarefa do saque ao mar. Da mesma forma, apesar da crítica estabelecida àqueles que ocupavam tais cargos, mais negativamente ainda é visto a atividade corsária.

Na analogia acima, Vieira refere-se aos holandeses como corsários, muito por conta do contexto à época do sermão do bom ladrão, no qual estes últimos tinham sido expulsos recentemente do nordeste colonial na América lusa e uma guerra pelo direito de livre navegação nos mares era travada pelas potências europeias (*mare liberum*). Mas como abordado em nossa análise e tendo em vista os diversos ataques corsários contra os Impérios ultramarinos ibérico, podemos estender tal retrato pintado por Vieira do corsário inglês como uma imagem para os cidadãos portugueses e católicos entre os séculos XVI e XVII.

Afinal, avaliando por outro prisma, temos um padre jesuíta, em um discurso utilizando uma tópica religiosa para alertar de desmandos de membros da administração estatal. Ainda nesta exortação do Padre Vieira, o mesmo afirma que sobre a prática do furto

²¹⁹ VIEIRA, Antônio. **Sermão do bom ladrão**. Domínio Público. 1655, p. 8. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em: 07. Out. 2018.

é que a restituição do alheio, sob pena da salvação, não só obriga aos súditos e particulares, senão também aos cetros e às coroas. Cuidam ou devem cuidar alguns príncipes que, assim como são superiores a todos, assim são senhores de tudo, e é engano. A lei da restituição é lei natural e lei divina. Enquanto lei natural obriga aos reis, porque a natureza fez iguais a todos; e enquanto lei divina também os obriga, porque Deus, que os fez maiores que os outros, é maior que eles. Esta verdade só tem contra si a prática e o uso.²²⁰

O foco da divagação do padre Vieira encontra-se na questão do furto e da rapina em si. No caso acima, o mesmo defende a ideia de um direito de restituição como uma lei natural e divina. Nesta passagem do referido sermão jesuítico, encontramos respaldo nas Ordenações Filipinas, publicadas em 1603. Este compilado de leis que teve longa duração tanto no reino quanto nas colônias ordena que, caso se perca os bens pertencentes aos navios e que esses parem nos portos e litorais dos domínios do Império português, não fiquem sob posse do Almojarife, nem de Oficiais, tampouco da própria população. A instrução afirma que esses deveriam ser devolvidos ao proprietário caso este requeresse o pertence dentro de prazo de seis meses. Após este prazo, deveria ser entregue ao Mamposteiro dos Cativos, encarregados de angariar fundos para libertação de prisioneiros, especialmente aqueles retidos em regiões de dominação muçulmana. Porém, o mesmo artigo afirma que “quando os Navios, que se perderem, forem de Infieis, imigos (sic) da nossa Santa Fé, que não forem nossos súbditos, ou forem de outras pessoas, com que tenhamos guerra, ou de Corsários, que andarem a toda roupa, as cousas assi perdidas serão daqueles, que as primeiro occuparem”.²²¹ Podemos perceber, aqui, que as Ordenações Filipinas consideram legítimo o fato de apropriar-se de bens alheios desde que houvesse entre estes indivíduos uma identificação religiosa com a Coroa portuguesa.

Nos chama a atenção como certos fatores que destacamos como importantes para a caracterização da atividade corsária estavam explicitadas nas Ordenações no artigo acima mencionado. A questão da guerra entre as Coroas, tendo o fator religioso envolvido, bem

²²⁰ VIEIRA, Antônio. **Sermão do bom ladrão**. Domínio Público. 1655, p. 3. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em: 07. Out. 2018.

²²¹ ORDENAÇÕES FILIPINAS *ON-LINE*. (1603). Livro II. Título XXXII. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 16/05/2017.

como o Padre Antônio Vieira utilizando a metáfora do corsário para se referir ao furto, permite indicarmos um panorama inicial das principais questões envolvidas no Corso da primeira modernidade: a guerra religiosa e política entre os Impérios Ultramarinos da Europa ocidental.

Além disso, a relação entre os corsários Cavendish, Lancaster e os padres jesuítas ainda permanecem em nossa análise, principalmente na ação dos saques em São Vicente, Santos e Pernambuco e nos relatos produzidos pelos atacados por estas frotas. Dessa forma, cabe voltarmos aos escritos para investigarmos a ligação entre os crimes cometidos em mar e terra no contexto de guerra pelos corsários e a questão da religiosidade.

A primeira viagem de circunavegação capitaneada por Thomas Cavendish e os episódios religiosos intrínsecos a esta excursão. A última viagem, que resultou na morte de Cavendish, envolveu uma série de imbróglios religioso como os ataques a símbolos católicos. Em 1591, partiu de Plymouth a frota composta pelos navios *Leicester*, *Roebuck*, *Desire*, *Daintie* e *Black Pinace*. O destino original era chegar ao oceano Pacífico atravessando o Estreito de Magalhães, travar comércio com esta região e depois retornar à Europa contornando o continente africano. Enquanto isso, em Blackwall, na Inglaterra, quatro anos depois da partida de Cavendish em sua última expedição, uma viagem tinha como destino chegar e saquear Pernambuco. Esta exploração, apoiada por mercantes ingleses, era capitaneada por James Lancaster.

Logo no início de ambos os relatos, a tópica observada por Andrea Doré também esteve em consonância com ambas as práticas e representações das produções discursivas que antecede os ataques de Thomas Cavendish e James Lancaster. Tanto no autor dos discursos como no produtor dos relatos, foi adotado pelos relatantes um comentário destacando a bravura do inimigo, sua representação de ameaça ou, também, a bravura dos aliados.²²²

²²² DORÉ, Andrea. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In.: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 204.

Dessa forma, Anthony Knivet, diferentemente dos escritos do próprio Cavendish e de John Jane, os quais não detalharam o primeiro ataque e ocupação a Santos, escreve sobre a ação de sua frota às vilas vicentinas em 1591. Inicialmente, o mesmo destaca um possível motim no navio de Cavendish, o qual foi debatido com o capitão da empreitada relacionando a vontade divina da conquista de Santos. De acordo com Knivet,

(...) estando o general [Cavendish] à mesa, reuniram-se elles no tombadilho, e entraram a conversar em vozes tão altas, que todos os podiam ouvir, sendo o assumpto da conversação que o portuguez era um traidor, pois muitas vezes lhes aconselhára que com elle fugissem quando chegassem ao Brasil, e lhes promettéra que se aprouvesse a Deus entregar a cidade de Santos às mãos dos nossos, como desejava o general, elle os havia de conduzir ao mar do sul, onde seriam bem pagos por suas informações.²²³

Com a viagem e a conquista de Santos dedicada a Deus, mais uma vez esbarramos com a questão religiosa no ataque liderado por Cavendish. O mesmo, após resolver este princípio de amotinação, ultrapassou a linha do Equador para assim chegar ao litoral da América lusa. Desse modo, na altura da região de Cabo Frio, atualmente no Rio de Janeiro, realizou o rapto de um navio que tinha partido de Pernambuco e o destino era o Rio da Prata. Nesta captura, possivelmente um jesuíta –pela tradução holandesa, denomina-o como frade – escondeu-se dos corsários no interior de uma caixa de farinha, não sendo mencionado no relato de Knivet o destino final do religioso.²²⁴

Velejando mais ao sul, a frota passou por Ilha Grande, depois a ilha de São Sebastião para, assim, chegar a Santos e São Vicente. Antes do ataque a essas vilas, Cavendish destacou a característica do inimigo tal como sublinhado por Andréa Dore nesse primeiro momento que antecede ao ataque. Ainda segundo Knivet,

Fomos servidos de bom um bom vento, que em obra de seis horas nos transportou à ilha de S. Sebastião, sita a cinco léguas de Santos, Aferrámos, e tanto que os achámos surtos no porto compareceram a bordo da almiranta todos os mestres e capitães do navio, para saberem de que modo o general pretendia acometter a cidade de Santos, e foram todos de parecer que, para pôr em effeito a facção, bastavam a lancha ou batel grande e a chalupa, guarnecidas com cem homens, pois o piloto portuguez [da nau

²²³ KNIVET, Anthony. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XLI, vol. 1., p. 183-272, 1878, p. 186.

²²⁴ *Ibidem*, 187.

capturada no caminho] nos havia informado que a cidade não tinha fortificação nenhuma alguma.²²⁵

Assim sendo, o relatante Knivet fez questão de destacar antes do ataque o quanto era desguarnecida a cidade. Também encontramos esta exortação ao inimigo em outros momentos nos relatos aqui analisados por nós. Primeiramente, a frota de Cavendish atacou Santos e São Vicente, ficou entre 1591 e 1592 ocupando as cidades para assim se direcionar ao seu objetivo principal que era a travessia do Estreito de Magalhães. Neste ínterim, o *Desire* se separou da frota, com Cavendish acusando-os de traição enquanto o manuscrito de John Jane defende a ideia de que a separação se deveu ao mal tempo os separaram. Após não conseguirem realizar tal travessia, retornou a Santos, São Vicente e atacou também o Espírito Santo. Tanto a transposição do Estreito como também os novos ataques não lograram êxito na expedição de Cavendish. Contudo, antes da ação militar, o próprio capitão relatou a exortação feita antes do ataque à capitania do Espírito Santo da seguinte forma,

Eu sabendo bem que se eles [a tripulação para o ataque ao Espírito Santo] não descessem a terras eles não poderiam sofrer prejuízo, se seus navios pudessem suportá-los, fugir dos portugueses, dependeria da capacidade de meus homens, estando o mar calmo. Além disso, sabia que nenhuma embarcação utilizada no Brasil seria capaz de defender-se nem mesmo de um pequeno bote; muito menos teriam força para atacarem estes barcos, que tinham tantos mosqueteiros quanto coubessem sentados um ao lado do outro.²²⁶

Logo, a primeira fase do conflito de penas, identificada por Doré em seus relatos de batalhas, também foi identificada na tópica do discurso dos marujos ingleses visitantes do litoral da capitania de São Vicente. No caso, sem informações precisas, a característica do inimigo português na América seria a ausência de uma resistência, uma possível fragilidade. O desconhecimento era tal que Cavendish, mesmo julgando a frágil defesa no Espírito Santo, fora derrotado por colonos e povos indígenas.

²²⁵ KNIVET, Anthony. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XLI, vol. 1., p. 183-272, 1878, p. 188.

²²⁶ CAVENDISH, Thomas. O manuscrito (versão bilíngüe inglês-português). In.: EDSON, Paulo. **O Corsário de Ilhabela: o manuscrito do corsário Thomas Cavendish que em 1591 se refugiou em Ilhabela e saqueou a vila de Santos**. Tradução do original. Paulo Edson e John Milton. Itu: Ottoni Editora, 2008, 127 páginas, p. 77.

Já na ação de Lancaster contra a capitania de Pernambuco em 1595, ao invés de destacar as características do inimigo antes do ataque, o redator anônimo preferiu destacar a perseverança de sua própria frota. Partindo da Inglaterra e dirigindo-se a ilha de Tenerife, uma das paradas, até Cabo Blanco, parada posterior, o capitão da jornada afirmou o seguinte para seus marujos, após momentos de dificuldades com a perda do Salomon, um dos navios que compunham a esquadra:

- Senhores, informei a todos aqui ao partirmos da Inglaterra qual era a minha intenção, que eu pretendia ir até Pernambuco, e, embora no momento estejamos sem um dos navios, ainda assim (se Deus quiser) pretendo seguir adiante, e sem dúvida reencontrá-lo em algum ponto de encontro, que são o Cabo Blanco ou as ilhas ao largo de Cabo Verde, Pois tenho certeza de que o sr. Barker, o capitão, está tão decidido a seguir esta viagem que, quando seu mastro estiver consertado, ele não tardará em nos reencontrar, e não seria sábio alterar nosso curso até que o tenhamos procurado nos pontos de encontro, pois alterar o curso é a ruína da maioria das nossas empreitadas; E espero que todos aqui se satisfaçam com o seguinte: Deus é testemunha de que não me convencerão a seguir outro curso diferente daquele que escolhi.²²⁷

Evidentemente, o fator religioso não ficou de fora por um instante. Se Cavendish dedicou a Deus o saque de Santos e São Vicente, Lancaster atribuiu seu desejo de ataque também a uma vontade divina. Em outro discurso, mas no momento anterior ao último embate entre portugueses e indígenas contra a frota de Lancaster, após 31 dias ocupando Recife, o relato novamente evoca agora a coragem da tripulação antes do enfrentamento, de tal modo que

(...) se o inimigo começar a atacá-los [os marujos que compunham o saque de Recife de 1595], os navios podem descarregar sobre ele [o inimigo português] umas quarenta balas de canhão, e nem uma ave conseguiria passar por lá sem ser morta. No entanto, não me agrada muito que vão até lá, pois não tenho estado nestes últimos dois dias, e não me sinto forte o suficiente para marchar pela areia.
Todos logo responderam:

²²⁷ Iniciamos esta pesquisa utilizando uma tradução nossa ao relato do ataque a Pernambuco liderado por James Lancaster. No decorrer da investigação, as especialistas Sheila Hue em conjunto com Vivien Kogut Lessa de Sá lançaram uma coletânea de traduções de diversos relatos produzidos por ingleses referente ao Brasil. Consultamos o original publicado na Hakluyt Society mas utilizaremos a tradução destas especialistas nas citações posteriores. Cf.: HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (orgs.). O saque do Recife por James Lancaster em 1595. In.: **Ingleses no Brasil: relatos de viagem (1536-1608)**. São Paulo: Chão Editora, 2020, p. 54.

- Não precisa se preocupar em participar desta ação, pois, como vê, não é nada de mais nem perigosa, estando tão perto dos navios. Pode ter certeza de que realizaremos esta ação bem o suficiente e estaremos de volta dentro de uma hora.²²⁸

Em todo momento, a religiosidade permeia a hermenêutica dos discursos em um contexto europeu de cisão da cristandade e enorme rivalidade entre católicos e protestantes. Mais uma vez, evocamos aqui outro sermão do jesuíta Antônio Vieira, denominado de *sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal e contra as de Holanda*, no qual afirma

Finjamos, pois (o que até fingido e imaginado faz horror); finjamos que vem a Bahia e o resto do Brasil a mãos dos holandeses; que é o que há de suceder em tal caso? – Entrarão por esta cidade com fúria de vencedores e de hereges; não perdoarão a estado, a sexo nem a idade; com os fios dos mesmos alfanjes medirão a todos; chorarão as mulheres, vendo que se não guarda decoro à sua modéstia; chorarão os velhos, vendo que se não guarda respeito a suas cãs; chorarão os nobres, vendo que se não guarda cortesia à sua qualidade; chorarão os religiosos e veneráveis sacerdotes, vendo que até as coroas sagradas os não defendem; chorarão finalmente todos, e entre todos mais lastimosamente os inocentes, porque nem a esses perdoará (como em outras ocasiões não perdoou), a desumanidade herética. (...)

Entrarão os hereges nesta igreja e nas outras; arrebatarão essa custódia, em que agora estais adorado dos anjos; tomarão os cálices e vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes; derrubarão dos altares os vultos e estátuas dos santos, deformá-las-ão a cutiladas, e metê-las-ão no fogo; e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas nem às imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às da Virgem Maria.²²⁹

Novamente, evocamos o sermão de Antônio Vieira para termos um bom retrato da imagem sendo construída sobre os protestantes, fossem estes luteranos ou calvinistas – os relatos não os delimitaram -, no denominado segundo momento dos relatos de batalha evocados por Andrea Doré, sendo o saque propriamente dito.

No caso do ataque capitaneado por Cavendish, o único relato que enumera o saque a Santos e São Vicente entre 1591 e 1592, como já mencionamos anteriormente, foi a produção de Anthony Knivet. Após a partida do porto de Plymouth e chegada em águas vicentinas, no final do ano de 1591, o saque foi iniciado na noite de natal. Segundo a narrativa,

²²⁸ HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (orgs.). O saque do Recife por James Lancaster em 1595. In.: **Ingleses no Brasil: relatos de viagem (1536-1608)**. São Paulo: Chão Editora, 2020, p. 74-75.

²²⁹ VIEIRA, Antônio. **Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda**. Domínio Público. 1640, p. 8-9. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000031.pdf>>. Acesso em: 10. Out. 2018.

Eis que ouvimos uma sineta tangida pelos portugueses; e como nos dissesse o piloto portuguez, Gaspar Jorge, que era chegada a ocasião de sairmos em terra, pois **pelo tanger d'aquella sineta sabia que os portugueses estavam ouvindo missa, a qual se achava em meio, e o frade occupado em elevar a hóstia, offerecendo-a à adoração do povo**, nós sem mais detença, desembarcamos todos, caminhamos direto à igreja e tomamos aos homens suas espadas, o que tudo correu mui facilmente.²³⁰ (grifo nosso)

No saque de James Lancaster de 1595, o alvo não foram os objetos religiosos, mas sim os ritos e seus significados. Pelo menos na hermenêutica do relato. Após naus holandesas e barcos franceses liderados pelo capitão Venner, o mesmo que ajudou Lancaster quando este foi abandonado por sua tripulação, se unirem a empreitada da esquadra inglesa, de acordo com o texto, “Esse dia da nossa chegada [de Lancaster] era a Sexta-Feira da Paixão, quando essa gente costuma se autoflagelar, mas Deus nos tinha enviado como uma punição geral para eles todos, poupando-os desse trabalho”²³¹. Aqui, nesse caso, o relator sublinhou uma prática católica criticando-a e antepondo a confessionalidade religiosa oposta a sua, provavelmente de cunho protestante.

Diante do que já foi exposto aqui e em diálogo com as fontes históricas, podemos inferir que o fator religioso esteve indissociável da guerra de corso empreendida nos ataques estudados. Contudo, a problemática central no diálogo destas fontes se deve a uma possível ritualidade nas práticas e representações dos saques aqui analisados. A hipótese mais provável para esta pergunta assinala para uma resposta positiva.

Retornamos aqui as considerações antropológicas, em diálogo com a historiografia, propostas por Darnton, Zemon Davis e Tambiah. Ao defendermos que os saques corsários aqui estudados possuem um caráter ritual, significa afirmar que possuem um padrão, um significado tal como proposto Darnton. Contudo, este padrão nem sempre se repete, sendo algo fixo e imóvel. Identificamos, assim, que o momento que antecede o saque corsário - além da tópica no relato de batalha de animosidade a favor dos atacantes ou contrários aos inimigos

²³⁰ KNIVET, Anthony. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XLI, vol. 1, p.183-272, 1878, p. 189.

²³¹ HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (orgs.). O saque do Recife por James Lancaster em 1595. In.: **Ingleses no Brasil: relatos de viagem (1536-1608)**. São Paulo: Chão Editora, 2020, p. 61.

- fora destacado como momento significativo no calendário cristão: Natal (ação de Cavendish) e Páscoa (saque de Lancaster). Posteriormente, durante o saque, os alvos religiosos, quer sejam objetos como a igreja de Santos e o cálice, quer sejam alvos que representem a instituição religiosa atacada como padres e missionários.

Desse modo, estabelecemos um diálogo com Natalie Zemon Davis. Em seu artigo intitulado “Ritos de Violência”, onde a autora atribuiu racionalidade à multidão nos conflitos religiosos da França do século XVI. Entendendo a violência religiosa como ações impetradas contra alvos sagrados por meio de pessoas que agiam, de maneira formal ou oficial, como se fossem autoridades políticas ou eclesiásticas, essas ações eram dotadas de legitimidade entre os membros da comunidade que participavam.²³²

Se durante o saque de Santos e São Vicente, Knivet enfatizou os alvos religiosos atacados pela frota de Cavendish, o relatante anônimo do saque de Recife perpetrado por Lancaster silenciou estas realizações. Contudo, Serafim Leite em *História da Companhia de Jesus no Brasil*, resgatou uma carta ânua do Padre Manuel de Oliveira afirmando que

O nosso zelo para com os soldados portugueses foi reconhecido pelos moradores. Arrastada pelo mau tempo, veio encalhar nos Recifes uma nau da Índia Oriental. **Para roubar, entrou no porto uma frota inglesa, sexta-feira santa, quando a gente estava a celebrar o enterro do Senhor;** e alguns dias depois, os comandantes da armada, de bandeiras despregadas, tomaram a povoação [do porto do Recife] e saquearam-na, queimando e destruindo tudo. Nesta calamidade, cada qual pensou em pôr a salvo o que possuía. **Os Nossos, vendo o perigo, não só das coisas humanas, mas também das divinas, exortaram os soldados a que combatessem com ardor pela Fé de Cristo e defendessem o que lhe pertencia.** Levantou tanto ânimo de todos que, enquanto os Nossos impetravam a Deus a vitória, irromperam de súbito e puseram o inimigo em fuga, matando grande número de piratas (grifos nossos).²³³

Retornando ao saque liderado por Thomas Cavendish, logo após a tomada da igreja durante a celebração da missa de natal, os corsários se dirigiram a outro alvo católico: o colégio da Companhia de Jesus em Santos. Foi esse o local de estadia da comunidade que ocupou Santos e São Vicente até fevereiro de 1592. Ao fixar o colégio dos jesuítas como

²³² DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de violência. In.: **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 129-156.

²³³ Carta ânua do Padre Manuel de Oliveira. *apud* LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil (século XVI – O estabelecimento)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, p 489.

hospedagem, Knivet e seus consortes logo se ocuparam em saquear esse edifício católico. Este corsário relatou um achado, uma caixa bastante pesada que, segundo ele, encontrou nela “mil e setecentas piastras²³⁴, valendo cada piastra quatro schellings ingleses. Assentei morada n’esta cella, e ninguém soube do meu feliz achado”.²³⁵

Após a ocupação dessa frota corsária em Santos e São Vicente, eles se retiraram em fevereiro de 1592 com o objetivo de contornar o Estreito de Magalhães e chegar ao oriente. Contudo, ao chegarem ao extremo sul do continente americano, a frota liderada por Cavendish enfrentou inúmeras intempéries, como tempestades e nevascas. Diante da impossibilidade de atravessar essa região, os marujos decidiram retornar a América portuguesa. Porém, os colonos já os esperavam, rechaçando-os. Nesse momento, Cavendish planejava uma nova travessia, agora com êxito, pelo Estreito de Magalhães. Segundo o líder da frota corsária,

uma vez que eles [a tripulação] desejavam nada mais do que retornarem à Inglaterra e se eu apenas mencionassem os Estreitos, eles imediatamente promoveriam um enorme motim, tais eram as misérias e tormentas que eles haviam enfrentado, pois **todos os melhores homens haviam feito um juramento perante a Bíblia de morrerem em vez de darem seus consentimentos para voltarem àquele curso novamente** [o Estreito]. (grifo nosso)²³⁶

Novamente, aqui, percebemos elementos religiosos no interior da comunidade corsária. Aqui, podemos interpretar a busca do respaldo das ações dos marujos por meio do livro sagrado dos cristãos. Ao jurarem sob uma bíblia, os marujos relutaram constantemente em retornar ao Estreito. Assim, esses mesmos indivíduos podem ter usado a bíblia como legitimação para o ataque a São Vicente e, também, para agirem conforme auxiliares das autoridades religiosas na Inglaterra. Desse modo, temos um elemento mais diretamente ligado ao protestantismo, pois enquanto estes utilizavam mais a bíblia, os católicos tiveram uma relação mais direta com livros construído por teóricos como o livro de horas ou catecismos.

Porém, torna-se importante voltarmos o nosso olhar não apenas à análise do discurso

²³⁴ Equivalente a moedas de pratas.

²³⁵ KNIVET, Anthony. Op. cit., p. 191.

²³⁶ CAVENDISH, Thomas. O manuscrito (versão bilíngüe inglês-português). In.: EDSON, Paulo. **O Corsário de Ilhabela: o manuscrito do corsário Thomas Cavendish que em 1591 se refugiou em Ilhabela e saqueou a vila de Santos**. Tradução do original. Paulo Edson e John Milton. Itu: Ottoni Editora, 2008, p. 67.

presente nos relatos, pois metodologicamente devemos investigar o produto da narrativa, os interesses presentes no fundo da produção textual, por quem foi produzido, entre outros fatores. Estas considerações são até mesmo importantes para as reflexões realizadas sobre a teoria antropológica nas produções historiográficas.

Stuart Carroll justamente inicia um de seus artigos reconhecendo a importância dos “Ritos de Violência”, de Natalie Davis, como essencial na historiografia ocidental, ao sugerir a cultura como uma força motriz da mudança histórica. Carroll elenca uma série de fatores que colocam este trabalho de Davis como primordial, pois, por exemplo, confere racionalidade aos tumultos religiosos da França do século XVI, antes interpretados como ações espasmódicas.²³⁷

Porém, logo às críticas a este trabalho surgiram. Uma delas é justamente a atribuição dos conflitos religiosos interpretados por Davis apenas como resultado de uma comunidade extremamente coesa contra outra comunidade. Para a autora, o elemento que formaria esta união homogênea da comunidade seria a cultura. Carroll afirma que o contexto no qual a violência religiosa ocorre é fundamental para a compreensão de seu dinamismo. Por isso, Carroll propõe a compreensão da violência religiosa não apenas pelo fator cultural, mas também relacionando-a com o contexto social e político. Para isso, este autor utiliza dois exemplos de caso que derivam de sua pesquisa sobre a família Guise.²³⁸

Algo que devemos também nos atentar com a análise externa à fonte é a separação entre dois blocos monolíticos muito antagônicos, formados por uma possível identidade cultural que seriam os “portugueses católicos” e os “anglicanos ingleses”. De forma direta, esta reflexão para a nossa pesquisa teve contribuição da obra *Forgetting faith?: negotiating confessional conflicts in early modern europe*.²³⁹ Na introdução desta obra, os autores destacam como o esquecimento pode ser um conceito político produzido. Dito de outro

²³⁷ CARROLL, Stuart. The rights of violence. In.: **Past & Present**, vol. 214, supplement 7, p. 127-162, 2012, p. 127.

²³⁸ Ibidem, p. 131-133.

²³⁹ KARREMANN, Isabel; ZWIERLEIN, Cornel; GROOTE, Inga Mai. **Forgetting faith?: negotiating confessional conflicts in early modern europe**. Berlin: De Gruyter, 2012.

modo, haveriam dissimulações propositais com o fim de alcançar um objetivo.²⁴⁰

Thomas Weller discorre sobre essa relação de “esquecimento” da fé e religiosidade do outro na Península Ibérica, especialmente no Reino de Espanha. Sucintamente, esse autor destaca como a historiografia remete a esta coroa como extremamente intolerante e represiva às minorias religiosas como judeus e protestantes, principalmente pela ação inquisitorial nos séculos XVI e XVII. Porém, Weller buscou demonstrar que mesmo havendo uma repressão às religiões que não fossem o catolicismo, uma espécie de tolerância era praticada no interior da metrópole espanhola, desde que o “anglicanismo”, por exemplo, não fosse praticado em locais públicos. Isto ocorria devido aos interesses econômicos do comércio empreendido entre Espanha e Inglaterra, relações comerciais estas nas quais a Espanha era extremamente dependente.²⁴¹

Isto ajuda a explicar como James Lancaster viveu parte de sua vida em Portugal e, também, como Thomas Cavendish buscou travar relações comerciais com a vila de Santos e São Vicente, na América lusa, no ano de 1580, mesmo antes de ocupá-la por cerca de dois meses. Tanto que integrantes da Spanish Company, que era uma Companhia de Comércio inglesa na península ibérica, moravam no Reino da Espanha.²⁴² A julgar pelas afirmativas de Weller, a religião considerada antagônica nas relações políticas na Europa não eram problema quando o assunto era comércio.

Contudo, o discurso apresentado nas narrativas aqui analisadas pressupõe justamente estes dois blocos antagônicos entre “portugueses católicos” e “ingleses protestantes”. No momento do conflito, estas identidades foram ativadas para o estabelecimento da luta entre um grupo e outro. O próprio Lancaster, durante as tratativas de negociação por uma possível rendição após a tomada de Recife afirma o seguinte para sua tripulação

- Senhores, eu cresci no meio dessa gente, vivi entre eles como comerciante, de modo que conheço algo das suas maneiras e da sua natureza. Sei que, quando não conseguem vencer pela força da espada, então empregam suas falas enganosas, **pois não têm nenhuma fé nem lealdade**, nem as usarão, a não ser para proveito próprio. Por isso lhes aviso que fiquem alertas, se lhes derem conversa, eles nos trairão. No que me diz respeito, me pesaria mais ser enganado por essa gente ou pelos espanhóis

²⁴⁰ Ibidem, p. 1-41.

²⁴¹ Ibidem, p. 221-234.

²⁴² FRANÇA Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. Op. cit., p. 63-64.

do que por qualquer outra nação do mundo. (grifo nosso)²⁴³

Dessa forma, a identidade religiosa não foi problema para Lancaster no período no qual portugueses e ingleses não estavam em conflito político-religioso. A partir do momento em que ocorria uma guerra entre Filipe II e Elizabeth, a confessionalidade e identidade religiosa foi resgatada. Assim, podemos perceber nas narrativas sobre os ataques corsários a formação de duas identidades religiosas conflitantes que foram ativadas no momento específico do conflito.

Afinal, não podemos esquecer também que ao falarmos dos ataques corsários a América portuguesa, estamos analisando uma contestação inglesa ao projeto de colonização ibérica calcado no catolicismo e, também, no princípio do *mare clausum*. Um importante agente deste projeto de colonização era a Companhia de Jesus, através da missão jesuítica. José Eudes Gomes, ao analisar as tropas militares formadas no Ceará Setecentista, destaca, no primeiro capítulo de seu trabalho, o que ele denominou como “o serviço d’armas e o Império”. Focalizando a atividade militar por todo o Império marítimo português, Gomes afirma que esta fragmentada monarquia não deteve um único modelo de domínio militar e administração sobre suas possessões na África, Ásia e América.²⁴⁴ A organização militar lusitana, em cada território dominado, buscou articular “territórios e sociedades através das vias marítimas, da mercancia e da guerra”²⁴⁵.

Observando assim a ausência de um modelo de domínio militar, torna-se compreensível o motivo do uso dos povos indígenas na salvaguarda do território na América. Além da falta deste modelo, a defesa da fé cristã católica mais uma vez foi exortada como princípio para o contra-ataque corsário. Mais uma vez, a relação anual escrita por Fernão Guerreiro destaca tal afirmação pois,

²⁴³ HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (orgs.). O saque do Recife por James Lancaster em 1595. In.: **Ingleses no Brasil: relatos de viagem (1536-1608)**. São Paulo: Chão Editora, 2020, p. 67.

²⁴⁴ GOMES, José Eudes. **As milícias d’el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 58.

Da mesma maneira passa na defesa da terra, **quando alguns inimigos ou corsários** vem a ela e pretendem dar, ou desembarcar em alguma parte, que os índios à sombra dos padres são os que lhe defendem a desembarcação e os desbaratam com suas flechas mais que os portugueses com seus pelouros (...) ²⁴⁶(grifo nosso)

Contudo, esta relação anual não fora a única. Em uma carta datada de 1597 do Padre Pero Rodrigues, provincial da Companhia de Jesus no Brasil, para o assistente geral, Padre João Alvares, esta relação de ameaça ao territorial também foi destacada do seguinte modo:

Tem os Portuguezes moradores nestas partes, trez generos de inimigos por mar e por terra, e um só de amigos, e chega a tanto á céga cobiça, que só aos amigos fazemos guerra, largando o campo aos contrários, e deixando-os cada vez tomar mais força e animo. (...)

Os terceiros inimigos são os Francezes, os quaes estes annos passados tem feito muito damno e estrago em toda a costa, assim nos navios que navegaõ por estes mares, como na terra, saqueando alguns logares. O escudo, muro e baluartes dos Portuguezes contra todos estes inimigos, são os índios de paz que estão juntos das nossas povoações, os quaes antigamente eram infinitos, mas com doenças que nelles deram e com os continuas agravos, e muitas sem razoes, e mau tratamento que recebem dos Portuguezes, são já poucos, e esses não param d'aqui a 200 ou 300 legoas pelo serto dentro.

Os que se conservam e ficam entré nós são os que os Padres da Companhia foram buscar ao serto e tem d' elles tratado em todas as Capitánias, ensinando-lhes a doutrina christã, e conservando-os em sua liberdade; (...) ²⁴⁷

A epístola se refere aos franceses, mas como observado nas fontes, podemos também atribuir a outros indivíduos considerados inimigos da cristandade. Mais uma vez, percebemos a aliança militar – espontânea ou não - entre os povos tupis e portugueses contra o considerado inimigo. Tanto os redatores do ataque de Lancaster quanto de Cavendish destacaram tais relações ao sofrerem a contra-ofensiva.

Assim sendo, no que as alianças entre os povos indígenas e portugueses se relacionam com os ataques corsários? Podemos perceber que estamos abordando, de fato, um grande

²⁴⁶ GUERREIRO, Fernão. **Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, et no Brasil, Angola, Cabo verde, Guine, nos annos de seiscentos et dous et seiscentos et tres et do processo da conuersam et christandade daquellas partes.** Lisboa : per Iorge Rodrigues, 1605. Disponível em: < <https://gredos.usal.es/handle/10366/97805>>. Acesso em: 28/07/2019., p. 114.

²⁴⁷ RODRIGUES, Pero. **Copia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral.** Disponível em: <<http://spiritosancto.org/documentos/01-05-1597-copia-de-uma-carta-do-padre-pero-rodrigues-provincial-da-provincia-do-brazil-da-companhia-de-jesus-para-o-padre-joao-alvares-da-mesma-companhia-assistente-do-padre-geral/>> Acesso em 22/05/2017.

mosaico étnico-religioso ao analisar os conflitos corsários na América portuguesa. Contudo, ao ler e analisar as fontes, identificamos que nos momentos do conflito, as identidades religiosas que foram ativadas baseiam no conflito entre católicos e protestantes. Este conflito, evidentemente, permeava o campo político-social da Europa ocidental entre os séculos XVI e XVII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de expansão marítima, as viagens oceânicas foram movidas por diversos interesses, podendo os mesmos serem de caráter econômico, político ou até mesmo relacionado ao afluxo de pessoas e comunidades para o Ultramar. No caso das navegações interoceânicas, liderada por indivíduos e chanceladas pelas suas respectivas Coroas, o fator religioso e seus conflitos, tão caro no continente europeu, também foi transposto ao mar.

Portanto, antes mesmo das navegações lideradas por Thomas Cavendish e James Lancaster, os conflitos movidos pela cisão da cristandade entre católicos e não-católicos já se apresentavam no seio da América portuguesa em formação. A tentativa de contato entre comerciantes ingleses em Santos e São Vicente, através do navio comercial *Minion of London*, apresenta algumas questões para conosco, como o afrouxamento dos laços de exclusivismo colonial, ao qual fora reforçado a partir da guerra anglo-filipina. Além disso, o silenciamento da identidade religiosa nos discursos, observado pelo autor Thomas Weller, também é observado nas tratativas comerciais na América portuguesa antes das ações de Cavendish e Lancaster.

O contexto de guerra entre Elizabeth e Filipe II foi fundamental para a transformação tanto da dinâmica da ação quanto dos relatos referente aos ataques aqui analisados. Esse fator foi primordial para justificar as ações e, por conseguinte, respaldar os indivíduos de seus ataques. Assim, os corsários foram compreendidos como atores históricos que utilizavam o contexto de guerra para obter a chancela de seu soberano para os referidos ataques. Além do mais, temos justamente esse conflito anglo-filipino como primordial para a contestação do Tratado de Tordesilhas e das possessões dos Impérios ultramarinos.

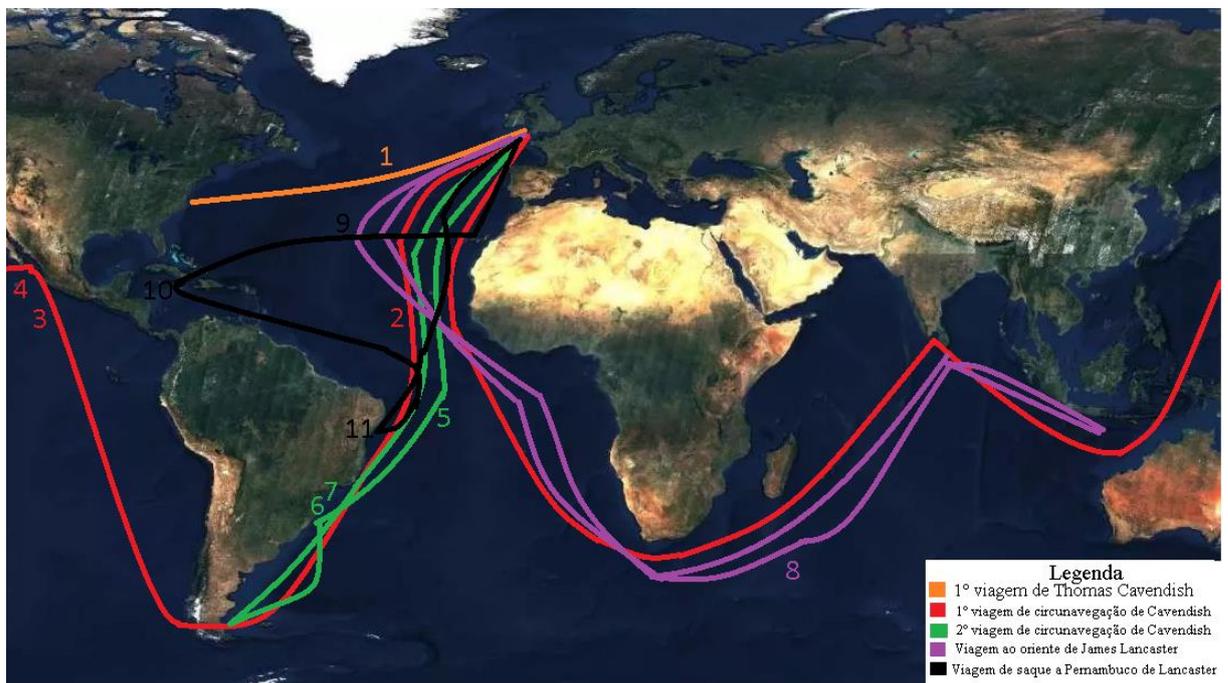
Desse modo, a partir do referido estado de guerra entre os Habsburgo e a Coroa inglesa é que os respectivos relatos apresentaram o fator religioso em conflito. Assim como os portugueses buscaram criminalizar as ações de saque marítimo e imputar aos corsários a pecha de herege, os ingleses relatantes formaram uma imagem negativa de Thomas Cavendish e James Lancaster, destacando os símbolos da fé e do calendário católico romano.

Assim, durante essa dissertação, procuramos dialogar com a ideia de racionalidade e ritualidade, presente na corrente antropológica, para compreender as ações lideradas por Thomas Cavendish e James Lancaster. A cultura, além do contexto político e social, foi fundamental para desenvolver a compreensão das ações corsárias em Pernambuco, Santos e São Vicente. Desse modo, ao nos debruçarmos sobre as fontes escritas por tais navegantes, percebemos a ritualidade dos ataques direcionados a agentes ou objetos no seio da cristandade católica na América. A ritualidade aqui foi entendida como um padrão destacado no momento do saque na tópica discursiva. Afinal, o contexto de guerra entre católicos e “protestantes” foi fundamental para a ativação de tais identidades religiosas. Mas a ausência destes conflitos silenciou, diversas vezes, estas identificações.

ANEXO I – CRONOLOGIA E MAPA DOS ATAQUES DE THOMAS CAVENDISH E JAMES LANCASTER (1580-1595).

Viagem	Capitão	Local (data)
(1) Viagem exploratória a América do Norte	Walter Raleigh e Thomas Cavendish	Fundação da colônia de Virgínia (1585)
(2) 1º viagem de circunavegação de Cavendish	Thomas Cavendish	Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico (1586-1588)
(3) Saque do galeão Santana	Thomas Cavendish	Cabo San Lucas – atual México (1587)
(4) Ataque a cidade de Guatulco	Thomas Cavendish	Guatulco – atual México (1587)
(5) 2º viagem de circunavegação de Cavendish	Thomas Cavendish	Oceano Atlântico e ataque no litoral da América portuguesa (1591-1592)
(6) Ataque em Santos e São Vicente	Thomas Cavendish	Santos e São Vicente (1591-1592)
(7) Ataque a vila do Espírito Santo	Thomas Cavendish	Atual cidade de Vitória – Espírito Santo (1592)
(8) Primeira viagem ultramarina de James Lancaster	James Lancaster	Região oriental (1591-1594)
(9) Início da viagem de ataque a Pernambuco	James Lancaster	Partida da Inglaterra em direção às ilhas atlânticas (1595)
(10) Amotinação da tripulação de James Lancaster – Abandono do referido capitão a Ilha de	James Lancaster	Ilha de Mona (1595)

Mona		
(11) Ataque bem sucedido de James Lancaster a Pernambuco	James Lancaster	Pernambuco (1595)



Referência do planisfério: revistagalileu.globo.com. Acesso em: 5/5/2022.

FONTES HISTÓRICAS

CARTA ânua do Padre Manuel de Oliveira. *apud* LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil (século XVI – O estabelecimento)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, p 489.

CAVENDISH, Thomas. O manuscrito (versão bilíngüe inglês-português). In.: EDSON, Paulo. **O Corsário de Ilhabela: o manuscrito do corsário Thomas Cavendish que em 1591 se refugiou em Ilhabela e saqueou a vila de Santos**. Tradução do original. Paulo Edson e John Milton. Itu: Ottoni Editora, 2008, 127 páginas.

GUERREIRO, Fernão. **Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da India Oriental, et no Brasil, Angola, Cabo verde, Guine, nos annos de seiscentos et dous et seiscentos et tres et do processo da conuersam et christandade daquellas partes**. Lisboa : per Iorge Rodrigues, 1605. Disponível em: <<https://gredos.usal.es/handle/10366/97805>>. Acesso em: 28/07/2019.

HAKLUYT, Richard. **The third and last volume of the voyages, navigations, and discoveries of the English Nation**. Glasgow: James MacLehose, 1903[-]05. Disponível em: <<https://archive.org/details/principalnaviga1hakl>>. Acesso em: 26/08/2017.

HISTORIA de La Fvndacion del collegio de la capitania de Pernanbuco. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 49, p. 7-54, 1927.

HUE, Sheila; SÁ, Vivien Kogut Lessa de (orgs.). O saque do Recife por James Lancaster em 1595. In.: **Ingleses no Brasil: relatos de viagem (1536-1608)**. São Paulo: Chão Editora, 2020, p. 47-80.

KNIVET, Anthony. Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet da Inglaterra ao Mar do Sul, em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XLI, vol. 1., p. 183-272, 1878.

LOZANO, Pedro. **Historia de La Compañia de Jesus em La Provincia del Paraguay**. Tomo I. Madrid: Imprenta de La Viuda de Manuel Fernandez. 1754-1755, 832 p. Disponível em <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000015602&page=1>>. Acesso em: 23/09/2017.

MARKHAM, Clements. R. **The Voyages of Sir James Lancaster, Kt., to the East Indies : with abstracts of journals of voyages to the East Indies during the seventeenth century, preserved in the India Office : and the voyage of Captain John Knight (1606), to seek the North-west Passage**. London: Printed of the Hakluyt Society, 1877, 314 p. Disponível em <https://archive.org/stream/voyagesofsirjame00mark_0#page/n0/mode/2up> Acesso em 29/09/2017.

ORDENAÇÕES FILIPINAS *ON-LINE*. (1603). Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 16/05/2017.

RODRIGUES, Pero. **Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral.** Disponível em: <<http://spiritosancto.org/documentos/01-05-1597-copia-de-uma-carta-do-padre-pero-rodrigues-provincial-da-provincia-do-brazil-da-companhia-de-jesus-para-o-padre-joao-alvares-da-mesma-companhia-assistente-do-padre-geral/>> Acesso em 22/05/2017.

VIEIRA, Antônio. **Sermão do bom ladrão.** Domínio Público. 1655, p. 4. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000025pdf.pdf>>. Acesso em: 07. Out. 2018.

VIEIRA, Antônio. **Sermão pelo bom sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda.** Domínio Público. 1640, p. 8-9. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000031.pdf>>. Acesso em: 10. Out. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A rede económica do mundo atlântico português. In.: **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800.** Lisboa: Edições 70.

ALVARÉZ, Fernando Bouza. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta Edad Moderna (siglos XV-XVII).** Madrid: Ediciones Akal, 2018.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português (1415-1825).** Lisboa: Edições 70, 1969

CARROLL, Stuart. The rights of violence. In.: **Past & Present**, vol. 214, supplement 7, p. 127-162, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** 2. ed. Algés: DIFEL, 1987.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.** Porto Alegre: ART MED Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. Textos, símbolos e o espírito francês. In.: **História, questões e debates**. Curitiba, vol. 24, n. 13, jul./dez. 1996, p. 05-27.

COHEN, Gustavo Vargas. O novo historicismo e o materialismo cultural: definições e aplicações práticas. In.: **Revista Temática**, v. 7, n. 5, MAI. 2011, p. 5. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/30215/15977>>. Acesso em 17/06/2021.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita (séculos XV a XVIII)**. Lisboa: ICS, 2007.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural**. São Paulo: Graal, 2011.

DARNTON, Robert. “‘O que é a história do livro?’ revisitado’ **ArtCultura**, v. 10, n. 16, p. 155-169, Uberlândia, jan.-jun. 2008.

DAVIS, Natalie Z. **Culturas dos povos: economia e cultura no início da França moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DAVIS, Natalie Z. The sacred and the body social in Sixteen-Century Lyon. In.: **Past & Present**. Oxford University Press, n. 90, fev. 1981, p. 40-70.

DISNEY, A. R. **História de Portugal e do Império Português**. Vol. 2. Lisboa: Guerra e Paz, 2009.

DORÉ, Andrea. Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII. In.: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 195-216.

DORE, A. C. . Relações de sucessos como elementos da cultura da vitória na Restauração Portuguesa. **Talia dixit** , v. 6, p. 121-137, 2011.

DURAN, Leandro Domingues. **A construção da pirataria: o processo de formação do conceito de "pirata" no período moderno.** São Paulo: Annablume; Aracaju: LAAA/NAR-UFS; Campinas: Unicamp, 2011.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ELLIOT, John. **La España Imperial.** Barcelona: Vicens Vices, 1996.

FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. **Una introducción a la historia del libro.** Buenos Aires: Paidós, 2014.

FERNANDES, Luiz Fernandes de Oliveira. Hereges no mar de Deus: a ação de corsários como episódio das guerras de religião no século XVI. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.- jun., p. 172-201, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema (volume III).** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII: antologia de textos (1591-1808).** Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Unesp, 2012.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias do ladrões dos mares que pilharam nosso litoral.** São Paulo: Editora Globo, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. O astrolábio, o mar e o Império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul.-set. 2014, p. 1011-1027.

GINZBURG, Carlo. El inquisidor como antropólogo. In. **El hilo y las huellas: lo verdadero, lo falso, lo fictício.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 395-411.

GOMES, José Eudes. **As milícias d'el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GREENBLATT, Stephen. O Novo Historicismo: ressonância e encantamento. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, p. 244-261, 1991.

HILL, Christopher. **O século das revoluções (1603-1714)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

HOLTZ, G.; MASSE, V. Étudier les récits de Voyage: bilan, questionnements, enjeux. **Arborescences**, Toronto, v. 2, p. 1-30, 2012.

HUE, Sheila Moura. “Esta viagem é tão boa quanto qualquer viagem ao Peru”. O Minion of London no Brasil (1581). **História**. V. 32, n. 1, p. 31-52, 2013.

IGGERS, Georg. “Desafios do século XXI à historiografia”. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, março, 2010.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In.: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. V. 2. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011, p. 44-61.

KARREMAN, Isabel; ZWIERLEIN, Cornel; GROOTE, Inga Mai. **Forgetting faith?: negotiating confessional conflicts in early modern europeu**. Berlin: De Gruyter, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006

KRITZLER, Edward. **Jewish pirates of the Caribbean: how a generation of swashbuckling jews carved out of Empire in the New World in their quest for treasure, religious freedom – and revenge**. London: Aurus Press, 2014.

- LANE, Kris E. **Pillaging the Empire: Global piracy on the High Seas, 1500-1750**. New York: Routledge, 2. ed., 2016.
- LEVI, Giovanni. Os perigos do Geertzismo. In. **História Social**. Campinas, n. 6, 1999, p. 137-146.
- LEVIN, Carole. **The reign of Elizabeth I**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2002.
- LOPES, Lúcia Chueire. **Um novo Direito para uma nova Geografia: Hugo Grotius, Serafim de Freitas e a liberdade dos mares**. 2011. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- LOUSADA, Abílio Pires. **Portugal na monarquia dual: O Tempo dos Filipes (1580-1640)**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/1293>> Acesso em: 25 jun. 2018.
- MARCOCCI, Giuseppe. **A consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1972.
- MURTEIRA, André Alexandre Martins. **A carreira das Índias e o curso neerlandês (1595-1625)**. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.
- PAIVA, José Pedro. El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado: contaminaciones, dependencias y disidencias entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640). **Manuscrits**, Barcelona, v. 1, n. 25, p. 45-57, 2007.
- PINEDA, Victoria. La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos. **Talia dixit**, v. 2, p. 95-219, 2007.
- PROSPERI, Adriano. **Tribunais da consciência: inquisidores, confesores, missionários**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo à distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

REINHARD, Wolfgang. Reformation, Counter-Reformation, and the Early Modern State: a Reassessment. In.: LUEBKE, David M. (ed.). **The Counter-Reformation: the Essential Readings**. Malden: Blackwell Publishing, 1999, p. 107-128.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R.; DOMINGUES, Ângela, MOURA, Denise Soares A. de (orgs.). **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Um Mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)**. Algés: Editora Difel, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. A economia do Império Português. In.: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (orgs.) **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)**. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**, v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: São Paulo, Ed. Da UNICAMP, 2001, p. 227-269.

THORNTON, John K. Os portugueses em África. In.: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada. (orgs.) **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX**. São Paulo: Editora ARX, 2002.